

REVISTA

IGUAZU SCIENCE

v.2, n.4, agosto. 2024

Dossiê
Educação, Direitos
Humanos e Educação

EDITORA UNIVERSITÁRIA
UNIGUAÇU

IGUAZU **SCIENCE**

ISBN 978-65-83057-05-1 (versão digital)
Revista Iguazu Science | Faculdade Uniguaçu
São Miguel do Iguazu-PR | v. 2 | n. 4 | agosto 2024

A revista **Iguazu Science** tem a missão de publicar contribuições científicas que abrangem todas as áreas do conhecimento descritas pelo CNPq, desde que a pesquisa apresente uma contribuição para o desenvolvimento do conhecimento teórico e metodológico do saber. A revista é uma publicação trimestral, em edição eletrônica, composta pelas seções de artigos científicos, artigos de divulgação científica, resenhas e entrevistas especiais. Os textos publicados nesta revista são de inteira responsabilidade de seus autores.

Editores

Fábio Aristimunho Vargas
Fábio Corbari

Organização e edição deste número

Fábio Aristimunho Vargas
Francielle Ghellere

Foto da capa

Margarete Aparecida de Paula

Revisão

Pablo Wenderson Ribeiro Coutinho

Endereço: Faculdade UNIGUAÇU. Rua Valentim Celeste Palavro, 1501,
São Miguel do Iguaçu - PR, CEP 85877-000, telefone: (45) 3565-3181,
site institucional: <https://uniguacu.com.br>, Instagram:
[@faculdadeuniguacu](https://www.instagram.com/faculdadeuniguacu), e-mail: editora.universitaria@uniguacu.com.br

Revista Iguazu Science: dossiê educação direitos humanos e inclusão
[Recurso eletrônico] / Faculdade Uniguacu.
v. 2, n. 4 (ago. 2024) – São Miguel do Iguaçu, 2024.

Trimestral

Publicação eletrônica

Editores: Fábio Aristimunho Vargas e Fábio Corbari

Organização e edição deste número: Fábio Aristimunho Vargas e Francielle
de Camargo Ghellere

ISBN: 978-65-83057-05-1

1 – Áreas gerais – Periódicos. 2. Educação – Estudo e ensino. 3.
Pesquisa científica – Periódicos. I. Faculdade Uniguacu

24-0004

Catálogo na Publicação
Fernanda Bem – CRB 9/1735

Copyright © 2024, Faculdade UNIGUAÇU
Todos os direitos reservados.

IGUAZU
SCIENCE

Dossiê temático

**EDUCAÇÃO, DIREITOS
HUMANOS E INCLUSÃO**

 EDITORA UNIVERSITÁRIA
UNIGUAÇU



MANTENEDORA: UNIÃO DE ENSINO SUPERIOR DO IGUAÇU LTDA. – UNIGUAÇU

Mantenedores: *Daniel Ribeiro da Silva / Paulo Gorski / Renata Beckers / Roberto Régis Ribeiro*

MANTIDA: FACULDADE UNIGUAÇU

Diretor Geral
Daniel Ribeiro da Silva

Diretora Geral da Graduação
Danielle Acco Cadorin

Diretor Pedagógico
Marcos Ricardo Müller

Diretor Acadêmico
Jacinto Vagner Rupp

Diretor de Expansão e Operações/Diretor EaD
Roberto Régis Ribeiro

Diretor de Expansão e Desenvolvimento da Graduação
Fábio Corbari

Coordenadora Pedagógica
Liane Piacentini

Pesquisadora Institucional
Claudia Symone Dias Roland

Secretária Geral
Beatriz Marilene Schimdt Bueno

Coordenador de Pesquisa e Extensão
Fábio Corbari

Coordenador Adjunto de Pesquisa e Extensão
Fábio Aristimunho Vargas

Editores da Editora Universitária Uniguaçu
Fábio Aristimunho Vargas
Fábio Corbari

Conselho Editorial da Editora Universitária Uniguaçu

Dr. Alex Munguía Salazar (Benemérita Universidad Autónoma de Puebla – México)

Dr. Fábio Aristimunho Vargas (Faculdade UNIGUAÇU)

Dr. Fábio Corbari (Faculdade UNIGUAÇU)

Dr. Herivelto Beck de Souza (Faculdade UNIGUAÇU)

Dr. Marcos Ricardo Müller (Faculdade UNIGUAÇU)

Dr. Pablo Wenderson Ribeiro Coutinho (Faculdade UNIGUAÇU)

Dr. Wagner Menezes (Universidade de São Paulo)

Dra. Danielle Acco Cadorin (Faculdade UNIGUAÇU)

Dra. Francielle de Camargo Ghellere (Faculdade UNIGUAÇU)

Dra. Graciela Maiara Dalastra (Faculdade UNIGUAÇU).

Dra. Priscilla Guedes Gambale (Faculdade UNIGUAÇU)

Dra. Silviane Galvan Pereira (Faculdade UNIGUAÇU)

Comitê Científico da Revista Iguazu Science

Dr. Herivelto Beck de Souza (Faculdade UNIGUAÇU)

Dr. Marcos Roberto Pires Gregolin (UFMS)

Dr. Rodrigo César dos Reis Tinini (Faculdade UNIGUAÇU)

Dr. Wilson João Zonin (Unioeste)

Dra. Maria Roseli Castilho Garbossa (Faculdade UNIGUAÇU)

Dra. Solange Marilene Melchior do Prado (Faculdade UNIGUAÇU)

Msc. Alysson Ramalhais (Faculdade UNIGUAÇU)

Msc. Gleison Miguel Lissemerki da Silva (Faculdade UNIGUAÇU)

Msc. Johany Diego Vicente (Faculdade UNIGUAÇU)

Msc. Karine Albano (Faculdade UNIGUAÇU)

Msc. Lauriane Alle Buytendorp (Faculdade UNIGUAÇU)

Msc. Vinicius Mattia (Unioeste)

SUMÁRIO

A INSERÇÃO ESCOLAR DO ALUNO IMIGRANTE NA REDE REGULAR DE ENSINO Viviane Rodrigues da Silva; Francielle de Camargo Ghellere	9
TRANSFORMAÇÕES DO TRABALHO NO SÉCULO XXI: INDÚSTRIA 4.0, INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL, BIG DATA E A PLATAFORMIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO NA FORMAÇÃO DO ESTUDANTE PARA O MERCADO DE TRABALHO, UM ESTUDO A PARTIR DA PERSPECTIVA MARXISTA Marcos Galdino; Thiago Benitez Mello; Taiza Fernanda Ramalhais; Maura Sandra da Silva do Nascimento; Jéssica Gaspar da Costa.....	15
PERSPECTIVAS PSICOPEDAGÓGICAS SOBRE ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO NA PRIMEIRA INFÂNCIA Marcos Galdino; Thiago Benitez Mello; Taiza Fernanda Ramalhais; Maura Sandra da Silva do Nascimento; Jéssica Gaspar da Costa.....	25
TORNAR-SE PSICOTERAPEUTA: FORMAÇÃO DO PSICÓLOGO CLÍNICO À LUZ DA ABORDAGEM CENTRADA NA PESSOA Marcos Galdino; Thiago Benitez Mello; Taiza Fernanda Ramalhais; Maura Sandra da Silva do Nascimento; Jéssica Gaspar da Costa.....	30
LINGUAGEM, MÍDIA E MEMÓRIA: UMA BREVE ANÁLISE DISCURSIVA DAS NOTÍCIAS JORNALÍSTICAS ENVOLVENDO O EX-PRESIDENTE PARAGUAIO FERNANDO LUGO Marcos Galdino; Thiago Benitez Mello; Taiza Fernanda Ramalhais; Maura Sandra da Silva do Nascimento; Jéssica Gaspar da Costa.....	36
COMPREENDENDO A TRAJETÓRIA DOS ALUNOS EGRESSOS: UM ESTUDO SOBRE RELAÇÕES DE GÊNERO A PARTIR DO CURSO DE PEDAGOGIA DA FACULDADE UNIGUAÇU Mateus Pedro Scuh; Francielle de Camargo Ghellere.....	43
O PROJETO DE INTERVENÇÃO NO CURSO DE PEDAGOGIA: UMA EXPERIÊNCIA NA PEDAGOGICA HOSPITALAR Solange Marilene Melchior do Prado.....	50
UM ESTUDO SOBRE A INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO DA POPULAÇÃO INDÍGENA DA ALDEIA E TERRA INDÍGENA ATY MIRI DA ETNIA AVÁ GUARANI EM ITAIPULÂNDIA – PR Leandro Luis Barkert Lenz; Margarete Aparecida de Paula; Thaís Fernanda Vieira.....	55
INCLUSÃO SOCIAL NA TRÍPLICE FRONTEIRA: UM CASO DE POLÍTICA PÚBLICA PARA BRASIL, ARGENTINA E PARAGUAI Renato dos Santos.....	70
A PERCEPÇÃO DA TERAPIA OCUPACIONAL EM RELAÇÃO À INCLUSÃO ESCOLAR DE ALUNOS COM TEA Leonardo José Engel Bonott; Lucas Alan Jahn; Adriele Aparecida Zatta.....	77
ALIENAÇÃO PARENTAL NO PROCESSO DE FAMÍLIA, INSTRUMENTO DE VINGANÇA Andressa dos Santos Pereira da Costa; Marcel Augusto Gava de Salles; Nelson Escurra Baez.....	84

EDITORIAL

Em sua quarta edição, a revista **Iguazu Science**, publicação científica da Faculdade UNIGUAÇU que tem por objetivo divulgar contribuições científicas que abrangem todas as áreas do conhecimento descritas pelo CNPq, vem prestigiar a área pedagógica, com o dossiê temático “Educação, Direitos Humanos e Inclusão”. Sob coordenação da profa. dra. Francielle de Camargo Ghellere, coordenadora do curso de Pedagogia da Faculdade UNIGUAÇU, o presente dossiê reúne um total de onze artigos científicos, de autoria de estudantes, egressos e professores de Pedagogia, mas também de Terapia Ocupacional, Administração e Direito.

A foto que estampa a capa da presente edição da revista **Iguazu Science** faz o registro de uma aula de língua portuguesa para imigrantes, em Serranópolis do Iguazu, no ano de 2023. Essa atividade extensionista, promovida pelo curso de Pedagogia da Faculdade Uniguazu em parceria com o Núcleo de Educação e o Colégio Estadual do Campo Pedro Américo, foi tematizada no trabalho de conclusão de curso (TCC) da professora responsável, então acadêmica de pedagogia da UNIGUAÇU, Juliana

Aparecida Kovalesski Gnoatto, intitulado “O ensino da língua portuguesa para venezuelanos: aulas práticas voltadas para jovens e adultos em Serranópolis do Iguazu - PR”, sob orientação da profa. Margarete Aparecida de Paula e coorientação da profa. Salete de Paula. De autoria da profa. Margarete, o belo registro fotográfico, que tão bem materializa, em *pixels*, o tema de nosso dossiê – educação, direitos humanos e diversidade –, flagra estudantes de nacionalidade venezuelana, de variadas idades, dentro de uma sala de aula, instruindo-se em uma nova língua com o objetivo de facilitar sua inserção na sociedade local. Boa parte desses alunos vieram a ser aprovados no Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja), o que lhes trouxe novas oportunidades de estudo e de trabalho. É uma imagem que ilustra como a educação pode mudar a vida das pessoas por meio do conhecimento.

Desejo uma boa leitura.

Prof. dr. Fábio Aristimunho Vargas
Coordenador Adjunto de Pesquisa e Extensão da
Faculdade UNIGUAÇU / Editor da revista Iguazu Science

APRESENTAÇÃO

A Faculdade Uniguaçu, reconhecendo sua responsabilidade social e seu compromisso com o desenvolvimento econômico regional, especialmente nas áreas de meio ambiente, memória cultural, produção artística, educação de qualidade e patrimônio cultural, tem a satisfação de publicar a 4ª edição da revista Iguazu Science. Intitulada "Educação, Direitos Humanos e Inclusão: Saberes e Perspectivas no Contexto Social Contemporâneo", esta edição apresenta uma série de estudos sobre temas relevantes para a sociedade atual. Os artigos fornecem uma análise crítica das práticas educacionais, sociais e culturais, abordando desafios e oportunidades que impactam a sociedade.

Entre os artigos destacados, um estudo examina a inserção escolar de alunos imigrantes na rede regular de ensino, explorando as implicações desse processo de escolarização para as crianças imigrantes. A revista também aborda a importância da identificação e do apoio às crianças superdotadas na primeira infância, investigando definições, características, métodos de identificação, intervenções e suporte disponível. Paralelamente, um estudo sobre a percepção da Terapia Ocupacional em relação à inclusão escolar de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) analisa as práticas e desafios envolvidos no suporte a esses estudantes no ambiente escolar.

No campo das representações midiáticas e memória cultural, um artigo oferece uma análise discursiva das notícias envolvendo o ex-presidente paraguaio Fernando Lugo, destacando a influência da mídia na memória coletiva e na percepção pública sobre figuras políticas. Outro estudo foca nas relações de gênero, examinando as dinâmicas interpessoais dos pedagogos no curso de Graduação em Pedagogia da Uniguaçu, com ênfase nos egressos formados entre 2011 e 2021, e as dificuldades enfrentadas pelos homens ao ingressarem em uma profissão majoritariamente feminina.

A revista ainda apresenta um estudo sobre alienação parental, um fenômeno crescente em disputas familiares, onde um genitor induz a criança a desenvolver sentimentos negativos contra o outro genitor, afetando a relação da criança com o genitor alienado e seu bem-estar psicológico e emocional.

Além disso, a edição relata os resultados de um projeto de intervenção realizado pelos acadêmicos do 7º período de Pedagogia da Faculdade Uniguaçu, que, acompanhados pela professora regente, visitaram o Hospital do Câncer, em Cascavel, Paraná. Devido às restrições de contato direto com os pacientes, a visita teve caráter técnico, permitindo aos alunos conhecer as abordagens educacionais aplicadas no contexto hospitalar.

Outro estudo investiga como as rápidas inovações tecnológicas e as mudanças nas estruturas econômicas globais estão remodelando o trabalho no século XXI, com foco na interação entre a Indústria 4.0, Inteligência Artificial, Big Data e a plataforma da educação, analisadas sob a perspectiva da teoria marxista. A revista inclui ainda uma investigação sobre a inserção dos indígenas da aldeia Aty-Myrim de Itaipulândia no mercado de trabalho local, discutindo as dificuldades enfrentadas por essa comunidade na convivência com os municípios de Itaipulândia. Complementando essa discussão, a revista aborda a inclusão social na tríplice fronteira entre Brasil, Argentina e Paraguai, analisando as possibilidades de geração de emprego e renda a partir das características e vocações regionais, sem perder a identidade regional ou os costumes locais, e considerando a pluralidade étnica e os aspectos culturais da região.

Dentro desse contexto multidisciplinar, esta edição busca enfatizar o papel fundamental da educação na construção de uma sociedade justa, inclusiva e consciente de sua diversidade. Ao explorar temas como a inserção escolar, inovações tecnológicas, apoio aos grupos vulneráveis e as questões de gênero e valorização cultural, a 4ª edição da revista Iguazu Science reforça a importância do conhecimento como ferramenta para enfrentar os desafios contemporâneos e promover o desenvolvimento econômico, social e cultural. A Faculdade Uniguaçu reafirma, portanto, seu compromisso com a excelência educacional, promovendo a valorização da ciência e impulsionando a transformação social.

Profa. dra. Francielle de Camargo Ghellere
Coordenadora do curso de Pedagogia da Faculdade
UNIGUAÇU



A INSERÇÃO ESCOLAR DO ALUNO IMIGRANTE NA REDE REGULAR DE ENSINO

Viviane Rodrigues da Silva*; Francielle de Camargo Ghellere**

* Egressa do Curso de Pedagogia da Faculdade Uniguacu, *e-mail*: vivianerodriguesantunes87@gmail.com

** Doutora em Sociedade, Cultura e Fronteiras (UNIOESTE); Doutorado Sanduíche na Universidad de Ciencias Pedagógicas Enrique José Varona em Cuba. Professora na Secretaria de Educação do Estado do Paraná (SEED) e na Faculdade de Ensino Superior de São Miguel do Iguacu. *E-mail*: francielleghellere@gmail.com

INFORMAÇÕES

Histórico de submissão:

Recebido em: 10 ago. 2024

Aceite: 14 agos. 2024

Publicação *online*: ago. 2024

RESUMO

Este estudo aborda as implicações do processo de escolarização de crianças imigrantes em uma Escola Municipal, situada no município de Itaipulândia, Paraná. A pesquisa visa analisar o processo de alfabetização dos alunos provenientes do Paraguai, país vizinho ao Brasil. O objetivo é compreender a trajetória da imigração no Brasil, especialmente no Estado do Paraná e no município de Itaipulândia, e examinar as políticas educacionais federais, estaduais e municipais voltadas para a inclusão de alunos imigrantes na rede escolar pública. Além disso, pretende-se identificar os principais desafios enfrentados no ensino e na aprendizagem desses alunos, bem como as expectativas dos educadores da escola, incluindo o diretor, o coordenador pedagógico e os professores, em relação aos projetos e ações voltados para a integração dos alunos imigrantes. A pesquisa também busca revelar as principais dificuldades encontradas pelos professores na sala de aula em relação à alfabetização dos alunos imigrantes, utilizando questionários como método de coleta de dados. Assim, pretende-se elucidar o processo de inserção dos alunos imigrantes no sistema educacional regular.

Palavras-chave: Escolarização; Imigrantes; Alfabetização; Políticas educacionais e Inclusão

RESUMEN

Este estudio aborda las implicaciones del proceso de escolarización de niños inmigrantes en la Escuela Municipal, ubicada en Línea Caramuru, en el municipio de Itaipulândia, Paraná. La investigación tiene como objetivo analizar el proceso de alfabetización de los alumnos provenientes de Paraguay, un país vecino de Brasil. Se pretende comprender la trayectoria de la inmigración en Brasil, en particular en el Estado de Paraná y en el municipio de Itaipulândia, y examinar las políticas educativas federales, estatales y municipales dirigidas a la inclusión de alumnos inmigrantes en la red escolar pública. Además, se busca identificar los principales desafíos en la enseñanza y el aprendizaje de estos alumnos, así como las expectativas de los educadores de la escuela, incluyendo al director, al coordinador pedagógico y a los profesores, con respecto a los proyectos y acciones destinados a la integración de los alumnos inmigrantes. La investigación también tiene como objetivo revelar las principales dificultades que enfrentan los profesores en el aula con respecto a la alfabetización de los alumnos inmigrantes, utilizando cuestionarios como método de recolección de datos. De este modo, se pretende esclarecer el proceso de inserción de los alumnos inmigrantes en el sistema educativo regular.

Palabras clave: Escolarización; Inmigrantes; Alfabetización; Políticas educativas e Inclusión

Citação: SILVA, Viviane Rodrigues da; GHELLERE, Francielle de Camargo. A inserção escolar do aluno imigrante na rede regular de ensino. **Iguazu Science**, São Miguel do Iguazu, v. 2, n. 4, p. 9-14, ago. 2024.

INTRODUÇÃO

A questão da escolarização de crianças imigrantes é um tema relevante e complexo no contexto educacional brasileiro, especialmente em regiões de fronteira como o Oeste do Paraná. Neste cenário, uma Escola Municipal, localizada no município de Itaipulândia, enfrenta o desafio de integrar e alfabetizar alunos oriundos do Paraguai, país que faz fronteira com o Brasil. O município de Itaipulândia enfrentou recentemente um significativo fluxo migratório de brasiguaios, ou seja, brasileiros descendentes estabelecidos em território do Paraguai, principalmente nas regiões fronteiriças. Esses migrantes, impulsionados por fatores como a mecanização agrícola e o êxodo rural, retornam ao Brasil em busca de melhores condições de vida, trazendo consigo uma variedade de desafios educacionais e culturais.

A carência de políticas públicas específicas para a inclusão de crianças imigrantes nas escolas brasileiras agrava essas dificuldades. A falta de diretrizes claras e estruturadas para o acolhimento, integração e capacitação dos professores que trabalham com esses alunos pode levar a uma deficiência na qualidade do ensino e na efetiva inclusão desses estudantes no sistema educacional. Oliveira (2020) ressalta que a ausência de políticas específicas para alunos imigrantes contribui para uma situação de fragilidade no processo educacional, refletindo uma lacuna significativa nas políticas educacionais do país.

Neste contexto, o presente estudo tem como objetivo investigar o processo de escolarização e alfabetização dos alunos imigrantes em uma Escola de Itaipulândia, com foco nas dificuldades enfrentadas tanto pelos alunos quanto pelos educadores.

Por meio da aplicação de questionários e da análise das políticas educacionais vigentes, busca-se entender como a integração desses alunos ocorre na prática, quais são os principais desafios e quais estratégias podem ser adotadas para melhorar a inclusão e o desempenho educacional dos alunos imigrantes.

Desta forma, a pesquisa visa contribuir para o debate sobre a inclusão de estudantes estrangeiros nas escolas públicas brasileiras, promovendo uma

compreensão mais profunda dos obstáculos enfrentados e das possíveis soluções para garantir uma educação de qualidade e inclusiva para todos os alunos.

METODOLOGIA

Para a realização desta pesquisa, será adotada a pesquisa bibliográfica para a fundamentação teórica, conforme proposto por Fonseca (2002). Ele destaca que a pesquisa bibliográfica deve ser conduzida

[...] a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem, porém, pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta (FONSECA, 2002, p. 32).

Assim, a fundamentação teórica será construída a partir de estudos já publicados, através do levantamento e análise de obras relevantes, como enfatiza Severino (2007), ao afirmar que a pesquisa bibliográfica se realiza pelo

[...] registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses, etc. Utilizam-se dados de categorias teóricas já trabalhadas por outros pesquisadores e devidamente registrados. Os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados. O pesquisador trabalha a partir de contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos (SEVERINO, 2007, p. 122).

Dessa forma, as informações e conhecimentos adquiridos dessas fontes constituirão a base teórica para o desenvolvimento da pesquisa, seguindo as orientações de Lakatos e Marconi (2003), que apontam que

[...] a pesquisa bibliográfica não é mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre certo assunto, mas propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras.

Além do estudo teórico baseado na pesquisa bibliográfica, será realizado um estudo de caso mediante a aplicação de um questionário, o qual permitirá a interpretação da realidade estudada no seu contexto local, articulada aos aspectos sociais relacionados à questão migratória. Lakatos e Marconi (2003) argumentam que o contexto estudado através da aplicação de questionários permite a construção de uma pesquisa exploratória com uma abordagem qualitativa, especialmente entre os profissionais envolvidos no processo.

Assim, para a realização deste trabalho, serão utilizados a pesquisa bibliográfica e o questionário semiestruturado, visando à coleta de dados sobre os alunos imigrantes que estudam na rede municipal de Itaipulândia. O questionário será aplicado aos alunos do 5º ano do ensino fundamental, com foco especial no grupo de estudantes oriundos do Paraguai.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O campo da política educacional brasileira é responsável por definir os aspectos que os governos consideram fundamentais para a organização do sistema educacional no país, especialmente no que se refere à relação entre a demanda social por educação e o posicionamento do Estado frente a essa demanda (SOUZA, 2006). Nesse contexto, as políticas públicas são formuladas para garantir os direitos sociais estabelecidos pela Constituição Brasileira de 1988, uma vez que o exercício pleno da cidadania requer a garantia dos direitos civis, políticos e sociais, essenciais para assegurar a participação integral na sociedade (MARSCHAL, 1967).

A demanda por educação escolar para imigrantes e as formas de atendimento dessas necessidades específicas pelo poder público inserem-se no campo das políticas educacionais, particularmente aquelas

voltadas para a inclusão de pessoas em situações que demandam atenção especial por parte do Estado, por meio do Ministério da Educação e das secretarias estaduais e municipais. Os estudantes imigrantes estão, portanto, inseridos no contexto das políticas de inclusão educacional e social, as quais têm como referência a Conferência Mundial sobre Educação para Todos, realizada em Jomtien, Tailândia, em março de 1990, sob a coordenação da UNESCO, que defende a educação como meio para alcançar a equidade social.

Conforme Oliveira (2010), as políticas de inclusão na educação brasileira foram desenvolvidas com o objetivo de mitigar as desigualdades sociais e possibilitar o acesso à cidadania, fundamentando-se no princípio da equidade e na perspectiva da inclusão, com vistas a ampliar e assegurar a todos o direito à educação. Contudo, o campo das políticas educacionais, além de atender às demandas sociais gerais, também se empenha em responder às necessidades específicas de determinados grupos ou segmentos da comunidade. Para tal, são criadas leis voltadas para a diversidade e desenvolvidos programas destinados ao acolhimento de diferentes grupos específicos no sistema escolar brasileiro (OLIVEIRA, 2020).

No âmbito das especificidades educacionais, o governo brasileiro elaborou programas destinados a diversos grupos, entre os quais afrodescendentes, indígenas, jovens e adultos, população carcerária e educação especial para pessoas com deficiências, entre outros (OLIVEIRA, 2020). Entretanto, no que tange à elaboração de programas educacionais específicos voltados para o atendimento de imigrantes nas escolas, ainda há uma grande carência, apesar de o país ter sido historicamente construído por fluxos constantes de migrantes.

Apesar da falta de uma legislação específica sobre a temática, é possível inferir, em diversas leis, aspectos relevantes voltados ao atendimento de pessoas imigrantes, especialmente aquelas relacionadas aos direitos humanos.

Assim como há uma carência significativa na área das políticas públicas educacionais direcionadas aos estudantes imigrantes, também são escassas as publicações sobre o tema, geralmente caracterizadas por estudos de caso. De acordo com Oliveira (2010), as pesquisas sobre educação e migração no Brasil indicam uma certa invisibilidade do tema, o que pode sugerir que não haja uma demanda específica para a formulação de políticas públicas voltadas a esse grupo.

Todavia, os estudos existentes, embora configurados predominantemente como estudos de caso, são uma referência valiosa para esta pesquisa, uma vez que as políticas educacionais voltadas à diversidade, mesmo em nível local, por meio de projetos ou programas destinados ao acolhimento de diferentes grupos específicos no sistema escolar brasileiro, podem contribuir para o entendimento do modo como esses estudantes são recebidos na rede pública e nas escolas, além de como essas instituições se organizam para atender às suas necessidades educacionais específicas.

Nesse contexto, os programas específicos elaborados para o trabalho pedagógico com imigrantes nas escolas tornam-se essenciais. Segundo Oliveira (2010), os estudos que abordam a presença de estudantes estrangeiros nas escolas brasileiras podem ser agrupados em dois blocos principais: aqueles que se referem a áreas de fronteira e aqueles localizados em regiões com maior prosperidade econômica.

Por exemplo, Oliveira (2010) cita o trabalho de Schmidt e Volkmer (2016), que trata da situação dos estudantes imigrantes haitianos nas cidades do Vale do Taquari, especialmente em Arroio do Meio - RS, resultado de migrações motivadas principalmente por ofertas de emprego e qualidade de vida. De acordo com o texto, os desafios enfrentados pelos imigrantes no acesso à educação nesse município, tanto no que concerne ao trabalho dos profissionais da educação quanto aos desafios enfrentados pelos alunos haitianos nos anos iniciais do ensino fundamental, são significativos.

Outra experiência educacional com estudantes imigrantes é apresentada por Souza e Senna (2016), cujas pesquisas abordam a inclusão desses alunos em escolas públicas situadas em duas fronteiras brasileiras: na cidade de Bonfim, Roraima, e em Foz do Iguaçu, Paraná. Os autores destacam que, nessas regiões, também não existem políticas públicas específicas para lidar com os estudantes imigrantes, apesar de ambas estarem localizadas em áreas do território brasileiro profundamente marcadas pela presença de imigrantes.

Santos e Cotinguiba (2017) corroboram esses estudos ao discutir as dificuldades e desafios enfrentados por crianças imigrantes haitianas em Porto Velho, Rondônia. Segundo os autores, nessa região, além da ausência de políticas públicas direcionadas à inserção social de crianças imigrantes no ambiente escolar, a questão da comunicação e a falta de formação específica para os profissionais da educação agravam a situação desses

alunos, o que gera obstáculos tanto para a inserção dessas crianças no sistema formal de ensino quanto para promover sua aprendizagem e desenvolvimento na escola.

Cunha (2015) também aborda a questão dos imigrantes haitianos e bolivianos na rede escolar, concentrando-se nas Regiões Sul e Sudeste do Brasil, especialmente em São Paulo. O autor apresenta uma problemática similar à observada em outros locais, enfatizando a ausência de políticas públicas e as dificuldades enfrentadas por esses alunos, especialmente no que tange à comunicação e à aculturação.

Em suma, todos esses trabalhos indicam a ausência de políticas educacionais específicas para os estudantes imigrantes em nosso país, ressaltando que os esforços para o acolhimento e para promover o ensino e a aprendizagem desses alunos estão circunscritos ao trabalho dos educadores que atuam no sistema educacional, particularmente nas escolas.

Essa análise sugere que, para compreender a situação dos estudantes estrangeiros nas escolas públicas brasileiras, os desafios que enfrentam e os progressos que demonstram, bem como as dificuldades que os profissionais da educação encontram no processo de ensino e na organização do trabalho pedagógico, é necessário considerar a realidade de cada instituição escolar, dado que essas instituições se organizam para atender essa realidade de forma satisfatória, apesar da ausência de políticas públicas específicas.

Na sequência, será apresentado o processo de acolhimento ao aluno imigrante na Escola de Itaipulândia, Paraná, nos anos iniciais do ensino fundamental, com base em entrevistas e questionários realizados com os alunos do 5º Ano do Ensino Fundamental. A pesquisa focou na inserção escolar de alunos imigrantes na rede regular de ensino, com base no diagnóstico realizado com o público-alvo e posterior análise dos dados.

Conforme Marconi e Lakatos (1999, p. 100), o questionário é um "instrumento de coleta de dados constituído por uma série de perguntas que devem ser respondidas por escrito". Considerando que o público-alvo são alunos dos anos iniciais do ensino fundamental, as perguntas foram formuladas de maneira simples e com vocabulário adequado à capacidade deles. O questionário foi composto por sete perguntas de múltipla escolha e três perguntas abertas, nas quais os estudantes puderam expressar-se com suas próprias palavras.

Segundo Mattar (1994), a organização do questionário é crucial para atingir os objetivos

propostos, especialmente quando as perguntas iniciais são gerais e as específicas aparecem ao final. Essa lógica permite que os indivíduos se sintam à vontade antes de responder questões mais específicas, que refletem o principal interesse da pesquisa.

O questionário foi aplicado a 24 alunos da Escola, incluindo alunos brasiguaios de uma turma de 5º ano do ensino fundamental. A inclusão de alunos que não são o público-alvo específico do trabalho visou evitar a segregação, proporcionando um ambiente mais tranquilo para todos, diluindo o grupo de imigrantes entre os demais colegas.

Apesar de a pesquisa abranger todos os alunos dessa turma, o foco principal foram os alunos imigrantes. Dentre os participantes, 18 alunos nasceram no Brasil e 8 no Paraguai. Em relação à idade, a maioria dos brasileiros tinha 10 anos, enquanto os alunos paraguaios estavam na faixa etária de 10 a 13 anos.

Os alunos brasileiros residem no país desde o nascimento, enquanto os de nacionalidade paraguaia estão no Brasil há cerca de dois anos. Os brasileiros começaram seus estudos na rede escolar brasileira na educação infantil, enquanto os alunos paraguaios iniciaram seus estudos no Brasil há dois anos.

Quanto à composição familiar, as respostas indicam diferenças significativas. A maioria dos brasileiros vive em lares com dois ou três membros, enquanto os imigrantes paraguaios, em sua maioria, vivem em famílias numerosas.

Sobre a nacionalidade dos pais, a maioria dos alunos brasileiros indicou que ambos os pais são brasileiros. Entre os alunos paraguaios, a maioria relatou ter pais que também nasceram no Paraguai.

As últimas perguntas do questionário foram direcionadas especificamente aos alunos imigrantes, buscando entender melhor suas experiências. Em relação aos motivos que os levaram a morar no Brasil, a maioria mencionou a busca por melhores condições de vida, enquanto outros citaram a proximidade com familiares que já residiam no país.

Ao serem questionados sobre como foi deixar o país de origem, as respostas revelaram tristeza e saudade, especialmente em relação aos amigos, animais de estimação e o ambiente que deixaram para trás. Quanto à recepção na rede escolar brasileira, as opiniões foram mistas: alguns relataram terem sido bem recebidos, especialmente pela professora, enquanto outros encontraram dificuldades, particularmente relacionadas à língua.

Por fim, ao serem indagados sobre como é estudar em uma escola com costumes diferentes e uma língua estrangeira, as respostas indicaram uma experiência desafiadora, com dificuldades de adaptação e de comunicação.

A análise dos dados revela que a inserção escolar de estudantes imigrantes apresenta diversos desafios, principalmente relacionados à linguagem, que pode se tornar uma barreira significativa para a compreensão dos conteúdos e o desenvolvimento das capacidades dos estudantes. Além disso, a composição familiar dos alunos imigrantes difere da dos brasileiros, o que também pode influenciar o processo de adaptação e aprendizagem.

Outro aspecto importante é a questão do pertencimento e da construção de vínculos, fundamentais para o sucesso da aprendizagem. A falta de acolhimento pode gerar barreiras ao desenvolvimento e à apropriação dos conteúdos escolares. A afetividade e a interação são essenciais para criar um ambiente propício à aprendizagem.

É importante ressaltar que a identidade cultural dos estudantes imigrantes precisa ser respeitada e valorizada. O preconceito e a exclusão social, presentes em muitos ambientes, inclusive nas escolas, podem prejudicar o processo de inserção e aprendizagem desses alunos.

Portanto, é fundamental que sejam elaboradas políticas públicas que ofereçam suporte tanto para os estudantes imigrantes quanto para as escolas, visando garantir a inclusão, a aprendizagem e o desenvolvimento cognitivo desses alunos.

CONCLUSÕES

A questão das políticas públicas inclusivas para a inserção de estudantes imigrantes nas escolas públicas brasileiras é complexa e multifacetada, envolvendo diversos contextos e desigualdades que impulsionam a migração. Ela abrange questões sociais, culturais, educacionais, econômicas, além de valores, sentimentos e histórias de vida.

De maneira geral, essas políticas são incipientes, pois não conseguem contemplar todas as circunstâncias e situações enfrentadas pelas famílias ou grupos que decidem viver em outro país, ou são forçados a se mudar. A carência desse aspecto organizacional, praticamente marcada pela ausência de políticas públicas, faz com que a inclusão dos estudantes imigrantes ocorra de maneira singular em cada instituição escolar, dependendo de como cada escola se organiza para recebê-los.

Isso foi evidenciado na revisão de literatura, que demonstrou tanto a ausência de políticas públicas educacionais específicas para esses alunos quanto a escassa produção acadêmica sobre o processo de inserção de estrangeiros que migram para o Brasil. Esta pesquisa, análoga a um estudo de caso, buscou compreender como ocorre a inserção de alunos imigrantes em uma escola da rede municipal de Itaipulândia, PR. Embora existam legislações que garantem o direito à educação, esses estudantes geralmente são invisibilizados no ambiente escolar.

A análise desse contexto específico revela os desafios encontrados na escola, especialmente relacionados às dificuldades com a linguagem, comunicação, acolhimento e progresso cognitivo. No 5º ano, há seis estudantes imigrantes do Paraguai, que representam 25% dos alunos da turma e foram o foco desta pesquisa. O questionário aplicado identificou aspectos sociais, econômicos, emocionais e cognitivos, particularmente no que se refere ao acolhimento e à aprendizagem.

Os dados obtidos indicam que esses estudantes enfrentam desafios significativos para superar a saudade do ambiente onde viviam no Paraguai, dos amigos, familiares e da vida que tinham, assim como para se adaptar, conviver, comunicar e aprender no novo contexto escolar. Questões relacionadas à linguagem, cultura, vivências, aceitação, acolhimento, ajuda, aprendizagem e desenvolvimento cognitivo compõem o contexto e a circunstância do ambiente escolar em que se encontram, interferindo diretamente no rendimento escolar.

A discriminação, o preconceito e a não aceitação afetam a autoafirmação, a confiança, a capacidade de aprendizado e o progresso cognitivo desses alunos. Da mesma forma, as dificuldades de comunicação e linguagem podem constituir um obstáculo significativo no contexto educacional.

A invisibilidade dos imigrantes e das dificuldades que enfrentam no ambiente escolar, associada aos aspectos culturais, indica a necessidade urgente de desenvolver projetos específicos que promovam a inclusão efetiva. Esses projetos devem envolver todos os alunos da escola, professores, funcionários e a comunidade escolar, com o objetivo de superar preconceitos, valorizar a cultura e estimular o

protagonismo dos estudantes imigrantes. Essas ações são fundamentais para a superação das condições desafiadoras que esses alunos enfrentam em seu processo de inserção e aprendizado.

REFERÊNCIAS

- CUNHA, M. A. O problema do aluno imigrante: escola, cultura, inclusão. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 12., 2015, Curitiba. **Anais...** Curitiba: Educere, 2015. p. 21171-21177.
- FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.
- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo, SP: Atlas 2003.
- MATTAR, F. N. **Pesquisa de marketing: metodologia, planejamento, execução e análise**, 2a. ed. São Paulo: Atlas, 1994. 2v., v.2.
- MARSHALL, T. H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967. p.57-114.
- OLIVEIRA, D. A. **O imigrante na política educacional brasileira: um sujeito ausente**. Ponta Grossa: Prática Educativa, 2020.
- SANTOS, A. P.; SANTOS, M. S. F.; COTINGUIBA, M. L. P. A inserção da criança haitiana no ambiente escolar brasileiro: um estudo de caso na cidade de Porto Velho. **Revista de Estudos de Literatura, Cultura e Alteridade – Igarapé**, Porto Velho, v. 5, n. 2, 2017.
- SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo, SP: Cortez, 2007.
- SOUZA, J.; SENNA, L. A. G. **Desafios para a inclusão de imigrantes em escolas de regiões fronteiriças**. In: Textos e Debates. V.2. ISSN: 2317-1448. 55-68.



TRANSFORMAÇÕES DO TRABALHO NO SÉCULO XXI: INDÚSTRIA 4.0, INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL, BIG DATA E A PLATAFORMIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO NA FORMAÇÃO DO ESTUDANTE PARA O MERCADO DE TRABALHO, UM ESTUDO A PARTIR DA PERSPECTIVA MARXISTA

Marcos Galdino*; Thiago Benitez Mello*; Taiza Fernanda Ramalhais; Maura Sandra da Silva do Nascimento**; Jéssica Gaspar da Costa*****.

* Pós-doutorado em Teologia, e-mail: marcos_galdino@hotmail.com

** Doutor em Sociedade, Cultura e Fronteiras, e-mail: thiago_benitez@hotmail.com

*** Doutora em Psicologia, e-mail: ramalhaistf@gmail.com

**** Mestra em Ensino, e-mail: professoramaurabarao@gmail.com.br

***** Especialista em Neuropsicologia, e-mail: jessica.gaspar@descomplica.com.br

INFORMAÇÕES

Histórico de submissão:

Recebido em: 10 ago. 2024

Aceite: 14 ago. 2024

Publicação online: ago. 2024

RESUMO

O presente estudo investiga como as rápidas inovações tecnológicas e as mudanças nas estruturas econômicas globais estão remodelando o trabalho no século XXI. Foca na interação entre a Indústria 4.0, a Inteligência Artificial, o Big Data e a plataformação da educação, analisando essas transformações sob a perspectiva da teoria marxista. A pesquisa examina como essas tecnologias alteram a formação dos estudantes e sua preparação para o mercado de trabalho, considerando questões como a dinâmica de poder, a exploração e a alienação. Avalia o impacto das novas tecnologias nas relações de trabalho, incluindo mudanças na demanda por habilidades e a possível substituição de mão de obra, utilizando conceitos marxistas como alienação e mais-valia. Explora brevemente como a plataformação da educação influencia a formação acadêmica e a adaptação dos estudantes ao mercado de trabalho, examinando a privatização do ensino e suas implicações para a qualidade da educação e as condições de trabalho dos educadores. Considerando a perspectiva marxista de relações de classe e poder, a pesquisa também analisa políticas públicas e estratégias sindicais que podem surgir como respostas às transformações do trabalho.

Palavras-Chave: Transformações do Trabalho; Formação do Estudante; Plataformação da Educação, Inteligência Artificial.

ABSTRACT / RESUMEN

This study investigates how rapid technological innovations and changes in global economic structures are reshaping work in the 21st century. It focuses on the interaction between Industry 4.0, Artificial Intelligence, Big Data and the platformization of education, analyzing these transformations from the perspective of Marxist theory. The research examines how these technologies change students' training and their preparation for the job market, considering issues such as power dynamics, exploitation and alienation. Assesses the impact of new technologies on labor relations, including changes in the demand for skills and the possible replacement of labor, using Marxist concepts such as alienation and surplus value. It briefly explores how the platformization of education influences academic training and students' adaptation to the job market, examining the privatization of education and its implications for the quality of education and the working conditions of educators. Considering the Marxist perspective of class and power relations, the research also analyzes public policies and union strategies that may emerge as responses to work transformations.

Keywords: Work Transformations; Student Training; Education Platformization, Artificial Intelligence.

Copyright © 2024, Marcos Galdino; Thiago Benitez Mello; Taiza Fernanda Ramalhais; Maura Sandra do Nascimento; Jéssica Gaspar da Costa. *This is an open access article distributed under the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.*

Citação: GALDINO, Marcos; MELLO, Thiago Benitez; RAMALHAIS, Taiza Fernanda; NASCIMENTO, Maura Sandra da Silva do; COSTA, Jéssica Gaspar da. Transformações do trabalho no século XXI: indústria 4.0, inteligência artificial, *big data* e a plataformação da educação na formação do estudante para o mercado de trabalho, um estudo a partir da perspectiva marxista. *Iguazu Science*, São Miguel do Iguazu, v. 2, n. 4, p. 15-24, ago. 2024.

INTRODUÇÃO

A transformação do trabalho no século XXI é um tema de grande relevância e complexidade, que envolve uma série de mudanças impulsionadas pela tecnologia e pela economia globalizada. Ao analisar essas transformações a partir de uma perspectiva marxista, é possível destacar alguns elementos importantes para serem discutidos, dentre eles podemos destacar a Indústria 4.0 que representa a quarta revolução industrial, caracterizada pela automação, digitalização e interconexão de processos de produção. Partindo do ponto de vista marxista, essa automação pode levar à substituição de mão de obra humana por máquinas, resultando em desemprego estrutural e alienação do trabalhador, que perde o controle sobre o processo de produção. A Inteligência Artificial (IA) tem o potencial de automatizar tarefas cognitivas anteriormente realizadas por seres humanos. Isso pode aumentar a produtividade, mas também levanta preocupações sobre a exploração da força de trabalho, uma vez que os trabalhadores podem ser substituídos por sistemas de IA sem a devida valorização de seu trabalho. A Big Data que se constitui da análise de grandes volumes de dados sendo fundamental para muitas empresas na tomada de decisões. No entanto, a coleta e o uso de dados podem também ser vistos como uma forma de vigilância e controle, o que se encaixa na crítica marxista à alienação e à exploração do trabalhador. A Plataformização da Educação também está passando por transformações significativas, com a crescente utilização de plataformas online. Isso pode tornar a educação mais acessível, mas também levanta questões sobre a privatização do ensino e a criação de uma força de trabalho altamente qualificada, porém precarizada.

A compreensão das transformações do trabalho e sua influência na formação dos estudantes e na preparação para o mercado de trabalho é essencial para garantir uma sociedade mais justa e igualitária. As tecnologias emergentes, como a Indústria 4.0 e a

Inteligência Artificial, têm o potencial de impactar profundamente as relações de trabalho, alterando a demanda por habilidades e até mesmo melhorando a mão de obra humana. A plataformação da educação, por sua vez, levanta questões sobre a privatização do ensino, a qualidade da educação e as condições de trabalho dos educadores.

Os objetivos específicos desta pesquisa visam aprofundar nossa compreensão dessas questões complexas. Ao investigar o impacto das tecnologias da Indústria 4.0, da Inteligência Artificial e do Big Data nas relações de trabalho, utilizando os conceitos marxistas de alienação e mais-valia, buscamos identificar como as dinâmicas de poder estão sendo reconfiguradas. A avaliação da plataformação da educação nos permite analisar como ela influencia a formação dos estudantes e sua adaptação ao mercado de trabalho, levando em consideração as relações de classe e poder da perspectiva marxista.

Além disso, a análise das políticas públicas e estratégias sindicais nos ajuda a entender como as respostas às transformações do trabalho no século XXI estão sendo moldadas pela visão marxista de luta de classes e emancipação dos trabalhadores,

Este projeto de pesquisa, centrado em um contexto social específico, tem como objetivo revelar as estruturas sociais, os processos históricos e as contradições apresentadas. Espera-se que esta pesquisa contribua significativamente para uma compreensão mais profunda das dinâmicas sociais do contexto, expondo desigualdades, contradições e forças motrizes que moldaram o seu desenvolvimento histórico. Além disso, busca-se ampliar o conhecimento sobre a aplicação da metodologia materialista dialética na pesquisa documental qualitativa, proporcionando insights valiosos para futuros estudos.

A pergunta de pesquisa proposta emerge da complexidade intrínseca das transformações no trabalho no século XXI, impulsionadas por avanços tecnológicos e pela economia globalizada. A abordagem marxista, com seu enfoque nas relações

de classe, alienação e luta de classes, oferece um arcabouço teórico sólido para analisar e interpretar as dinâmicas sociais subjacentes a essas transformações. Considerando o exposto até o momento, esta pesquisa a priori pretende responder “Como as transformações decorrentes da Indústria 4.0, Inteligência Artificial, Big Data e Plataformização da Educação impactam as relações de trabalho no século XXI, à luz da perspectiva marxista, considerando os conceitos de alienação, mais-valia e luta de classes, e de que maneira as políticas públicas e estratégias organizacionais sindicatos e os diversos movimentos sociais respondem a essas transformações?”

Este breve estudo representa um elemento fundamental entre a formação acadêmica e profissional para minha formação como pesquisadora, cuja atuação se destaca no âmbito da educação, especificamente na formação dos estudantes da rede pública. A temática abordada, “Transformações do Trabalho no Século XXI”, transcende a mera análise tecnológica, adentrando uma perspectiva crítica à luz do pensamento marxista.

Ao articular a linha de pesquisa em marxismo, história e organização da educação brasileira, o estudo lança um olhar aprofundado sobre as influências da Indústria 4.0, Inteligência Artificial, Big Data e Plataformização da Educação na preparação dos estudantes para o mercado de trabalho.

A realização de pesquisas empíricas sobre problemas sociais e de educação fortalece o embasamento teórico, conferindo à pesquisa uma aplicabilidade concreta e relevância para a realidade enfrentada por alunos da classe trabalhadora na rede pública.

Pretende-se nesse texto compreender como as transformações do trabalho do século XXI afetam a formação dos estudantes e sua preparação para o mercado de trabalho, com foco na interação entre a Indústria 4.0, a Inteligência Artificial, o Big Data e a plataformização da educação, sob a perspectiva da teoria marxista, examinando as dinâmicas de poder, exploração e alienação presentes nesse contexto.

METODOLOGIA

O estudo dessa pesquisa buscará na revisão da literatura tanto de autores clássicos, quanto de autores que se destacam nas pesquisas relacionadas

ao trabalho e a educação base para sua fundamentação.

Este projeto de pesquisa aborda a dialética materialista como uma estrutura teórico-metodológica fundamental na condução de uma investigação de natureza qualitativa, centrada em um contexto social específico. A abordagem materialista dialética, derivada das bases filosóficas do marxismo, serve como alicerce para a compreensão aprofundada das relações sociais e das complexidades inerentes a elas, sendo que derivada das bases filosóficas do marxismo, serve como alicerce para a compreensão aprofundada das relações sociais e das complexidades inerentes a elas.

A metodologia materialista dialética será o alicerce metodológico deste projeto, busca analisar a realidade social considerando as contradições, os conflitos e as forças motrizes que impulsionaram a dinâmica da sociedade. Essa abordagem oferece uma lente crítica para a compreensão das estruturas sociais, das relações de poder e das transformações históricas.

A abordagem do materialismo dialético, conforme delineada por José Paulo Netto (2011), manifesta-se como um procedimento metodológico que transcende o mero enfoque analítico. Sob a perspectiva netteana, o materialismo dialético não apenas se configura como uma ferramenta de análise, mas assume um papel proeminente como um instrumental capaz de orientar a pesquisa e a compreensão crítica das dinâmicas sociais. Nesse contexto, Netto enfatiza a relevância do materialismo dialético como uma estrutura conceitual que permite a apreensão das contradições inerentes às relações sociais, visando, assim, a compreensão profunda e transformadora da realidade socioeconômica.

A pesquisa documental é a técnica principal de coleta de dados, tem como objetivo uma análise crítica de documentos, textos, registros históricos e qualquer outra fonte escrita relevante para o contexto social em estudo, buscando identificar evidências que nos permitam uma análise aprofundada das relações sociais, das mudanças históricas e das contradições existentes.

A abordagem qualitativa é adotada para aprofundar a compreensão da questão social em questão, envolvendo a interpretação subjetiva dos dados coletados, com foco na compreensão das perspectivas e experiências das pessoas envolvidas no contexto social, considerando que pesquisa qualitativa permite uma exploração mais profunda

das nuances e significados por trás dos eventos sociais.

O presente projeto de pesquisa se concentra em um contexto social específico, que a partir da análise materialista dialética e a pesquisa documental qualitativa são aplicadas a este contexto para desvelar as estruturas sociais, os processos históricos e as contradições presentes.

Espera-se que essa pesquisa contribua para uma compreensão mais profunda das dinâmicas sociais do contexto revelando contradições, desigualdades e forças que impulsionaram o desenvolvimento histórico. Além disso, busca-se ampliar o conhecimento sobre a aplicação da metodologia materialista dialética na pesquisa documental de abordagem qualitativa, fornecendo insights valiosos para futuros estudos.

TEORIAS DO TRABALHO E TRANSFORMAÇÕES CONTEMPORÂNEAS: DA ANÁLISE MARXISTA À PLATAFORMIZAÇÃO

Esse breve estudo apresenta a pesquisa de alguns teóricos que analisam os conceitos da constituição do trabalho, a relação entre o trabalho e o capitalismo, a luta de classes dentre os quais destacam-se Marx (2013); Engels (2010); Gramsci, (1999, 2001, 2005, 2007); Braverman, 1987; Neves 2022. Nas discussões referentes ao processo de terceirização e precarização do trabalho alguns autores preliminares são Tavares (2020); Antunes, (2020a); Campos (2018), e por fim destacar a priori Marcuse (1989) que traz elementos para discutir a análise da sociedade tecnológicas, simplificação do trabalho, conceito de alienação na sociedade de consumo e da tecnologia.

A teoria marxista é uma abordagem crítica fundamental para compreender o trabalho, sua evolução e as transformações contemporâneas. Karl Marx, em sua obra seminal "O Capital," delineou uma análise profunda das relações de trabalho no contexto do capitalismo, fornecendo uma estrutura teórica abrangente que permanece relevante até os dias de hoje.

No cerne da teoria marxista está o conceito de mais-valia, que se refere à diferença entre o valor produzido pelo trabalhador e o valor que o trabalhador recebe como salário. Marx argumentou que, sob o capitalismo, os proprietários dos meios de produção (a burguesia) exploram os trabalhadores (o proletariado) ao extrair mais-valia de seu trabalho. Isso ocorre porque o valor do trabalho

excedente (ou seja, a mais-valia) é apropriado pelos capitalistas, resultando em lucros para eles.

No entanto, a característica mais essencial do modo de produção capitalista não é a criação de mais-valia absoluta, porém de mais-valia relativa. Esta resulta do acúmulo de inovações técnicas, que elevam a produtividade social do trabalho e acabam por diminuir o valor dos bens de consumo nos quais se traduz o valor da força de trabalho, exigindo menor tempo de trabalho para a reprodução desta última. Por isso, sem que se alterem o tempo e a intensidade da jornada de trabalho, cuja grandeza permanece a mesma, altera-se a relação entre seus componentes: se diminui o tempo de trabalho necessário, deve crescer, em contrapartida, o tempo de sobretrabalho (MARX, 2013 p. 41).

Além disso, a teoria marxista enfatiza a alienação do trabalhador no sistema capitalista. Marx argumentou que, à medida que o trabalhador vende sua força de trabalho em troca de um salário, ele perde o controle sobre o processo de produção e o produto de seu trabalho. Isso leva a uma sensação de alienação, na qual o trabalhador se torna estranho ao produto de seu próprio trabalho e à sua própria essência como ser humano.

Por força de trabalho ou capacidade de trabalho entendemos o complexo [Inbegriff] das capacidades físicas e mentais que existem na corporeidade [Leiblichkeit], na personalidade viva de um homem e que ele põe em movimento sempre que produz valores de uso de qualquer tipo (MARX, 2013 p. 313).

Ou ainda:

[...a força de trabalho só pode aparecer como mercadoria no mercado na medida em que é colocada à venda ou é vendida pelo seu próprio possuidor, pela pessoa da qual ela é a força de trabalho. Para vendê-la como mercadoria, seu possuidor tem de poder dispor dela, portanto, ser o livre proprietário de sua capacidade de trabalho, de sua pessoa...] (MARX, 2013, p. 313).

No contexto das transformações do trabalho no século XXI, a teoria marxista fornece uma lente crítica valiosa. A automação, a Indústria 4.0, a Inteligência Artificial e o Big Data estão alterando profundamente as relações de trabalho.

Trabalhadores podem ser substituídos por máquinas em várias tarefas, levando a preocupações sobre desemprego estrutural e maior exploração. Além disso, a plataforma da educação cria novas formas de alienação, à medida que a aprendizagem é desvinculada do contexto tradicional de sala de aula e controlada por grandes empresas.

No entanto, a teoria marxista também aponta para a possibilidade de resistência e transformação. A luta de classes, um conceito central na teoria marxista, sugere que os trabalhadores têm o potencial de se unir para buscar melhores condições de trabalho e uma redistribuição mais justa da riqueza.

Portanto, ao analisar as transformações do trabalho no século XXI a partir da perspectiva marxista, é possível identificar as dinâmicas de exploração, alienação e desigualdade, mas também as oportunidades para refletir as possíveis ações coletivas e mudanças sociais.

Como o fundador do pensamento marxista, Marx fornece a base fundamental para a análise das transformações do trabalho. Sua obra, como "O Capital," abordam conceitos cruciais, como mais-valia, alienação e luta de classes, que são essenciais para compreender como as mudanças tecnológicas e econômicas afetam os trabalhadores e as relações de produção.

O produto do trabalho é, em todas as condições sociais, objeto de uso, mas o produto do trabalho só é transformado em mercadoria numa época historicamente determinada de desenvolvimento: uma época em que o trabalho despendido na produção de uma coisa útil se apresenta como sua qualidade "objetiva", isto é, como seu valor. Segue-se daí que a forma de valor simples da mercadoria é simultaneamente a forma-mercadoria simples do produto do trabalho, e que, portanto, também o desenvolvimento da forma-mercadoria coincide com o desenvolvimento da forma de valor (MARX, 2013, p.192).

Em colaboração aos estudos de Marx, Engels apresenta uma análise das condições de trabalho e da exploração da classe trabalhadora. Suas obras, como "A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra," exploram as condições de vida e trabalho das classes trabalhadoras na era industrial, o que é relevante para entender as transformações atuais. Friedrich Engels, em seus estudos fez análises

detalhadas das condições da classe trabalhadora durante a Revolução Industrial na Inglaterra do século XIX.

A obra forneceu uma visão crítica das terríveis condições enfrentadas pelos trabalhadores naquela época. Engels descreveu uma realidade marcada por longas jornadas de trabalho, salários baixos, moradias insalubres e superpopulação nas áreas urbanas. Destacou a exploração extrema dos trabalhadores, que eram submetidos a condições de trabalho degradantes nas fábricas e frequentemente viviam em condições miseráveis nos bairros operários, evidenciado nesse trecho da obra:

Na casa de trabalho de Bacton, no Suffolk, inquérito análogo foi realizado em janeiro de 1844; descobriu-se que contrataram como enfermeira uma débil mental que, nos cuidados com os doentes, praticava toda a sorte de extravagâncias; os doentes mais agitados eram amarrados à noite, com cordas nos leitos, para poupar aos enfermeiros a vigília noturna - um doente foi encontrado morto nessas condições, sob as cordas (ENGELS, 2010, p. 320).

Engels argumentou que a Revolução Industrial exacerbou a desigualdade social na Inglaterra, com uma classe capitalista emergente enriquecendo às custas da classe trabalhadora empobrecida. Essa análise lançou luz sobre a necessidade de uma análise crítica das relações de classe e serviu de inspiração para o desenvolvimento do pensamento marxista.

Ao analisar a situação da classe trabalhadora na Inglaterra a partir da perspectiva de Engels, podemos estabelecer paralelos com a situação contemporânea em muitas partes do mundo, inclusive em países desenvolvidos.

A classe dominante não descarta e despreza os trabalhadores apenas física e intelectualmente, mas também moralmente. A única atenção que dedica aos trabalhadores consubstancia-se na lei, que os controla de modo a que não se aproximem muito dela (ENGELS, 2010 p. 154).

Embora as condições de trabalho e de vida tenham melhorado significativamente ao longo dos anos, ainda existem questões relacionadas à

exploração e à desigualdade que merecem atenção como a desigualdade de renda que assim como no século XIX, a desigualdade de renda continua sendo uma questão crítica em muitos países. A disparidade entre os salários dos trabalhadores e os lucros das grandes corporações ainda é um desafio econômico e social, condições de trabalho precárias presentes em muitos setores, especialmente em trabalhos de baixa remuneração, as condições de trabalho ainda são precárias, com longas horas, falta de segurança no trabalho e salários insuficientes, desafios habitacionais considerando o acesso à moradia decente ainda é um problema para muitos trabalhadores em áreas urbanas, com custos elevados de moradia e falta de habitações acessíveis e os impactos das mudanças tecnológicas que analisa a automação e as mudanças tecnológicas que estão reconfigurando o mercado de trabalho e podem criar desafios de desemprego estrutural, semelhantes às preocupações levantadas por Engels no século XIX.

Portanto, a análise de Engels sobre a classe trabalhadora na Inglaterra oferece uma base crítica importante para entender as questões contemporâneas relacionadas ao trabalho e à desigualdade. Embora tenham ocorrido melhorias significativas ao longo do tempo, muitos dos desafios identificados por Engels continuam a ser relevantes, exigindo ações e políticas para garantir uma maior justiça e igualdade na sociedade atual.

Neves (2022) partindo de uma análise atual nos salienta que:

Uma caracterização adequada do modelo flexível de organização do trabalho na atualidade nos leva a destacar, inicialmente, que vivenciamos um período de continuidades e renovações na dinâmica do mundo do trabalho. As continuidades referem-se inegavelmente ao constitutivo traçointensificação e precarização das formas de comprar e dispor da força de trabalho, todavia, essas formas contêm mudanças que caracterizam as renovadas formas de exploração do trabalho no Brasil, na atualidade (NEVES, 2022, p. 11-21).

Analisando a perspectiva da sociedade tecnológica buscamos na teoria de Marcuse (1979) bases para explicar a expansão da teoria marxista para incluir a análise da sociedade tecnológica. Ele discutiu a ideia de alienação no contexto da sociedade de consumo e da tecnologia, enfatizando

como o trabalho e o lazer são moldados pelo sistema capitalista avançado.

Esse tema também é abordado por Antonio Gramsci filósofo e ativista marxista italiano, que a priori Gramsci introduziu o conceito de "hegemonia" e destacou a importância da cultura e da educação na manutenção do poder das classes dominantes. Sua teoria é relevante para entender como a educação e a formação estão intrinsecamente ligadas às transformações do trabalho. Dessa forma Antonio Gramsci, teórico italiano e pensador marxista, desenvolveu uma abordagem única para a análise da cultura e da educação que se tornou conhecida como "teoria da hegemonia" ou "teoria gramsciana da cultura". Sua teoria enfatiza a importância da cultura e da educação como instrumentos de dominação e controle social, bem como de resistência e transformação social.

Em sua obra "Cadernos do Cárcere", Gramsci, 1999 argumenta que a classe dominante mantém seu poder não apenas por meio da coerção e da repressão, mas também por meio da construção de uma "hegemonia cultural". Isso significa que a classe dominante busca influenciar e moldar a cultura, os valores e as ideias que permeiam a sociedade de forma a manter seu domínio de maneira mais sutil e persuasiva. A cultura, portanto, desempenha um papel fundamental na reprodução das relações de poder existentes.

No contexto da educação, Gramsci (1999) observou que as instituições educacionais desempenham um papel crucial na formação das mentes e na disseminação da ideologia dominante. Ele argumentou que a educação não é apenas um processo de transmissão de conhecimento neutro, mas também um meio de socialização e legitimação das estruturas de poder. Isso significa que a educação pode ser usada para perpetuar a ideologia da classe dominante.

Ao analisar a situação da formação dos estudantes da classe trabalhadora no Brasil, podemos observar várias dinâmicas relacionadas à teoria gramsciana podemos destacar alguns elementos importantes para a discussão, dentre eles: desigualdade de acesso à educação, ainda no Brasil, persiste uma grande desigualdade no acesso à educação de qualidade.

Os estudantes de famílias de classe trabalhadora muitas vezes enfrentam barreiras econômicas e sociais para obter uma educação de qualidade, o que perpetua a desigualdade, a estruturação do currículo e a ideologia, intrínseca nesse currículo, considerando que o currículo educacional pode

refletir ideologias dominantes, reforçando assim as normas culturais e os valores da classe dominante. Isso pode limitar a capacidade dos estudantes de classe trabalhadora de questionar ou resistir a essas normas, e atrelando a esse currículo um sistema de plataformização que inviabiliza uma compreensão de um currículo que respeita as especificidades; uma tentativa por parte dos educadores e dos movimentos sociais em promover e lutar mesmo diante das contradições do modelo capitalista por uma educação crítica essas iniciativas visam capacitar os estudantes, especialmente os da classe trabalhadora, a entender e questionar as estruturas de poder e a lutar por uma sociedade mais justa, que possibilite o acesso a educação e a qualidade da educação ofertada, reduzindo dessa forma as desigualdades

A partir do exposto, a teoria de Gramsci sobre a cultura e a educação oferece uma lente valiosa para entender a formação dos estudantes da classe trabalhadora no Brasil. A educação desempenha um papel crucial na construção de identidades, valores e consciência política, e a análise gramsciana nos lembra da importância de considerar as dinâmicas culturais e educacionais na luta por uma sociedade mais justa e igualitária.

Segundo Braverman (1987), em seu livro "Trabalho e Capital Monopolista," discutiu a degradação das habilidades e da autonomia dos trabalhadores no contexto do capitalismo monopolista. Suas ideias são pertinentes para analisar como as tecnologias da Indústria 4.0 e a automação podem afetar a qualificação e a autonomia dos trabalhadores.

O trabalho, como todos os processos vitais e funções do corpo, é uma propriedade inalienável do indivíduo humano. Músculos e cérebros não podem ser separados de pessoas que os possuem; não se pode dotar alguém com sua própria capacidade para o trabalho, seja a que preço for, assim como não se pode comer, dormir ou ter relações sexuais em lugar de outra pessoa. Deste modo, na troca, o trabalhador não entrega ao capitalista a sua capacidade para o trabalho. O trabalhador a retém, e o capitalista só pode obter vantagem na barganha se fixar o trabalhador no trabalho. (BRAVERMAN, 1987, p. 54)

Ao analisar a citação de Braverman (1987) fica evidente que os resultados ou produtos do trabalho são de propriedade do capitalista, sendo que o trabalhador oferece a venda e o que o capitalista adquire não é uma quantidade específica de trabalho, mas sim a capacidade de trabalhar durante um período de tempo estipulado. Essa incapacidade de adquirir o próprio trabalho, que é uma função física e mental inalienável, e a necessidade de adquirir a capacidade de executar esse trabalho tem implicações tão profundas para todo o sistema de produção capitalista que mereceu uma análise mais aprofundada.

A principal contribuição de Braverman (1987) foi destacar como as inovações tecnológicas e a organização do trabalho sob o capitalismo conduzem à simplificação e à fragmentação das tarefas dos trabalhadores. Ele argumentou que, sob o capitalismo monopolista, a busca incessante por eficiência e lucro leva à "desqualificação" do trabalho, em que as habilidades dos trabalhadores são desvalorizadas e substituídas por procedimentos padronizados. Isso resulta em trabalhadores executando tarefas repetitivas e rotineiras, com pouca margem para criatividade ou decisões autônomas.

A análise de Braverman (1987) é especialmente relevante quando aplicada às tecnologias da Indústria 4.0 e à automação, que têm o potencial de redefinir ainda mais as relações de trabalho, explicita nos seus estudos que a automação, incluindo a robótica e os sistemas de IA, frequentemente visa automatizar tarefas repetitivas e previsíveis. Embora isso possa aumentar a eficiência, também pode contribuir para a desqualificação do trabalho, à medida que as habilidades humanas são substituídas por máquinas. No que se refere a desigualdade na qualificação apontada por Braverman a automação tende a afetar desproporcionalmente trabalhadores de baixa qualificação, que estão mais suscetíveis à substituição por tecnologia. Isso pode aumentar a desigualdade na qualificação e acentuar a divisão entre trabalhadores altamente qualificados e aqueles com empregos mais precários.

O autor ainda aponta que a simplificação do trabalho e a automação podem levar a uma maior alienação dos trabalhadores, uma vez que eles perdem a autonomia e o controle sobre o processo de produção. Isso também pode resultar em condições de trabalho mais monótonas e desumanizadas. Braverman ressalta ainda que a automação pode tornar mais difícil para os

trabalhadores se organizarem e defenderem seus direitos, uma vez que os empregos cada vez mais fragmentados podem dificultar a formação de sindicatos e a negociação coletiva.

Para finalizar podemos afirmar que os estudos de Harry Braverman sobre a degradação das habilidades e da autonomia dos trabalhadores no contexto do capitalismo monopolista fornece um quadro útil para entender as implicações das tecnologias da Indústria 4.0 e da automação no mundo contemporâneo do trabalho. Embora essas tecnologias tragam promessas de eficiência, é essencial considerar como elas afetam as condições e a qualidade do trabalho, bem como a necessidade de políticas que garantam que os benefícios da automação sejam distribuídos de forma justa.

Apesar das diferenças existentes na teoria marxista clássica e a teoria defendida por Michael Hardt e Antonio Negri os autores de "Império" e "Multidão," são fundamentais para esse estudo, uma vez que discutem a natureza da produção imaterial e como as redes e a colaboração desempenham um papel crucial nas formas contemporâneas de trabalho. Suas teorias são relevantes para entender a plataformização da economia e do ensino. Hardt e Negri argumentam que a produção imaterial, baseada na criação e circulação de informações, conhecimento e afetos, tornou-se central na economia contemporânea.

O trabalho cognitivo, que envolve habilidades intelectuais e criativas, está no cerne dessa produção. Isso é observável em setores como tecnologia da informação, entretenimento, mídia e marketing, onde a capacidade de gerar ideias e informações é altamente valorizada.

Segundo os autores Hardt e Negri (2005) a natureza descentralizada e em rede da produção contemporânea permite uma maior colaboração entre trabalhadores considerando as plataformas de código aberto, crowdsourcing e colaboração online são exemplos disso. Os trabalhadores podem se unir de forma mais eficaz, mesmo que não estejam fisicamente conectados, para produzir valor e influenciar as decisões econômicas.

Segundo Hardt e Negri (2005) também argumentam que a sociedade de controle substituiu a sociedade disciplinar descrita por pensadores como Michel Foucault. Na sociedade de controle, o trabalho não é apenas explorado nas fábricas, mas em todas as esferas da vida, como a cultura, a comunicação e a educação. As empresas buscam controlar os hábitos e comportamentos dos consumidores e trabalhadores, tornando a produção

e o consumo indissociáveis. Embora Hardt e Negri (2005) destaquem o potencial de resistência e transformação nas formas contemporâneas do trabalho, eles reconhecem que também existem desafios. A precarização do trabalho, a falta de segurança no emprego e a exploração em plataformas digitais são preocupações crescentes. Além disso, a descentralização e a fluidez do trabalho podem dificultar a organização sindical tradicional, que corrobora para a constituição daquilo que os autores denominam como multidão.

A multidão é um conceito de classe. Com efeito, a multidão é sempre produtiva e está sempre em movimento. Considerada a partir de uma perspectiva temporal, a multidão é explorada pela produção; de um ponto de vista espacial, a multidão é ainda explorada, na medida em que constitui a sociedade produtiva, a cooperação social para a produção (NEGRI 2005, p. 15).

Negri (2005) explora a possibilidade de a multidão se tornar um agente político ativo, fundamentando sua análise em conceitos como biopolítica e biopoder. Assim, a multidão é concebida como uma força social em constante evolução, capaz de desempenhar um papel crucial na política contemporânea, enquanto os conceitos mencionados fornecem as bases teóricas essenciais para compreender as complexas relações de poder que moldam a sociedade atual.

Ao analisar as formas contemporâneas do trabalho à luz das teorias de Hardt e Negri, é possível reconhecer a complexidade das dinâmicas de poder e exploração. Embora essas formas de trabalho ofereçam espaço para a colaboração e a produção imaterial, também apresentam desafios significativos em termos de segurança, exploração e controle. Portanto, a aplicação dessas teorias permite uma compreensão mais abrangente das transformações do trabalho na era digital e globalizada, abrindo espaço para a discussão sobre como promover condições de trabalho mais justas e igualitárias.

Na organização do trabalho atual, o essencial encontra-se na dinâmica, sem precedentes, de incorporação à produção/distribuição/consumo de tecnologias de base microeletrônica associadas às linguagens de inteligência artificial, e na desconcentração produtiva

que provoca uma reorganização territorial da produção, em escala mundial. A partir do deslocamento, total ou parcial, de complexos produtivos – mediante contratação direta, terceirização, trabalho autônomo domiciliar ou cooperativas de trabalho –, o capital consegue intensificar a exploração da força de trabalho e renova, ainda mais, o caráter desigual e combinado do desenvolvimento capitalista (NEVES, 2022, p. 11-21).

Pesquisas recentes abordando a temática da terceirização e informalidade no Brasil (TAVARES, 2020; ANTUNES, 2020a; CAMPOS, 2018) convergem unanimemente para a conclusão de que nos últimos 25 anos, essas duas características estão inextricavelmente ligadas à crescente precarização do trabalho em os setores econômicos. Os indicadores apontam para uma proteção significativa das condições trabalhistas, especificamente pela violação dos direitos trabalhistas, condições de trabalho adversárias, alterações reduzidas, taxas mais elevadas de acidentes e um aumento da vulnerabilidade política dos trabalhadores e trabalhadoras.

Considerando que o avanço da Inteligência Artificial, do processo de plataformação da educação que estamos vivenciando se constitui de um momento histórico atrelado a um modelo de sociedade neoliberal que vem se consolidando no Brasil já a algumas décadas, essa análise no que se refere as mudanças no mundo do trabalho e da formação do estudante da escola pública acontece ao mesmo tempo em que a presente pesquisa.

O avanço rumo a um novo modelo de indústria, denominado de indústria 4.0, tem implicado na necessidade de um novo modelo escolar que esteja alinhado com essa transformação. Nesse contexto, é evidente a forte influência do pensamento neoliberal, que molda o currículo escolar em direção a um enfoque voltado para o aprendizado baseado em competências e habilidades. Essa abordagem tem como objetivo preparar os estudantes para se tornarem os futuros proletários, prontos para atuar em um ambiente de trabalho marcado por novas demandas, principalmente no que tange ao uso das tecnologias (GALDINO, 2023, p. 117-118).

Ao analisarmos a conjuntura na qual o sistema educacional, este alinha-se a uma perspectiva de administração pública voltada para lógica do mercado, encontra-se nos discursos explícitos pelos

seus representantes o ideário do “empreendedorismo pedagógico”, atrelado a uma pseudo ideia de reformulação da escola pública, baseada nos baixos resultados das avaliações externas.

CONCLUSÕES

O estudo das transformações do trabalho no século XXI, analisado sob a perspectiva marxista, revela um panorama de profundas mudanças que refletem tanto a continuidade das dinâmicas capitalistas quanto novas formas de exploração e alienação. A Indústria 4.0, a Inteligência Artificial, o Big Data e a plataformação da educação são elementos centrais nesse processo, moldando as relações de trabalho e impactando diretamente a formação dos estudantes para o mercado de trabalho.

A teoria marxista fornece uma base sólida para entender essas transformações, destacando como as tecnologias emergentes podem intensificar a exploração e a alienação dos trabalhadores. A automação e a digitalização, características da Indústria 4.0, podem levar à substituição de mão de obra humana e à degradação das habilidades, acentuando a desigualdade e a precarização do trabalho. A análise de Marx sobre a mais-valia e a alienação oferece uma lente crítica para compreender como essas tecnologias afetam a autonomia e o controle dos trabalhadores sobre o processo produtivo.

Além disso, a plataformação da educação, enquanto potencialmente democratiza o acesso ao ensino, também levanta questões sobre a privatização e a qualidade da educação. A perspectiva gramsciana sobre a hegemonia cultural e a função da educação como instrumento de reprodução das relações de poder é crucial para entender como as mudanças na formação acadêmica dos estudantes podem refletir e reforçar as desigualdades sociais existentes. A teoria de Gramsci destaca a importância de uma educação crítica que desafie as estruturas dominantes e promova uma conscientização política entre os alunos.

A análise das políticas públicas e estratégias sindicais é essencial para identificar como as respostas às transformações do trabalho estão sendo moldadas. A teoria marxista sugere que, apesar das adversidades, há espaço para a resistência e a luta coletiva dos trabalhadores em busca de melhores condições de trabalho e uma redistribuição mais justa dos recursos. A emergência

de novas formas de organização sindical e movimentos sociais pode desempenhar um papel crucial na promoção de uma sociedade mais equitativa.

Em conclusão, este estudo enfatiza a necessidade de uma abordagem crítica e reflexiva em relação às transformações do trabalho e à formação dos estudantes no século XXI. A aplicação da teoria marxista permite uma compreensão mais profunda das dinâmicas de poder, exploração e alienação, oferecendo também diretrizes para a resistência e a construção de alternativas mais justas e igualitárias. As tecnologias e modelos emergentes, enquanto oferecem novas oportunidades, também desafiam as estruturas sociais existentes e demandam uma reavaliação das práticas educacionais e políticas para garantir que o desenvolvimento tecnológico não amplie as desigualdades, mas contribua para uma sociedade mais justa e inclusiva.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. São Paulo: Editora Cortez, 1998.
- ANTUNES, R. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018.
- BRAVERMAN, H. **Trabalho e Capital Monopolista: A Degradação do Trabalho no Século XX**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan S.A., 1987.
- ENGELS, F. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. Tradução B. A. Schumann; Supervisão, apresentação e notas José Paulo Netto. [Edição revista]. São Paulo: Boitempo, 2010.
- ENGELS, F. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. Tradução B. A. Schumann; Supervisão, apresentação e notas José Paulo Netto. São Paulo: Boitempo, 2010.
- GALDINO, M. **O Estudante da Educação Pública Brasileira como Protoproletariado: Um Olhar a partir das Ocupações Escolares (2015-2016)**. Tese (doutorado), Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Orientador: Fernando José Martins. Foz do Iguaçu, 2023.
- GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**, v. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**, v. 2. Edição e tradução Carlos Nelson Coutinho; coeditor Luiz Sérgio Henrique e Marco Aurélio Nogueira. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**, v. 2. Edição e tradução Carlos Nelson Coutinho; coeditor Luiz Sérgio Henrique e Marco Aurélio Nogueira. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho com a colaboração de Luiz Sergio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. v. 3.
- GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho com a colaboração de Luiz Sergio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. v. 3.
- HARDT, M.; NEGRI, A. **Multidão: guerra e democracia na era do Império**. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- MARCUSE, H. **A Ideologia da Sociedade Industrial**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- MARX, K. **A mercadoria**. In: MARX, Karl. **O Capital: Crítica da economia política**. Livro I: O processo de produção do capital. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.
- NETTO, J. P. **Introdução ao estudo do método de Marx**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- TAVARES, V. **Entre os que permaneceram trabalhando em atividades consideradas essenciais na pandemia, uma grande parte é de terceirizados**. Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Rio de Janeiro, 8 out. 2020. Disponível em: <https://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/entrevista/entre-os-que-permaneceram-trabalhando-em-atividades-consideradas-essenciais-na>. Acesso em: 8 out. 2020.



IGUAZU SCIENCE



v. 2, n. 4, ago. 2024
ISBN 978-65-83057-05-1

ARTIGO CIENTÍFICO

ACESSO LIVRE

PERSPECTIVAS PSICOPEDAGÓGICAS SOBRE ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO NA PRIMEIRA INFÂNCIA

Marcos Galdino*; Thiago Benitez Mello**; Taiza Fernanda Ramalhais***; Maura Sandra da Silva do Nascimento****; Jéssica Gaspar da Costa*****.

* Pós-doutorado em Teologia, *e-mail*: marcos_galdino@hotmail.com

** Doutor em Sociedade, Cultura e Fronteiras, *e-mail*: thiago_benitez@hotmail.com

*** Doutora em Psicologia, *e-mail*: ramalhaistf@gmail.com

**** Mestra em Ensino, *e-mail*: maura.nascimento@descomplica.com.br

***** Especialista em Neuropsicologia, *e-mail*: jessica.gaspar@descomplica.com.br

INFORMAÇÕES

Histórico de submissão:

Recebido em: 10 ago. 2024

Aceite: 14 ago. 2024

Publicação *online*: ago. 2024

RESUMO

Este artigo aborda a importância da identificação e do apoio às crianças superdotadas na primeira infância, explorando definições, características, métodos de identificação, intervenções e apoio disponíveis. Com base em pesquisas recentes em psicopedagogia do desenvolvimento infantil, o estudo visa oferecer uma compreensão abrangente desse tema vital. As crianças superdotadas exibem habilidades excepcionais desde tenra idade, incluindo cognição avançada, criatividade e liderança. A identificação precoce é crucial para oferecer intervenções adaptadas e prevenir problemas emocionais e comportamentais. A avaliação psicopedagógica desempenha um papel fundamental nesse processo, garantindo uma identificação precisa. Intervenções como programas de enriquecimento acadêmico e apoio emocional são essenciais para estimular o desenvolvimento dessas crianças. A compreensão das necessidades individuais e o reconhecimento da influência do ambiente são fundamentais para o sucesso dessas intervenções.

Palavras-chave: crianças superdotadas, primeira infância, identificação precoce, intervenção psicopedagógica, desenvolvimento infantil.

ABSTRACT / RESUMEN

This article addresses the importance of identifying and supporting gifted children in early childhood, exploring definitions, characteristics, identification methods, interventions, and available support. Based on recent research in child development psychopedagogy, the study aims to provide a comprehensive understanding of this vital topic. Gifted children display exceptional abilities from a young age, including advanced cognition, creativity, and leadership. Early identification is crucial for providing tailored interventions and preventing emotional and behavioral issues. Psychopedagogical assessment plays a key role in this process, ensuring accurate identification. Interventions such as academic enrichment programs and emotional support are essential for fostering the development of these children. Understanding individual needs and recognizing the influence of the environment are crucial for the success of these interventions.

Keywords / Palabras clave: crianças superdotadas, primeira infância, identificação precoce, intervenção psicopedagógica, desenvolvimento infantil.

Copyright © 2024, Marcos Galdino; Thiago Benitez Mello; Taiza Fernanda Ramalhais; Maura Sandra do Nascimento; Jéssica Gaspar da Costa. This is an open access article distributed under the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.

Citação: GALDINO, Marcos; MELLO, Thiago Benitez; RAMALHAIS, Taiza Fernanda; NASCIMENTO, Maura Sandra da Silva do; COSTA, Jéssica Gaspar da. Perspectivas psicopedagógicas sobre altas habilidades/superdotação na primeira infância. *Iguazu Science*, São Miguel do Iguazu, v. 2, n. 4, p. 25-29, ago. 2024.

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento infantil é um campo vasto e multifacetado, explorado amplamente pela psicopedagogia, que investiga como aspectos como cognição, emoções e interações sociais interagem e influenciam o crescimento das crianças. Dentre as muitas áreas de estudo dentro deste campo, a pesquisa sobre altas habilidades e superdotação na primeira infância destaca-se pela sua relevância e complexidade. Este tópico tem atraído atenção significativa de psicopedagogos e pesquisadores ao longo das décadas, que se dedicam a identificar e compreender crianças que exibem um potencial excepcional desde os primeiros anos de vida.

A importância de estudar as altas habilidades e a superdotação na infância vai muito além da simples identificação dessas crianças. O verdadeiro objetivo é compreender como essas habilidades emergem e se manifestam em tenra idade, e como as intervenções adequadas podem auxiliar e desenvolver plenamente essas capacidades no que condiz as potencialidades e as fragilidades. Este entendimento é crucial para criar estratégias e programas que permitam a essas crianças explorar e maximizar seu potencial desde cedo, promovendo um ambiente que favoreça seu crescimento integral.

Este artigo propõe uma análise detalhada e atualizada sobre o fenômeno das altas habilidades e superdotação na primeira infância. Vamos explorar as definições mais recentes e as características que definem essas crianças, além dos métodos modernos de identificação e avaliação. A revisão também abordará as intervenções e o apoio disponível, discutindo as melhores práticas para apoiar o desenvolvimento dessas crianças em ambientes educacionais e familiares.

Baseando-se nas descobertas mais recentes da psicopedagogia e das pesquisas sobre desenvolvimento infantil, o objetivo do presente artigo é oferecer uma visão abrangente e informada sobre esse tema complexo e vital. Abordaremos as teorias contemporâneas que explicam o surgimento e a manifestação das altas habilidades, discutiremos as metodologias de avaliação mais eficazes e analisaremos as estratégias de intervenção que têm se mostrado promissoras. Ao fazer isso, esperamos contribuir para um entendimento mais profundo e para a aplicação prática de conhecimentos que

podem transformar a maneira como apoiamos e promovemos o desenvolvimento das crianças superdotadas desde a primeira infância.

METODOLOGIA

A presente pesquisa adota uma abordagem metodológica de caráter bibliográfico e qualitativo para investigar a identificação e o suporte a crianças superdotadas na primeira infância. O caráter bibliográfico da pesquisa consiste em uma revisão sistemática e crítica da literatura existente sobre o tema. A análise é baseada em fontes primárias e secundárias, incluindo livros, artigos acadêmicos e documentos institucionais, o que proporciona uma base teórica robusta e um entendimento abrangente das definições, características e práticas associadas à superdotação na infância. Esta metodologia é essencial para identificar lacunas no conhecimento atual e para situar a pesquisa dentro de um contexto teórico consolidado, seguindo as diretrizes estabelecidas por Lakatos (2000) e Pêcheux (1997).

A abordagem qualitativa complementa essa análise, permitindo uma exploração detalhada das manifestações da superdotação e suas implicações no desenvolvimento infantil. Essa metodologia é crucial para a interpretação das complexidades associadas às habilidades cognitivas, criatividade e sensibilidade emocional das crianças superdotadas. A definição de superdotação adotada neste estudo segue o modelo de Renzulli (2002), que enfatiza a interação entre habilidades acima da média, envolvimento e criatividade. A investigação qualitativa busca compreender como essas características se manifestam desde a primeira infância e como são percebidas no contexto educacional e social.

Além disso, a análise qualitativa considera as características de excitabilidade motora e emocional, que podem ser confundidas com transtornos do neurodesenvolvimento, como o Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH). A distinção entre características da superdotação e possíveis transtornos é abordada com base no trabalho de Webb et al. (2005). A combinação da abordagem bibliográfica e qualitativa oferece uma visão abrangente e contextualizada do fenômeno da superdotação, garantindo uma interpretação detalhada das

práticas e teorias existentes sobre a identificação e o suporte a crianças superdotadas na primeira infância.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

1. DEFINIÇÃO E CARACTERÍSTICAS

No contexto da psicopedagogia do desenvolvimento infantil, o conceito de altas habilidades e superdotação na primeira infância refere-se à manifestação precoce e notável de um conjunto de capacidades excepcionais em crianças muito jovens. Essas crianças, que apresentam sinais de superdotação, destacam-se em diversas áreas, como cognição, criatividade, liderança e artes.

De acordo com Renzulli (2002), a superdotação é definida como a interação complexa entre três conjuntos principais de características: habilidades acima da média, envolvimento no trabalho e criatividade. As crianças com altas habilidades frequentemente apresentam uma capacidade notável de processar informações de forma rápida e eficiente. Elas possuem uma curiosidade intensa e um desejo incessante de explorar e entender o mundo ao seu redor, características que impulsionam sua capacidade para resolver problemas complexos com uma abordagem inovadora. Além disso, essas crianças frequentemente demonstram habilidades avançadas na linguagem, interesse por tópicos complexos e uma sensibilidade emocional elevada (COLANGELO; DAVIS, 2003).

Entre as características distintivas das crianças superdotadas na primeira infância, destaca-se a capacidade de aprender e processar informações em um ritmo acelerado, especialmente nas áreas que despertam seu interesse. Desde os primeiros anos, essas crianças mostram um nível de curiosidade que vai além do habitual, muitas vezes fazendo perguntas profundas e complexas sobre o mundo. Sua habilidade para resolver problemas é igualmente notável; elas conseguem encontrar soluções criativas e eficazes para desafios que podem parecer intratáveis para outras crianças de sua idade. O pensamento divergente dessas crianças permite que elas façam conexões inesperadas entre conceitos e ideias, gerando soluções inovadoras e abordagens únicas para diversos problemas.

Adicionalmente, é importante considerar que as características das crianças superdotadas podem incluir formas de excitabilidade motora e emocional

que podem, por vezes, ser confundidas com transtornos do neurodesenvolvimento. A excitabilidade motora refere-se a uma alta energia e necessidade constante de movimento, enquanto a excitabilidade emocional é caracterizada por uma sensibilidade intensificada e reações emocionais intensas (WEBB et al., 2005). Essas características podem se manifestar como hiperatividade e emoções desproporcionais, o que pode levar a diagnósticos errôneos de transtornos como o Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) ou transtornos de comportamento.

Portanto, é essencial adotar uma abordagem diferenciada na avaliação dessas crianças para evitar confusões com transtornos neuropsicológicos. A compreensão da superdotação deve considerar não apenas o alto nível de habilidades cognitivas e criativas, mas também como as características de excitabilidade motora e emocional interagem e afetam o comportamento e o desenvolvimento da criança. Uma avaliação cuidadosa e especializada é crucial para garantir que o potencial excepcional das crianças superdotadas seja corretamente reconhecido e adequadamente apoiado, distinguindo-o de possíveis transtornos do neurodesenvolvimento.

2. IMPORTÂNCIA DA IDENTIFICAÇÃO NA PRIMEIRA INFÂNCIA

A identificação precoce de crianças superdotadas desempenha um papel fundamental no desenvolvimento saudável e no aproveitamento máximo de seu potencial. Essa identificação não é apenas benéfica, mas crucial por várias razões essenciais para o bem-estar e o progresso dessas crianças.

Em primeiro lugar, a identificação precoce permite a implementação de intervenções específicas e adaptadas às necessidades individuais das crianças superdotadas. Ao reconhecer suas habilidades excepcionais desde cedo, podemos criar ambientes de aprendizado que desafiam e estimulam essas crianças, proporcionando-lhes oportunidades enriquecedoras para explorar e desenvolver seu potencial máximo.

Além disso, a identificação precoce é essencial para prevenir problemas emocionais e comportamentais que podem surgir se as necessidades das crianças superdotadas não forem atendidas adequadamente. Ao fornecer o suporte necessário desde cedo, podemos ajudar essas crianças a enfrentar os desafios associados à superdotação, como o comportamento indicador de

tédio na sala de aula, frustração por falta de desafios e dificuldades de relacionamento com os pares.

Outro aspecto crucial é que a identificação precoce evita o subdesenvolvimento de talentos devido à falta de estímulo adequado. Sem intervenções apropriadas, crianças superdotadas correm o risco de não atingir seu pleno potencial, o que pode resultar em subutilização de talentos valiosos para elas e para a sociedade como um todo.

No entanto, a identificação precoce de crianças superdotadas na primeira infância pode ser desafiadora. A variação no desenvolvimento infantil, juntamente com a influência de fatores ambientais, torna o processo de identificação mais complexo. Por isso, é essencial adotar abordagens holísticas que levem em consideração não apenas as habilidades cognitivas, mas também as emocionais e sociais das crianças, garantindo uma identificação precisa e uma intervenção eficaz (SUBOTNIK et al., 2011).

3. ESTUDO SOBRE O DESENVOLVIMENTO DE TALENTOS SUPERIORES NA INFANCIA

Pesquisas como a conduzida por Fleith e Almeida (2004) destacam os desafios enfrentados por pais e educadores na identificação e no suporte a crianças superdotadas desde tenra idade. Esses estudos oferecem insights valiosos sobre a importância da identificação precoce e a necessidade de estratégias educacionais adaptadas às necessidades específicas dessas crianças. Ao entender melhor os obstáculos e as melhores práticas na identificação e no suporte às crianças superdotadas, podemos aprimorar significativamente os métodos de identificação e implementar intervenções mais eficazes.

4. AVALIAÇÃO PSICOPEDAGÓGICA NA IDENTIFICAÇÃO DE CRIANÇAS SUPERDOTADAS

A avaliação psicopedagógica é um componente essencial na identificação de crianças superdotadas na primeira infância. Essa avaliação vai além da simples medição das habilidades cognitivas, abrangendo também aspectos emocionais e sociais que podem impactar o desenvolvimento e a aprendizagem das crianças.

Estudos como o conduzido por Guimarães e Prieto (2017) ressaltam a complexidade deste processo e a necessidade de utilizar instrumentos de avaliação sensíveis e métodos adequados para obter uma visão integral do potencial da criança, pois a mesma deve integrar uma variedade de métodos e ferramentas para capturar a gama completa das habilidades e necessidades da criança. Isso inclui

testes padronizados que medem a capacidade cognitiva, bem como avaliações qualitativas que consideram aspectos como a criatividade, a curiosidade intelectual e a habilidade para resolver problemas complexos.

Além disso, é crucial que a avaliação também leve em conta fatores emocionais, como a sensibilidade e a intensidade emocional, e fatores sociais, como a capacidade de interagir e colaborar com os outros.

Uma abordagem abrangente é fundamental para garantir que todas as dimensões do potencial da criança sejam identificadas. Isso pode envolver a utilização de escalas de comportamento, entrevistas com pais e professores, e observações diretas do comportamento da criança em diferentes contextos. A integração dessas diversas fontes de informação ajuda a construir um perfil mais completo e preciso das habilidades e necessidades da criança.

Pois o processo de identificar habilidades e talentos excepcionais, na avaliação psicopedagógica também deve ser sensível às particularidades individuais de cada criança. As necessidades e os desafios podem variar amplamente, e a avaliação deve ser adaptada para refletir essas diferenças, só assim é possível garantir uma identificação precisa que possibilite a implementação de intervenções eficazes e personalizadas.

5. INTERVENÇÃO E APOIO

Uma vez identificadas, as crianças superdotadas na primeira infância se beneficiam significativamente de intervenções adaptadas às suas necessidades individuais e potenciais excepcionais. Isso inclui programas de enriquecimento acadêmico, acesso a materiais avançados, interação com pares semelhantes e apoio emocional para lidar com desafios associados à superdotação, como isolamento e perfeccionismo (DAVIS; RIMM, 2003). Essas intervenções não apenas estimulam seu desenvolvimento, mas também ajudam a maximizar suas habilidades únicas.

Entre as intervenções mais eficazes estão os programas de enriquecimento acadêmico, que oferecem desafios intelectuais adequados ao nível de habilidade dessas crianças, permitindo-lhes explorar áreas de interesse com maior profundidade e complexidade. O acesso a materiais avançados também desempenha um papel crucial, fornecendo recursos educacionais e ferramentas que correspondem ao ritmo acelerado de aprendizado das crianças superdotadas.

Além disso, a interação com pares semelhantes é essencial para o desenvolvimento saudável dessas crianças. Ao participar de grupos de colegas com habilidades comparáveis, as crianças superdotadas têm a oportunidade de colaborar, aprender uns com os outros e desenvolver habilidades sociais importantes. Essas interações também podem ajudar a mitigar o sentimento de isolamento que algumas crianças superdotadas podem experimentar em ambientes educacionais tradicionais.

Por fim, o apoio emocional desempenha um papel crítico na intervenção e no suporte às crianças superdotadas. Muitas vezes, essas crianças enfrentam desafios emocionais específicos, como o perfeccionismo ou a frustração decorrente da falta de desafios adequados. Oferecer um ambiente de apoio onde as crianças se sintam compreendidas, aceitas e apoiadas emocionalmente é fundamental para o seu bem-estar global e para o desenvolvimento saudável de sua autoestima e identidade.

A implementação eficaz dessas intervenções requer uma compreensão profunda das necessidades e potenciais das crianças superdotadas. É essencial que os educadores e profissionais envolvidos tenham um conhecimento sólido sobre as características e desafios específicos enfrentados por essas crianças, adaptando suas abordagens de acordo com as necessidades individuais de cada criança.

CONCLUSÕES

As crianças superdotadas na primeira infância representam um grupo que requer atenção especial para alcançar seu pleno potencial. Identificar e apoiar essas crianças desde cedo é fundamental para promover seu desenvolvimento intelectual, emocional e social. No entanto, é crucial que os esforços de identificação e intervenção sejam sensíveis às necessidades individuais de cada criança e reconheçam a influência do ambiente familiar e educacional em seu crescimento. As pesquisas recentes nesse campo oferecem insights valiosos que podem informar práticas mais eficazes de identificação e intervenção, contribuindo para o sucesso e a realização das crianças superdotadas desde a primeira infância.

REFERÊNCIAS

BAHIENSE, T. R. S.; ROSSETTI, C. B. Altas Habilidades/Superdotação no Contexto Escolar:

Percepções de Professores e Prática Docente. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 20, n. 2, p. 195-208, 2014.

BARRETO, C. M. P. F.; METTRAU, M. B. Altas Habilidades: Uma Questão Escolar. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 17, n. 3, p. 413-426, 2011. <https://doi.org/10.1590/S1413-6538201100030000>

COLANGELO, N.; DAVIS, G. A. **Handbook of Gifted Education**. Boston: Allyn & Bacon, 2003.

DAVIS, G. A.; RIMM, S. B. **Education of the Gifted and Talented**. Prentice Hall, 2003.

FLEITH, D. S.; ALMEIDA, L. S. O Desenvolvimento de Talentos Superiores na Infância: Desafios para Pais e Educadores. **Revista Educação Especial**, v. 17, n. 27, p. 369-382, 2024.

GUIMARÃES, S. E. R.; PRIETO, L. D. Avaliação Psicológica na Identificação de Crianças Superdotadas: Questões e Desafios. **Psicopedagogia: Reflexão e Crítica**, v. 30, n. 1, p. 1-12, 2017.

LAKATOS, E. M. **Metodologia Científica**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2000.

PÊCHEUX, M. **Semântica e Discurso: Uma Crítica à Afirmação do Óbvio**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.

RENZULLI, J. S. Expanding the Conception of Giftedness to Support the Development of Creativity, Leadership, and Citizenship in All Young People. **Gifted Child Quarterly**, v. 46, n. 1, p. 30-43, 2002.

SUBOTNIK, R. F.; OLSZEWSKI-KUBILIUS, P.; WORRELL, F. C. Rethinking Giftedness and Gifted Education: A Proposed Direction Forward Based on Psychological Science. **Psychological Science in the Public Interest**, v. 12, n. 1, p. 3-54, 2011.

WEBB, J. T. et al. **Guiding the Gifted Child: A Practical Source for Teachers and Parents**. Minneapolis: Free Spirit Publishing, 2005.

WEBB, J. T.; GORE, J. M.; AMEND, E. R. **A Parent's Guide to Gifted Children**. Minneapolis: Free Spirit Publishing, 2005

TORNAR-SE PSICOTERAPEUTA: FORMAÇÃO DO PSICÓLOGO CLÍNICO À LUZ DA ABORDAGEM CENTRADA NA PESSOA

Marcos Galdino*; Thiago Benitez Mello**; Taiza Fernanda Ramalhais***; Maura Sandra da Silva do Nascimento****; Jéssica Gaspar da Costa*****

*Pós-doutorado em Teologia, e-mail: marcos_galdino@hotmail.com

** Doutor em Sociedade, Cultura e Fronteiras, e-mail: thiago_benitez@hotmail.com

*** Doutora em Psicologia, e-mail: ramalhaistf@gmail.com

**** Mestra em Ensino, e-mail: maura.nascimento@descomplica.com.br

***** Especialista em Neuropsicologia, e-mail: jessica.gaspar@descomplica.com.br

INFORMAÇÕES

Histórico de submissão:

Recebido em: 10 ago. 2024

Aceite: 14 ago. 2024

Publicação online: ago. 2024

RESUMO

Este estudo explora a formação de psicólogos clínicos sob a ótica da Abordagem Centrada na Pessoa (ACP), desenvolvida por Carl Rogers, enfatizando a importância de construir atitudes que facilitem a mudança através de uma relação terapêutica genuína, destacando a integração entre o desenvolvimento pessoal e profissional do terapeuta. A metodologia de estudo adota uma abordagem qualitativa, utilizando uma revisão integrativa de documentos, legislações e fontes bibliográficas, focando na interpretação dos desafios e práticas na formação de psicoterapeutas centrados na pessoa. Os resultados discutem os desafios da transição de aluno para psicoterapeuta, a necessidade de uma mudança na perspectiva tradicional, a importância da congruência e empatia, e a capacidade de o terapeuta criar um espaço seguro para o cliente explorar suas experiências. Concluindo que o desenvolvimento do terapeuta é um processo contínuo, que requer tanto aprendizado técnico quanto a internalização de atitudes facilitadoras que promovem o crescimento e a autorrealização do cliente.

Palavras-chave: formação em psicologia; abordagem centrada na pessoa; prática supervisionada; Carl Rogers; psicologia clínica.

ABSTRACT / RESUMEN

This study explores the training of clinical psychologists from the perspective of the Person-Centered Approach, developed by Carl Rogers, emphasizing the importance of building attitudes that facilitate change through a genuine therapeutic relationship, highlighting the integration between the therapist's personal and professional development. The study methodology adopts a qualitative approach, using an integrative review of documents, legislation and bibliographic sources, focusing on the interpretation of the challenges and practices in the training of person-centered psychotherapists. The results discuss the challenges of the transition from student to psychotherapist, the need for a change in the traditional perspective, the importance of congruence and empathy, and the therapist's ability to create a safe space for the client to explore their experiences. In conclusion, the therapist's development is an ongoing process that requires both technical learning and the internalization of facilitating attitudes that promote the client's growth and self-realization. Keywords: psychology training; person-centered approach; supervised practice; Carl Rogers; clinical psychology.

Keywords / Palabras clave: psychology training; person-centered approach; supervised practice; Carl Rogers; clinical psychology.

Copyright © 2024, Marcos Galdino; Thiago Benitez Mello; Taiza Fernanda Ramalhais; Maura Sandra do Nascimento; Jéssica Gaspar da Costa. This is an open access article distributed under the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.

Citação: GALDINO, Marcos; MELLO, Thiago Benitez; RAMALHAIS, Taiza Fernanda; NASCIMENTO, Maura Sandra da Silva do; COSTA, Jéssica Gaspar da. Tornar-se psicoterapeuta: formação do psicólogo clínico à luz da abordagem centrada na pessoa. *Iguazu Science*, São Miguel do Iguauçu, v. 2, n. 4, p. 30-35, ago. 2024.

INTRODUÇÃO

Os atendimentos psicoterápicos têm como base linhas teóricas específicas que orientam o profissional nas intervenções, concomitantemente, a abordagem centrada na pessoa, desenvolvida por Carl Rogers, consolida uma visão de mundo acerca do indivíduo em sua totalidade orgânica, plenamente capaz de desenvolver-se em seus próprios modos. Na formação de psicólogos clínicos, é essencial que se compreenda a construção da personalidade e o conceito de self, há uma valoração das experiências sobre a compreensão intelectual dos acontecimentos, considerando que é a partir dos sentimentos que a pessoa irá simbolizar as experiências e ampliar o seu campo perceptivo, gerando, assim, a mudança. Em termos rogerianos, é fundamental que o terapeuta estabeleça condições necessárias e suficientes para que a mudança de personalidade ocorra (ROGERS, 1992, 2009; TAMBARA, 1999).

Ao refletir sobre o desenvolvimento do terapeuta, Tambara e Freire (1999) não fazem distinção entre o movimento profissional e pessoal a ser realizado no campo da relação centrada no cliente, uma vez que ambos os aspectos estão continuamente interligados na garantia de uma relação terapêutica efetiva. Para tal, os autores ampliam a consciência sobre alguns percursos que o terapeuta deve considerar no processo de desenvolvimento, a saber, brevemente: não esvaziar o processo do cliente; ser capaz de identificar as suas próprias experiências que foram negadas ou distorcidas para, assim, não limitar o processo do cliente; evitar ser seletivo com experiências e sentimentos que possui segurança e familiaridade; aprender a descentrar de si mesmo, de suas necessidades e sentimentos

Seguindo estes pressupostos teóricos, vale ressaltar que as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para o curso de Psicologia, homologadas em 2004, estabelecem princípios e regulamentos essenciais para o planejamento, implementação e avaliação do curso. Entre suas orientações, destaca-se a obrigatoriedade do estágio em Psicologia como um componente prático fundamental para a formação do psicólogo e sua futura atuação profissional. O estágio, entendido como uma atividade didática e curricular, visa ao desenvolvimento de habilidades profissionais, preparando o estudante para a inserção no mercado de trabalho. Nesse contexto, o grupo de estagiários é orientado por um docente supervisor, cuja função é facilitar o processo de ensino-aprendizagem,

instrumentalizar a prática pedagógica e fortalecer as competências dos estudantes (PERES et al., 2003). Para a sua efetivação, a carga horária é cuidadosamente estruturada e são realizados em observância às normativas do Conselho Federal de Psicologia propostas pelo Código de Ética Profissional do Psicólogo.

No que concerne aos encaminhamentos, é relevante mencionar que as Clínicas-Escola de Psicologia, servem como o principal espaço para a prática profissionalizante dos estudantes de Psicologia. Essas clínicas têm como objetivo central atender às necessidades e demandas da comunidade. Nesse viés, para seguir os pressupostos teóricos acima expostos, caso o(a) cliente concorde e assine o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), é realizado a gravação em áudio das sessões, como o fazia Carl Rogers, objetivando a identificação nas transcrições da presença ou ausência das condições que o terapeuta deve fornecer para que a relação se configure enquanto terapêutica.

Embora este artigo não pretenda esgotar as discussões sobre o estágio clínico supervisionado, é relevante notar que, apesar de existirem alguns estudos sobre o tema, precisamos falar sobre o processo de "tornar-se psicoterapeuta" e os desafios encontrados na transição de acadêmico para profissional clínico. Utilizando a visão rogeriana como base, que se contrapõe às relações autoritárias de poder e enfatiza a colaboração e a autenticidade. Além de orientar as práticas psicoterápicas, a abordagem centrada na pessoa enfatiza o desenvolvimento integral e a capacidade de autorrealização, tanto em contextos clínicos quanto educacionais.

METODOLOGIA

Este estudo possui uma natureza básica e é delineado de maneira descritiva, com o objetivo de explorar e interpretar fenômenos relacionados à formação de psicólogos clínicos na abordagem centrada na pessoa. O método adotado é uma pesquisa de levantamento, com uma abordagem qualitativa que visa interpretar os fenômenos e atribuir significados profundos. Essa análise é conduzida por meio de uma revisão integrativa, fundamentada em documentos, legislações, arquivos e fontes bibliográficas (KAUARK; MANHÃES; MEDEIROS, 2010).

A coleta de dados envolveu a consulta a bases de periódicos, com critérios de inclusão focados em materiais que abordassem conceitos relevantes à

formação de psicólogos e à abordagem centrada na pessoa, usando descritores como “Carl Rogers” e “formação de psicólogos”. Foram excluídos materiais que não contribuíssem para o tema ou estivessem fora do escopo da pesquisa. A primeira etapa consistiu na leitura e fichamento minucioso de materiais teóricos e empíricos, seguida pela análise de documentos e legislações que regulamentam a prática psicoterapêutica e a formação profissional.

A avaliação dos materiais foi guiada pela teoria de Carl Rogers e outros autores relevantes da abordagem centrada na pessoa. A análise dos dados focou na interpretação dos fenômenos observados com base na teoria rogeriana, visando identificar padrões e desafios na prática clínica e na formação de psicólogos clínicos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

1. Desenvolvendo Atitudes Centrada na Pessoa

1.1. Mudança na Perspectiva Rejeitadora

Em consonância com a perspectiva rogeriana, é importante estabelecer uma diferenciação entre os termos paciente e cliente que, de acordo com Tambara e Freire (1999), está para além de uma simples mudança semântica, já que engloba aspectos filosóficos e sociais relevantes para a compreensão do ser humano. Por essa via, o paciente é compreendido de forma passiva no processo terapêutico, como um indivíduo que precisa ser amparado pelo suposto saber do terapeuta através de orientação, encorajamento e interpretação de seus conflitos. Em contrapartida, quando o cliente sente-se aceito e considerado na relação terapêutica não-diretiva, passa a explorar os seus próprios recursos de maneira mais integrada tornando-se, portanto, agente do seu processo de mudança.

Ao colocar os pressupostos da teoria em prática, Rogers (1992, p.27-28) considera que o terapeuta estará designado à frustração se ele compreender a teoria apenas como uma implementação de técnicas e métodos sem, de fato, atribuí-las a “um conjunto de atitudes coerente e em evolução, profundamente embutido em sua organização pessoal”. Em outras palavras, tais princípios precisam estar atrelados ao modo pelo qual o terapeuta concebe o comportamento e as experiências humanas. Nessa acepção, o psicólogo Brian Thorne (1994 apud TAMBARA; FREIRE, 1999) realiza uma provocação acerca do desenvolvimento do terapeuta, bastando ver que, como você irá oferecer aceitação ao cliente se você é profundamente auto rejeitador?

Conforme Lima, Sousa e Pereira (2020), a revisão exploratória realizada entre a teoria proposta por Zygmunt Bauman acerca da modernidade líquida e de Carl Rogers no campo da abordagem centrada na pessoa, considera acerca dos impactos que a pós-modernidade tem sobre a relação terapêutica não-diretiva. Haja vista que, o contexto histórico, social e cultural exerce influência sobre a subjetividade e as relações humanas. Na perspectiva baumaniana, os vínculos estabelecidos na pós-modernidade são frágeis e superficiais, porém, a lógica operante é de que as pessoas podem ser facilmente substituídas, assim como os produtos o são a partir do consumo em excesso no capitalismo. Na contramão, os pressupostos rogerianos se propõem a estabelecer relações sólidas que promovem condições necessárias para a auto exploração e o desenvolvimento do indivíduo a partir da consideração de todos os seus aspectos subjetivos.

Ainda para os autores, é importante lançar luz sobre a sociedade pós-moderna marcada pela liquidez e pela virtualização das relações e os atravessamentos que esse contexto exerce sobre a clínica rogeriana, sem o intuito de inviabilizar a sua finalidade, mas sim, como uma oportunidade para demonstrar a efetividade que essas relações desempenham sobre a subjetividade. Ademais, essa lógica também impõe ao terapeuta “[...] ser em relação, igualmente incitado pelas imensas 'ondas liquidificantes' desse tempo histórico, mas que quando decide pela força da relação terapêutica promove, junto ao cliente, solidificação” (LIMA; SOUSA; PEREIRA, 2020, p. 183-184).

Diante do exposto acima, é válido ressaltar que a relação terapêutica está muito aquém do espaço físico e de técnicas rígidas que devem ser seguidas, mas sim, envolve uma constante construção de sentidos e formas de ser que englobam o cerne do estabelecimento de condições necessárias para que, nesta relação e, nestas circunstâncias, o cliente sintase livre para explorar os aspectos indesejados e não simbolizados de suas experiências. Para tal, vamos compreender, mesmo que brevemente, quais são as condições para estabelecer essa relação, mais especificamente, marcada pelo estado de incongruência do cliente e de congruência do terapeuta.

1.2. O Lado do Psicoterapeuta

O aprendizado de um terapeuta pode ser comparado com o aprendizado de um músico para tocar seu instrumento: assim como um violinista precisa praticar pacientemente o simples

ato de segurar o arco para conseguir produzir uma bela música, também o terapeuta precisa disciplinar pacientemente sua sensibilidade e intuição para conseguir desenvolver sua capacidade empática a um nível mais profundo (TAMBARA; FREIRE, 1999, p. 151).

Quanto ao desenvolvimento do terapeuta, os autores supracitados destacam que a relação centrada na pessoa difere radicalmente das que são comumente estabelecidas nos relacionamentos pessoais. Sendo assim, essa mudança de atitude requer do terapeuta uma sensibilidade e abertura à experiência para que possa ser um instrumento terapêutico nesta relação. Sobretudo, quando se compreende que as atitudes facilitadoras não se tratam de técnicas a serem aprendidas e aplicadas, mas sim, estão intrinsecamente ligadas à expressão autêntica e genuína do modo de ser do terapeuta.

Em consonância com a perspectiva de Rogers (1992), existem circunstâncias clínicas que são difíceis até mesmo para psicoterapeutas experientes, quando se trata de alcançar a estrutura de referência interna do cliente. Diante desse cenário, pode passar pela cabeça do psicólogo elementos de caráter avaliativo, em que o julgamento do conteúdo relatado está voltado para a sua própria estrutura de referência, ao passo que transfere o foco do cliente para o psicoterapeuta. Sendo assim, o autor reconhece que tais pensamentos podem ocorrer a qualquer um, mesmo àqueles que contemplam atitudes centradas no cliente. Em termos gerais, “quando o orientador está preocupado consigo mesmo e com o que deveria fazer, o foco no respeito que ele sente pelo cliente necessariamente diminui” (ROGERS, 1992, p. 57).

Para a efetividade da relação terapêutica, é crucial que o estagiário/terapeuta crie condições que permitam a expressão e o desenvolvimento de forças internas de crescimento do indivíduo, que tende a seguir um movimento previsível. Notavelmente, um dos aspectos essenciais é a crença de que o cliente possui uma propensão intrínseca para amadurecer e ser responsável por si mesmo, independente do conhecimento do terapeuta. Contrariamente, caso o terapeuta não tenha confiança na habilidade de autonomia do cliente, ele procurará incentivá-lo, orientá-lo e apoiá-lo, adotando posturas tutelares que são frequentemente presentes em interações sociais, as quais podem prejudicar o progresso do

desenvolvimento do cliente (WOOD et al., 2010; TAMBARA; FREIRE, 1999).

Diante de um conflito apresentado pelo cliente, é comum que o terapeuta foque mais na situação específica do que nas emoções e no sofrimento psíquico associados. Na prática clínica, especialmente ao fazer a transição de uma relação interpessoal comum para uma centrada na pessoa, é importante reconhecer que, apesar da compreensão das ações facilitadoras e da autonomia do cliente, há o risco de não abordar adequadamente a dor do cliente na tentativa de protegê-lo do sofrimento. Esses aspectos são frequentemente refletidos nas supervisões.

1.3. O Centro da Relação

Ao considerar acerca da mudança, torna-se essencial iniciar uma análise sobre a essência inerente da relação centrada na pessoa, considerando que são duas vias que se entrecruzam. Nas concepções de Rogers (2009, p. 37), as abordagens que partem de aspectos intelectuais para oferecer ajuda, isto é, que visam ensinar e treinar a pessoa para trilhar caminhos mais satisfatórios, em sua experiência, “são fúteis e inconsequentes”. Considerando que esta conduta resulta em mudanças temporárias que não se sustentam na vida do indivíduo, fazendo-o acreditar na sua inaptidão para a mudança. Em contrapartida, o autor destaca o valor da experiência, argumentando que ao proporcionar uma relação centrada na pessoa, ela descobrirá em si mesma a capacidade de utilizar esta relação como meio para se desenvolver.

Consideravelmente, Rogers (1992) conceitua a estrutura de referência interna do indivíduo como o melhor ponto de observação para compreender os seus comportamentos. Sendo assim, ao adotar a perspectiva do referencial interno do cliente durante a psicoterapia, as atitudes defensivas tendem a diminuir, encorajando a pessoa a expressar o seu mundo de experiências. Consequentemente, por meio da comunicação, é possível ampliar a consciência sobre as experiências e os sentimentos vivenciados, alcançando uma compreensão mais abrangente do indivíduo e de suas atitudes.

Ao ponderar sobre a perspectiva do cliente e os princípios da abordagem centrada na pessoa, torna-se evidente a importância de centrar-se na experiência. Em outras palavras, não se deve interpretar o receio de compartilhar aspectos relevantes na sessão como uma falta de confiança pessoal direcionada ao estagiário/terapeuta. Em vez

disso, é crucial compreendê-la à luz das dificuldades em confiar no caráter ético e sigiloso da relação, considerando sua história pessoal. Isso visa facilitar o movimento de explorar sentimentos conflitantes e promover a autoexploração.

Nesse contexto, Rogers (2009) define três condições essenciais para uma relação significativa. Primeiramente, ser autêntico e verdadeiro com o cliente, possibilitando que a relação seja genuína e que o cliente possa ser autêntico consigo mesmo. Em seguida, demonstrar aceitação e apreço pelo cliente, reconhecendo sua autonomia como uma pessoa independente com emoções positivas, negativas e comportamentos contraditórios, o que promove segurança na relação. Por fim, manter o desejo de compreender os sentimentos e pensamentos do cliente, esforçando-se para enxergar o mundo a partir de sua perspectiva, proporcionando, assim, uma atmosfera de liberdade para a autoexploração.

1.4. Quando o Cliente Pergunta

Dentro do contexto relacional clínico, é possível que o cliente direcione perguntas ao terapeuta, que precisam ser compreendidas para além da questão em si. Conforme delineado por Tambara e Freire (1999), é fundamental identificar os sentimentos que motivam a pergunta para centrar-se na experiência do cliente. Em outras palavras, a resposta direciona-se ao sentimento e não ao simples complemento de informações. Sendo assim, o cliente pode questionar o terapeuta por diversas razões, como a preocupação de ser compreendido, a busca por aprovação ou apoio em decisões e atitudes, ou até mesmo expressar empatia, como ao perguntar se o terapeuta está cansado.

Levando este aspecto em consideração, uma experiência clínica comum no estágio, vêm de encontro com as perguntas feitas pelos clientes. Ao lidar com conflitos relacionados aos seus medos e sofrimentos, perguntam para saber se o estagiário/terapeuta também compartilha do mesmo sofrimento. Inicialmente, há um conflito por estar na posição de responder à pergunta, uma vez que o foco está em concentrar toda a sessão sobre os sentimentos e as experiências do cliente. Notavelmente, a pergunta vem de encontro com uma preocupação de não ser compreendido e julgado pelo que sente. Ao fornecer uma resposta, é essencial que seja breve e centrada na experiência do cliente, evitando que a sessão se concentre exclusivamente na figura do terapeuta.

Outro fator importante, para considerar a relação enquanto facilitadora, relaciona-se com a maneira

como o cliente percebe e experimenta a psicoterapia, fundamentada em suas expectativas. Dentre as idealizações, há uma vasta ramificação de possibilidades, como esperar que o terapeuta exerça um papel paternal, que o protegerá dos perigos e irá assumir a direção de sua vida, aconselhar, ou, por outro lado, ter uma perspectiva negativa sobre a relação, por já ter sido julgado, rotulado ou magoado por ter vivenciado experiências negativas anteriormente (ROGERS, 1992).

1.5. O Silêncio

Na Abordagem Centrada na Pessoa, o silêncio não é simplesmente a ausência de palavras, mas uma forma de comunicação rica em significados. Rogers e Kinget (1977) valorizavam o silêncio como um componente fundamental da interação terapêutica, reconhecendo-o como um meio poderoso para a exploração interna e a expressão autêntica do cliente.

Refletir sobre o silêncio nessa abordagem revela que ele pode ser uma forma profunda de comunicação não verbal. Feldmann e Miranda (2002) argumentam que, através do silêncio, os clientes têm a oportunidade de acessar áreas mais sutis e complexas de suas experiências emocionais e cognitivas, onde as palavras podem ser insuficientes. Nesse espaço, a presença e a aceitação do terapeuta permitem que o cliente explore camadas mais profundas de sua verdadeira natureza.

Na terapia centrada na pessoa, o silêncio não é visto como um vazio a ser preenchido, mas como um espaço sagrado onde a autenticidade pode emergir. Rodrigues e Sobrinho (2021) discutem a importância de resistir à pressão de preencher o silêncio com palavras, permitindo que o cliente conduza o ritmo da sessão. Essa atitude respeitosa em relação ao silêncio cria um ambiente terapêutico seguro, onde a expressão do cliente é honrada em todas as suas formas, sejam elas verbais ou não verbais.

O acolhimento e o respeito ao silêncio do cliente são pilares essenciais para construir uma relação terapêutica significativa. Rogers (1959) propõe que o terapeuta, ao adotar uma atitude de aceitação incondicional, deve estender esse princípio ao silêncio do cliente, reconhecendo-o como uma forma legítima de expressão.

O silêncio é também visto como uma linguagem não verbal rica em significados, proporcionando ao cliente um espaço seguro para explorar seus pensamentos, sentimentos e experiências internas. O terapeuta é chamado a acolher esse silêncio com

uma presença atenta, reconhecendo que, às vezes, as palavras são insuficientes para transmitir a complexidade da experiência humana (FELDMANN; MIRANDA, 2002).

AO ACOLHER o silêncio, o terapeuta demonstra um profundo respeito pela autonomia do cliente no processo terapêutico. Rogers (1959) enfatiza que o terapeuta deve demonstrar uma atitude de aceitação incondicional, não apressando o cliente a preencher o silêncio, mas permitindo que ele se estenda organicamente. Essa atitude cria um ambiente terapêutico onde o cliente se sente verdadeiramente ouvido e aceito, promovendo um terreno fértil para o crescimento emocional.

A aceitação e o respeito ao silêncio na Abordagem Centrada na Pessoa vão além de uma mera tolerância, é um convite para que o terapeuta se conecte mais profundamente com a experiência única do cliente, já que ao reconhecer a validade do silêncio como uma forma legítima de comunicação, o terapeuta contribui para a construção de uma relação terapêutica sólida, onde a autenticidade e a expressão livre são celebradas (SCHÜTZ, 2016).

CONCLUSÕES

A análise das diversas facetas do processo terapêutico e do desenvolvimento do terapeuta na Abordagem Centrada na Pessoa revela a profundidade e a complexidade envolvidas na formação de psicólogos clínicos. A ênfase na autenticidade, na compreensão empática e na aceitação incondicional do cliente, aspectos fundamentais da abordagem rogeriana, destaca a importância de uma relação terapêutica que transcenda técnicas e métodos preestabelecidos.

A formação de um terapeuta centrado na pessoa vai além da simples aquisição de conhecimento teórico; ela exige um comprometimento contínuo com o desenvolvimento pessoal e profissional, onde o terapeuta deve ser capaz de integrar suas próprias experiências e superar barreiras internas para oferecer um espaço verdadeiramente facilitador para o cliente.

A Abordagem Centrada na Pessoa, com sua ênfase na relação autêntica e no respeito à autonomia do cliente, oferece um caminho sólido para enfrentar desafios e promover o desenvolvimento humano em sua totalidade.

Ao considerar os aspectos discutidos, fica evidente que o processo de "tornar-se psicoterapeuta" é um percurso contínuo de

autodescoberta e aprimoramento, que demanda do profissional uma postura aberta, sensível e congruente, essencial para o sucesso na prática clínica e na formação de psicólogos capazes de contribuir efetivamente para o crescimento de seus clientes.

REFERÊNCIAS

- FELDMAN, C.; MIRANDA, M. L. **Construindo a relação de ajuda**. Belo Horizonte: Crescer, 2002.
- KAUARK, F.; MANHÃES, F. C.; MEDEIROS, C. H. **Metodologia da pesquisa: guia prático**. Itabuna. Ed. Via Litterarum, 2010.
- KINGET, G. M.; ROGERS, C. R. **Psicoterapia e Relações Humanas**. v. I. Belo Horizonte: Interlivros. 1977.
- LIMA F. L. A.; CARVALHO A. R. R. F.; PIRES G. M. Plantão psicológico como estratégia de clínica ampliada: uma revisão integrativa. **Rev. Saúde e Ciência**, online, v. 9, n. 1, p. 152-169, 2020.
- PERES, R. S.; SANTOS, M. A.; COELHO, H. M. B. Atendimento psicológico a estudantes universitários: considerações acerca de uma experiência em clínica-escola. **Estudos de Psicologia**, v. 20, n. 3, p. 47-57, 2003.
- RODRIGUES, K. M. M.; SOBRINHO, D. F. Desafios de tornar-se terapeuta na abordagem centrada na pessoa. **Humanidades & Inovação**, v. 8, n. 67, p. 290-300, 2021.
- ROGERS, C. R. **Terapia Centrada no Cliente**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- ROGERS, C. R. **Tornar-se pessoa**. 6. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.
- SCHÜTZ, D. M.; ITAQUI, L. G. O silêncio na psicoterapia a luz da abordagem centrada na pessoa. **Revista do NUFEN**, v. 8, n. 1, p. 76-90, 2016.
- TAMBARA, N.; FREIRE, E. **Terapia Centrada no Cliente, Teoria e Prática: Um caminho sem volta**. Porto Alegre: Delphos, 1999.
- WOOD, J. K. et al. **Abordagem Centrada na Pessoa**. Vitória: Edufes, 2010.

LINGUAGEM, MÍDIA E MEMÓRIA: UMA BREVE ANÁLISE DISCURSIVA DAS NOTÍCIAS JORNALÍSTICAS ENVOLVENDO O EX-PRESIDENTE PARAGUAIO FERNANDO LUGO

Marcos Galdino*; Thiago Benitez Mello**; Taiza Fernanda Ramalhais***; Maura Sandra da Silva do Nascimento****; Jéssica Gaspar da Costa*****.

* Pós-doutorado em Teologia, e-mail: marcos_galdino@hotmail.com

** Doutor em Sociedade, Cultura e Fronteiras, e-mail: thiago_benitez@hotmail.com

*** Doutora em Psicologia, e-mail: ramalhaistf@gmail.com

**** Mestra em Ensino, e-mail: maura.nascimento@descomplica.com.br

***** Especialista em Neuropsicologia, e-mail: jessica.gaspar@descomplica.com.br

INFORMAÇÕES

Histórico de submissão:

Recebido em: 10 ago. 2024

Aceite: 14 ago. 2024

Publicação online: ago. 2024

RESUMO

Conjuntamente com as noções de língua e linguagem, acrescenta-se a noção de discurso, como um objeto específico, de difícil apreensão, cuja natureza constitutiva traz contradições que funcionam como regularidades. Quando se fala em discurso, é preciso ressaltar que ele não é a língua(gem) em si, mas precisa dela para ter existência material e/ou real. O discurso implica uma exterioridade à língua, encontra-se no social e envolve questões de natureza não estritamente linguísticas. Nesta perspectiva, o presente artigo tem como objetivo central analisar, sob o viés da Análise do Discurso de linha francesa (doravante ADF), notícias de jornais onlines em relação à polêmica de pedofilia envolvendo o ex-presidente paraguaio Fernando Lugo, em abril de 2009, e à sua destituição ocorrida no dia 22 de junho de 2012, buscando verificar e revelar, por meio de tal análise, a condição fluida dos discursos, mostrando sua natureza flexível e móvel. Para tanto, além da explanação de alguns conceitos teóricos básicos da ADF, como interdiscurso, memória e formação discursiva, arrolaremos reflexões específicas sobre as noções de língua(gem) e discurso, uma vez que, para a ADF, não se focaliza o indivíduo falante, compreendido como um sujeito empírico; importa o sujeito inserido em uma conjuntura social, tomado em um lugar social, histórico e ideologicamente marcado.

Palavras-chave: Análise do discurso; Mídia; Fernando Lugo

ABSTRACT / RESUMEN

In conjunction with the notions of language, adds the notion of speech as a specific object, difficult to grasp, whose constitutive nature brings contradictions that work like regularities. When we talk in speech, we must emphasize that it is not the language in itself, but it needs to have material existence and/or real. The speech implies an externality to the tongue, is social in nature and involves issues not strictly linguistic. In this perspective, this article aims to analyze central, under the bias of Discourse Analysis of French Line, newspaper reports online regarding pedophilia controversy involving former Paraguayan President Fernando Lugo in April 2009 and their removal occurred on June 22, 2012, seeking to verify and prove, through this analysis, the condition of the fluid discourses, showing its nature flexible and mobile. Therefore, besides the explanation of some basic theoretical concepts of Discourse Analysis, as interdiscourse, memory and discursive formation, we discuss specific reflections on the notions of language and speech, since, for the Discourse Analysis, do not focus on the individual speaker, understood as an empirical subject, the subject matter inserted in a social situation, taking place in a social, historical and ideologically marked.

Keywords: Discourse analysis; Media; Fernando Lugo

Copyright © 2024, Marcos Galdino; Thiago Benitez Mello; Taiza Fernanda Ramalhais; Maura Sandra do Nascimento; Jéssica Gaspar da Costa. This is an open access article distributed under the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.

Citação: GALDINO, Marcos; MELLO, Thiago Benitez; RAMALHAIS, Taiza Fernanda; NASCIMENTO, Maura Sandra da Silva do; COSTA, Jéssica Gaspar da. Linguagem, mídia e memória: uma breve análise discursiva das notícias jornalísticas envolvendo o ex-presidente paraguaio Fernando Lugo. *Iguazu Science*, São Miguel do Iguaçú, v. 2, n. 4, p. 36-42, ago. 2024.

INTRODUÇÃO

A linguagem não é apenas um sistema de regras formais e estruturais capaz de manter a relação e comunicação entre os sujeitos. Ela é, sobretudo, uma prática, uma ação, um fazer discursivo, segundo Fairclough (1995), que faz a mediação entre o texto e a ação sociocultural. Isso porque ela faz parte do simbólico, com a divisão política dos sentidos, visto que o sentido é movente e instável. O objeto de apreciação de estudo da linguagem, neste viés, deixa de ser a frase, e passa a ser o discurso materializado na língua, uma vez que se distancia da análise de palavra por palavra na interpretação como uma sequência fechada e acabada.

Dado isso, o objetivo central deste texto é analisar, sob a ótica da Análise do Discurso de linha francesa (doravante ADF), notícias de jornais online em relação à polêmica de pedofilia envolvendo o ex-presidente paraguaio Fernando Lugo, em abril de 2009, e à sua destituição ocorrida no dia 22 de junho de 2012. Busca-se verificar e revelar, por meio de tal análise, a condição fluida dos discursos, como são flexíveis e móveis, se deslocam em função de embates ideológicos, históricos e políticos. Com a análise em questão, serão apontados os diferentes discursos materializados nesses textos além do entrecruzamento dos aspectos sociais, histórico e ideológicos na linguagem.

Para efetuar a análise e (re)afirmar a fluidez e deslocamentos de discursos, serão trazidos conceitos teóricos que darão suporte para a discussão a ser realizada e o pleito a ser assumido: noções de língua(gem) e discurso, concepção de interdiscurso, memória discursiva e formação discursiva. Tais conceitos se estabelecem como primordiais para os estudos da Análise do Discurso de linha francesa e tornam-se necessários para a compreensão de discurso enquanto objeto de estudo. Para tanto, serão desenvolvidas reflexões específicas sobre a noção de discurso, uma vez que, para a ADF, não se focaliza o indivíduo falante, compreendido como um sujeito empírico, senão que o sujeito inserido em uma conjuntura social, tomado em um lugar social, histórico e ideologicamente marcado. Isso porque, para falar de discurso, é necessário romper com uma visão estritamente linguística, focalizando as inter-relações da linguagem com a História e com a Psicanálise, como muito bem coloca Fernandes (2008).

Como o “corpus” da análise é constituído por apenas alguns textos selecionados, retirados de notícias da internet, não é possível esgotar o que aqui

está sendo proposto, devendo, o presente artigo, ser visto como uma incitação para que novos trabalhos a respeito do tema sejam fomentados.

METODOLOGIA

Metodologicamente, a abordagem será centrada na análise da linguagem e do discurso, com ênfase em suas dimensões sociais e ideológicas. A pesquisa adotará uma perspectiva qualitativa e bibliográfica, utilizando conceitos teóricos de importantes autores da área para fundamentar a análise.

O conceito de linguagem, entendido como uma mediação entre o homem e a realidade, é central para este estudo. De acordo com Berger (1985), a linguagem não apenas descreve o mundo real e subjetivo, mas também o materializa. Assim, a linguagem desempenha um papel crucial no processo de socialização cultural, permitindo a exteriorização do ser no mundo social e a interiorização deste mundo como realidade objetiva.

Bakhtin (2004) contribui para a compreensão do fenômeno ao argumentar que a língua é uma forma de interação social e não um ato individual. Para Bakhtin, o estudo da língua deve começar com a análise do contexto social em que os discursos se manifestam, visto que a língua é inseparável de seu conteúdo ideológico e relativo à vida. Este ponto de vista é corroborado por Weedon (1987), que vê a linguagem como um campo de luta política, onde os discursos concorrentes refletem e influenciam a organização do poder social.

A análise será fundamentada também nas contribuições de Bourdieu (1997), que sustenta que o valor de uma língua está intrinsecamente ligado ao valor dos indivíduos que a utilizam. Segundo Bourdieu, a fala e os discursos são moldados e valorizados pelas interações sociais e pelo status dos interlocutores. Revuz (1998) complementa essa perspectiva ao argumentar que a prática da linguagem envolve a maneira como os sujeitos se relacionam com o mundo e com os outros por meio dos discursos.

A abordagem metodológica adotada inclui uma visão de linguagem em movimento, como sugerido por Blommaert (2010). A linguagem e os discursos são vistos como dinâmicos e em constante transformação, refletindo mudanças históricas e sociais. O discurso é entendido como uma prática social que vai além do simples uso da língua e envolve aspectos sociais e ideológicos, conforme Fernandes (2008). Esta abordagem permite uma análise profunda das práticas discursivas e suas implicações sociais e ideológicas.

Finalmente, a metodologia deste estudo se alinha com a proposta de Fairclough (1992), que vê a

linguagem como uma ação social e o discurso como uma forma de representação e interação com a sociedade. O objetivo é examinar como a linguagem e o discurso não são fixos, mas estão sujeitos a transformações que acompanham as mudanças sociais e políticas. A análise será guiada pela compreensão de que tanto a língua quanto o discurso são processos dinâmicos e complexos que refletem e moldam a realidade social.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

1. Interdiscurso, Memória e Formação Discursiva

Para falar uma coisa pode-se falar outra. No entanto, só é possível comprovar aquilo que a língua nos oferece, pois, como já afirmava Ludwig Wittgenstein, “os limites da minha linguagem são os limites do meu mundo”. Dessa forma, nunca será possível falar tudo; tudo nunca pode ser dito. Só se pode dizer algo na perspectiva e no âmbito do dizível, isto é, nossos dizeres são rodeados de “já ditos”, não sabidos, apagados.

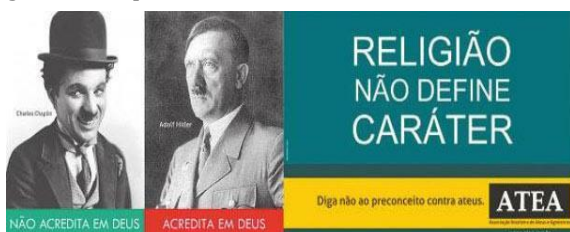
Assim, podemos atestar que todos os dizeres apresentam, em seu interior, a presença de diferentes discursos, o que denominamos de *interdiscurso*. Trata-se de “uma interdiscursividade caracterizada pelo entrelaçamento de diferentes discursos, oriundos de diferentes momentos na história e de diferentes lugares sociais” (FERNANDES, 2008, p. 39). O interdiscurso é “todo conjunto de formulações feitas e já esquecidas que determinam o que dizemos” (ORLANDI, 2009, p.33).

Como afirma Orlandi (2009), “todo dizer, na realidade se encontra na confluência dos dois eixos: o da memória (constituição) e o da atualidade (formulação)” (p. 33). O interdiscurso seria, em suma, a presença de diferentes discursos, advindos de distintos momentos históricos, entrelaçados no interior de uma formação discursiva (conceito que será discutido a seguir).

Relacionado à memória, o interdiscurso permite que os dizeres que já foram ditos tenham sentido em nossas palavras, pois o sujeito nunca é a origem de seu dizer. Além disso, o discurso ganha sentido quando se relaciona com outros discursos numa relação de confronto.

Para exemplificarmos a ideia de interdiscurso observemos a imagem abaixo:

Figura 1. Chaplin e Hitler



Fonte: <https://www.adsoftheworld.com/campaigns/hitler-vs-chaplin> (2013)

Observando a figura, percebemos que ela busca passar, ideologicamente, uma ideia de que ateísmo não é sinônimo de maldade ou perversidade e que a religião não pode servir de critério para julgamentos de personalidade, no caso o caráter. Além disso, existe uma retomada histórica na campanha, um saber discursivo que fomos constituindo ao decorrer do tempo e foi produzindo dizeres, um interdiscurso: a retomada da campanha a personalidades históricas importantes (Charles Chaplin e Adolf Hitler) e à representação corrente, e já impregnada, que o senso comum tem sobre o que é ser ateu: significa não acreditar em Deus e, conseqüentemente, negar alguns princípios religiosos como bondade, honestidade e amabilidade, em outras palavras, ser perverso.

Essa retomada à história nos remete ao conceito de *memória discursiva*. O que vale frisar aqui, é que essa noção não se refere a lembranças que temos do passado, a recordações que um indivíduo tem do que já passou. Como atesta Pêcheux (1999) “a estruturação do discurso vai constituir a materialidade de uma certa memória social” (p. 11). Segundo Fernandes (2008):

Os discursos exprimem uma memória coletiva na qual os sujeitos estão inscritos. É uma memória coletiva, até mesmo porque a existência de diferentes tipos de discursos implica a existência de diferentes grupos sociais, sem, contudo, implicar equivalência (p. 45).

Segundo Maingueneau (2005, p.15) discurso é “uma dispersão de textos cujo modo de inscrição histórica permite definir como um espaço de regularidades enunciativas”. Desse modo, o discurso não opera sobre a realidade das coisas, mas sobre outros discursos e todo enunciado de um discurso se constitui na relação polêmica com outro. O sujeito, neste sentido, é um “espaço” formado por discursos e a língua um processo semântico e histórico.

Já em termos de interdiscursividade, o que devemos observar na campanha é o posicionamento ateu pela tentativa de um reposicionamento identitário, isto é, uma necessidade de afirmação de identidade. Criticar o discurso cristão, religioso em si, significa, ao mesmo tempo, a ele ter que retornar e dele ter que se afastar para resguardar a própria identidade, pois o discurso ateu não se constitui sem se deixar, de algum modo, por ele se afetar.

Courtine (1981) nos assevera que o interdiscurso é o lugar no qual se constituem, para um sujeito falante que produz uma sequência discursiva dominada por

uma *formação discursiva* (FD) determinada, os objetos de que esse sujeito enunciativo se apropria para fazer deles objetos de seu discurso, bem como as articulações entre esses objetos, pelos quais o sujeito enunciativo vai dar uma coerência a seu propósito.

Essa FD colocada pelo autor é definida por Foucault (1997) como um conjunto de enunciados em que ocorre certa regularidade, é convencionalizado. Dentro desses discursos, existem regras históricas, que são condições para que dadas formações existam ou desapareçam. Para Serrani-Infante (1998) as FD “são as que determinam o que pode (ou deve) ser dito, segundo diferentes posições em uma dada conjuntura socio-histórica” (p. 130).

Nesta perspectiva, podemos afirmar que uma formação discursiva não é composta de um limite demarcado de maneira fixa, isto é, ela se posiciona dentro de outras formações e seu limite desloca-se conforme cada momento e situação. Como bem aponta Mussalim (2001): “como uma formação discursiva é um dos componentes de uma formação ideológica específica, o limite que define uma formação discursiva é instável, pois ela se inscreve em um espaço de embates, de lutas ideológicas” (p. 125). Logo, o discurso está longe de ser produto de um sujeito em particular, pois traz consigo a ideologia da formação discursiva que o originou.

Para Fernandes (2008), uma FD

[...] refere-se ao que pode dizer somente em determinada época e espaço social, ao que tem lugar e realização a partir de condições de produção específicas, historicamente definidas; trata-se da possibilidade de explicitar como cada enunciado tem o seu lugar e sua regra de aparição, e como as estratégias que o engendram derivam de um mesmo jogo de relações, como um dizer tem espaço em um lugar e em uma época específica (p. 48).

Dessa forma, o *sentido* (o qual tomamos aqui como o efeito de sentido entre sujeitos em enunciação, negando a ideia de mensagem encerrada em si e contestando a imanência do significado) não é todo e qualquer um e nem depende do autor ou do leitor, já que a FD é a delimitação do que pode e deve ser dito e é ela que delimita e permite a constituição de processos discursivos. O sentido, assim, “se entretence na relação do texto com as suas condições de

produção: o texto como discurso” (CATTELAN, 2011, p. 157). Portanto, o efeito de sentido é de caráter material, concreto e empiricamente demonstrável. Os sentidos são produzidos em decorrência da ideologia dos sujeitos em questão, face aos lugares ocupados por estes sujeitos em interlocução.

2. Exercício de Análise

Passemos agora para as análises fundamentadas nos conceitos propostos acima. Tomaremos como objeto de análise e reflexões notícias de jornais *online* em relação à polêmica de pedofilia envolvendo o ex-presidente paraguaio Fernando Lugo, em abril de 2009, e à sua destituição ocorrida no dia 22 de junho de 2012.

Para Mussalim (2001), a AD considera como parte constitutiva do sentido o contexto histórico-social, assim sendo, faz-se necessário situar historicamente as notícias divulgadas sobre o presidente paraguaio nesses dois momentos de sua vida (polêmica de pedofilia em 2009 e destituição presidencial em 2012).

Quando Fernando Lugo assumiu a presidência do Paraguai, em 2009, jornais e revistas de todo o mundo consideraram “diferente” e “ousado” um ex-bispo se candidatar à presidência, um ex-representante da Igreja Católica envolver-se no campo político.

No entanto, em abril de 2009, quando Lugo já havia ganhado as eleições e já atuava como presidente, surgiram relatos sobre um possível filho não reconhecido do ex-presidente. Ele admitiu, então, ter tido relações sexuais com a estudante Viviana Carrillo quando ainda era bispo e disse, para tomar todas as responsabilidades pelas suas ações, assumir a paternidade da criança. Um jornal *online*, na época, publicou a seguinte matéria:

Lugo chocou o país na semana passada quando, pressionado por uma reivindicação judicial, admitiu ser pai de um menino de 2 anos, **fruto de uma relação com uma jovem quando ainda era sacerdote.** “Lugo quebrou seu compromisso eclesial, por um lado, e seu compromisso com o povo, por outro”, afirmou o legislador José López Chávez, num dos vários ataques a Lugo proferidos durante a sessão na Câmara dos Deputados¹.

Percebemos que a atitude do presidente foi totalmente reprovada por boa parte da população

¹ Disponível em:

<http://g1.globo.com/Noticias/Mundo/0,,MUL1091753-5602,00.html>. Acesso em: 12/09/2013.

paraguaia na época. O discurso retumbado “Fruto de uma relação com uma jovem quando ainda era sacerdote” não faz parte, de maneira alguma, de uma formação discursiva dita religiosa, pois quebra com o compromisso eclesial que o presidente, supostamente, tinha ou deveria ter com a Igreja.

Assim também como não cabe a ação do presidente em uma formação discursiva de cunho político, pois quebraria “seu compromisso com o povo”, negaria seu papel de “cidadão exemplo de paraguaio”, ou seja, não é “normal”, aos moldes de aceitável socialmente (FOUCAULT, 1997), se nos remetemos a uma memória discursiva de uma determinada sociedade, que um bispo tenha relações sexuais, muito menos com uma adolescente. Percebemos, assim, que o acontecimento em questão é muito mais de caráter histórico e religioso do que político.

O pano de fundo se dá, especificamente, no entorno político, mas as causas e consequências acontecem porque uma memória discursiva é ativada e atravessa diversas vozes, isto é, há, no fragmento acima, o entrecruzamento de diferentes formações discursivas constitutivas do sujeito e reveladoras de dada realidade social que tem lugar na história do Paraguai e na constituição de sua nação.

Um blog postou, na mesma época, a seguinte notícia:

Quando irrompeu o escândalo e os paraguaios se deram conta de que seu presidente esteve em uma relação pedófila com uma adolescente quando bispo, e que tinha se tornado pai de uma criança durante sua campanha para presidente, **a temperatura política subiu em torno de Lugo**².

O que nos interessa frisar, aqui, é que o ex-presidente paraguaio, assim como todos os indivíduos, é um sujeito sócio-ideologicamente constituído, para a ADF, além de historicamente situado. Isso quer dizer que somos sujeitos discursivos, constituídos na inter-relação social, não somos o centro de nossos dizeres. Em nossas vozes, um conjunto de outras vozes, heterogêneas, se manifesta. Por isso que, para a ADF, “o sujeito é polifônico e é constituído por uma heterogeneidade de discursos” (FERNANDES, 2008, p. 21). Bakhtin (1997) afirma que cada sujeito é um sujeito híbrido, uma arena de conflito e confrontação de vários discursos que o constituem. O sentido não

está “lá” no texto, mas é constituído a partir dele, considerando o produtor e o “outro”.

Como já colocamos, uma formação discursiva não é composta de um limite demarcado de maneira fixa. “Uma FD se inscreve entre diversas formações discursivas, e a fronteira entre elas se desloca em função dos embates da luta ideológica, sendo esses embates recuperáveis no interior mesmo de cada um das FDs em relação” (MUSSALIM, 2001, p.125).

Podemos revelar e testificar isso com algumas notícias divulgadas em junho de 2012 a respeito do impeachment do ex-presidente Fernando Lugo:

Para nós, o que aconteceu foi um golpe de Estado dado pelos donos do Paraguai, pois houve pouco tempo para Fernando Lugo se defender. **Nós aceitamos Lugo no poder e para nós ele continua sendo o presidente, o único presidente do Paraguai.**

Os paraguaios residentes no exterior apoiam a decisão de Lugo de não aceitar sua deposição de um cargo para o qual foi escolhido em eleições livres e democráticas. Diante disso, asseguram que não vão esquecer o que aconteceu e **pretendem**, de seus países de residência, **organizar manifestações pacíficas** para mostrar o descontentamento com a violação da democracia no Paraguai³.

Percebemos, nesses fragmentos, as mudanças de escolhas lexicais, o que comprova a instabilidade, nos discursos, a flexibilidade de uma formação discursiva. Se considerarmos as condições de produção dos enunciados acima, nos deparamos com um contexto imediato, um contexto sócio-histórico, ideológico (ORLANDI, 2009).

Exemplificamos: o contexto imediato, no enunciado acima, é o Paraguai, os paraguaios, o caso do Golpe de Estado paraguaio e o fato dos enunciados retratarem um “apoio” ao ex-presidente. O contexto amplo, o qual carrega efeitos que constituem determinada sociedade, é, neste caso, a forma como o Estado Paraguai decide as deposições políticas, qual a importância dada à voz da população nacional. E, por fim, a história que afeta as posições ideológicas dos sujeitos: o ex-presidente não foi aceito em um primeiro momento, mas graças ao seu esforço político (ou qualquer outro motivo que tenha levado os

² Disponível em: <http://www.sacralidade.com/igreja2008/0177.harem.html>. Acesso em 12/09/2013.

³ Disponível em: <http://correiodobrasil.com.br/paraguaios-residentes-no-externo-repudiam-deposicao-de-fernando-lugo/476562>. Acesso em: 12/09/2013.

paraguaios a apoiá-lo) conseguiu o apoio e confiança do povo, conquistando a maioria da população paraguaia.

No entanto, algumas formações discursivas insistem em estagnar-se, exatamente pelo fato de que existe um “já-dito” que sustenta a possibilidade mesma de todo dizer, o qual se torna fundamental para a compreensão do funcionamento do discurso. Sendo assim, percebemos, com os enunciados abaixo, que uma formação discursiva de caráter religioso, dita anteriormente no caso de pedofilia do ex-presidente paraguaio Fernando Lugo, permanece rígida, inflexível, pois há uma memória discursiva, já construída sócio-ideologicamente, que não permite o apagamento imediato de determinado acontecimento:

“O Paraguai viveu momentos muito delicados. Mas, neste momento, **temos de continuar a dar, cada um, o melhor**. Há a **necessidade de dar força e continuidade** no caminho da justiça e da paz”, disse o arcebispo, que se reuniu hoje com Franco por cerca de meia hora, no palácio do governo.

Franco é católico praticante e costuma ir à missa todo domingo de manhã. No primeiro dia como presidente empossado, ele agendou a reunião com o arcebispo no começo da manhã⁴.

Com a destituição de Lugo em junho de 2012, o vice-presidente Federico Franco tomou posse da presidência paraguaia em uma sessão conjunta do Congresso. O interessante é que a Igreja Católica, como percebemos nos enunciados, apoiou a tomada de posse do presidente Franco. Não se torna difícil de saber o motivo: “Franco é católico praticante e costuma ir à missa todo domingo de manhã”, como aparece na notícia. Além disso, a Igreja prefere um presidente que não tenha um antecedente com má reputação ou que tenha se envolvido em casos polêmicos, como foi o caso de pedofilia envolvendo Fernando Lugo. Logo, o discurso da Igreja nos remete a uma conformidade, a um consolo: “temos de continuar a dar, cada um, o melhor”.

Conseguimos, dessa maneira, perceber como uma formação discursiva se aloca dentro de outras formações discursivas e como o seu limite não é fixo ou estável, ao contrário, é fluido, heterogêneo e instável.

Um discurso de aceitação, confiança e positividade pode tornar-se de desaprovação, desconfiança e negatividade. Isso porque “o contexto histórico-social, então, o contexto de enunciação, constitui parte do sentido do discurso e não apenas um apêndice que pode ou não ser considerado. Em outras palavras, pode-se dizer que, para ADF, os sentidos são historicamente construídos” (MUSSALIM, 2001 p.123) e, conseqüentemente, estão constantemente se modificando e se adaptando à história e à cultura dos sujeitos.

CONCLUSÕES

Foi possível notar que os discursos formados e trazidos para este estudo fazem parte de diferentes narrativas, social, cultural e historicamente construídas, que nos permite perguntar: de que maneira esses discursos são entendidos em momentos históricos específicos? Como um discurso aparece e outro não, isto é, o que faz um discurso aparecer e tantos outros serem omitidos? Percebe-se, nesse caso, a forma de dizer e a presença do não dito fazendo sentido nas entrelinhas do que é dito.

É notória a invisibilidade de alguns dizeres, mas que, de uma forma ou outra, compõem um discurso. Isso porque, por meio das formações discursivas explicitamente marcadas nos textos, pela história, podemos encontrar outras, materializadas somente nas entrelinhas do que é dito, nas sombras das palavras manifestadas. O que importa reiterar é que um enunciado dialoga com outros enunciados, com outros discursos que têm lugar na história.

No campo da linguagem, tornou-se impossível considerarmos paradigmas que tomam a linguagem como meramente um “mecanismo de comunicação” estático, internalista, objetivo e “determinador das regras da língua” respaldaram as pesquisas de análises discursivas. Não que tais teorizações sobre a linguagem não existam mais, no entanto, como afirma Moita Lopes (2022), a compreensão da linguagem através das lentes do imobilismo tornou-se insuficiente para explicar os novos sistemas e formas de comunicação, visto que ela é “definida pelo modo como é localizada e realocada pelas pessoas em suas performances cotidianas, [...], um ponto de vista externalista, explicado por um fazer performativo dos sentidos” (MOITA LOPES, 2022, p. 32).

Desse modo, vale ressaltar que “todo e qualquer corpus tomado para análise apresenta-se como um universo discursivo marcado por instabilidade, que

4

Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas->

em:

[noticias/2012/06/23/igreja-catolica-no-paraguai-apoia-novo-presidente-e-pede-justica-e-paz-no-pais.htm](https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2012/06/23/igreja-catolica-no-paraguai-apoia-novo-presidente-e-pede-justica-e-paz-no-pais.htm). Acesso em: 12/09/2013.

explicita as movências e a inquietude dos sujeitos” (FERNANDES, 2008, p. 61). Assim, reafirmamos a fluidez e flexibilidades dos discursos, sua necessidade de acompanhar as transformações históricas, políticas e sociais, mas todas ligadas sempre ao campo ideológico, já que Ideologia é inerente ao discurso, não apenas imprescindível.

Diante do objeto discursivo tomado para análise (as notícias envolvendo o ex-presidente paraguaio Fernando Lugo), pudemos ver que é necessário sairmos da materialidade linguística para compreender os discursos em sua exterioridade, no social, espaço-tempo no qual o linguístico, o cultural, o histórico e o ideológico coexistem em uma relação de implicância. Eis a instauração de um campo de conflitos, marcado por oposições ideológicas, no qual diferenças sociais coexistem simultaneamente. Os discursos têm existência na exterioridade do linguístico, no social, são marcados sócio-histórico-ideologicamente.

Quando recorremos a um dicionário, o fazemos para verificar o significado de uma palavra, pois o significado já está posto ali, é imanente; porém, em se tratando de analisar de modo crítico e ideológico um discurso, nega-se a imanência ontológica do significado, uma vez que interessam, para as análises mais aprofundadas, os sentidos produzidos em decorrência da inscrição socioideológica e histórica dos sujeitos envolvidos.

Atestamos assim, a necessidade de se considerar a opacidade da linguagem, a sua não transparência, isto implica revelar que na relação do sujeito com a língua e com a história, “por trás das palavras ditas, o não-dito produz sentidos que não podem ser controlados e que não se encerram em si” (FERNANDES, 2008, p. 83). O não-dito, muitas vezes, acaba sendo um referencial mais relevante de análise, na concepção da corrente de análise discursiva francesa, do que o escancarado, pois, torna-se extremamente importante a reflexão do porquê que aquilo que não foi acabou não sendo dito.

Portanto, deve-se sempre considerar que os sujeitos sociais, que acaba, por ser protagonistas da história, e seus discursos são sínteses de múltiplas determinações, e estas necessitam ser investigadas no contexto em que são produzidas de modo dialético não somente para que se possam compreender os fenômenos, mas para que de modo prático se possa modificá-los. Entender o funcionamento do discurso pode nos dizer algo do não visível em falas individuais atravessadas.

REFERÊNCIAS

- BAKHTIN, M. **Estética da Criação Verbal**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- BAKHTIN, M.; VOLOCHINOV. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. São Paulo: Hucitec, 2004.
- BERGER, P. L.; LUKMANN, T. **A Construção Social da Realidade: Tratado de Sociologia do Conhecimento**. Traduzido por Floriano de Souza Fernandes. Petrópolis: Vozes, 1985.
- BOURDIEU, P. **A Economia das Trocas Linguísticas**. São Paulo: Edusp, 1997.
- CATTELAN, J. C. **Que eu fico de olho**. In: **As Línguas em Diálogo: Perspectivas e Desafios na Atualidade**. Anais da 14ª Jornada Nacional de Estudos Linguísticos e Literários. Maringá: Sthampa, 2011.
- COURTINE, J. J. **Analyse du discours politique: le discours communiste adressé aux chrétiens**. Paris: Didier-Larousse, 1981.
- FOUCAULT, M. **A Arqueologia do Saber**. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.
- MUSSALIM, F. **Análise do Discurso**. In: MUSSALIM, F. e BENTES, A. C. (orgs.). **Introdução à Linguística: Domínios e Fronteiras**. São Paulo: Cortez, 2001.
- ORLANDI, E. P. **Análise do Discurso: Princípios e Procedimentos**. 8. ed. Campinas, SP: Pontes, 2009.
- PÊUCHEUX, M. **O Papel da Memória**. Campinas, SP: Pontes, 1999.
- REVUZ, C. **A Língua Estrangeira Entre o Desejo de um Outro Lugar e o Risco do Exílio**. In: SIGNORINI, I. (org.). **Língua(gem) e Identidade: Elementos para uma Discussão no Campo Aplicado**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1998.
- SERRANI-INFANTE, S. **Abordagem Transdisciplinar na Enunciação em Segunda Língua: A Proposta AREDA**. In: SIGNORINI, I.; CAVALCANTI, M. C. (orgs.). **Linguística Aplicada e Transdisciplinaridade**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1998.
- WEEDON, C. **Feminist Practice and Poststructuralist Theory**. Oxford: Blackwell, 1987.

COMPREENDENDO A TRAJETÓRIA DOS ALUNOS EGRESSOS: UM ESTUDO SOBRE RELAÇÕES DE GÊNERO A PARTIR DO CURSO DE PEDAGOGIA DA FACULDADE UNIGUAÇU

Mateus Pedro Schuh*; Francielle de Camargo Ghellere**

* Egresso do Curso de Pedagogia da Faculdade Uniguaçu, *e-mail: mateusschuh28@gmail.com*

** Doutora em Sociedade, Cultura e Fronteiras (UNIOESTE); Doutorado Sanduíche na Universidad de Ciencias Pedagógicas Enrique José Varona em Cuba. Professora na Secretaria de Educação do Estado do Paraná (SEED) e na Faculdade de Ensino Superior de São Miguel do Iguaçu. *E-mail: francielleghellere@gmail.com*

INFORMAÇÕES

Histórico de submissão:

Recebido em: 10 ago. 2024

Aceite: 14 ago. 2024

Publicação *online*: ago. 2024

RESUMO

Este estudo teve como objetivo compreender as relações de gênero masculino no Curso de Graduação em Pedagogia da Uniguaçu, com foco nos egressos formados entre 2011 e 2021. Buscou-se identificar as relações interpessoais dos pedagogos no ambiente escolar e as principais dificuldades enfrentadas pelos homens ao ingressarem nessa profissão. O trabalho analisou a trajetória desses profissionais e a relevância de estudar as relações de gênero no curso de graduação, visando a uma prática pedagógica que valorize a diversidade e a identidade dos alunos. A metodologia adotou uma abordagem qualitativa de caráter exploratório. A coleta de dados foi realizada por meio de questionário via aplicativo de mensagens e entrevista semiestruturada com doze questões, aplicada a dez egressos da Uniguaçu. Destaca-se a importância das oportunidades para homens que escolhem a pedagogia e os desafios enfrentados. Compreender as relações de gênero entre professores possibilita a criação de mecanismos para harmonizar o papel do pedagogo masculino na educação infantil. Aspectos motivacionais são fundamentais para construir uma sociedade igualitária, promovendo autonomia, competência e satisfação profissional. Pesquisas semelhantes devem ser replicadas em outros níveis de ensino para examinar a percepção de docentes em contextos distintos.

Palavras-chave: Relações de Gênero; Pedagogos; Diversidade e Educação

RESUMEN

Este estudio tuvo como objetivo comprender las relaciones de género masculino en el Curso de Grado en Pedagogía de Uniguaçu, con un enfoque en los egresados formados entre 2011 y 2021. Se buscó identificar las relaciones interpersonales de los pedagogos en el entorno escolar y las principales dificultades que enfrentan los hombres al ingresar a esta profesión. El trabajo analizó la trayectoria de estos profesionales y la relevancia de estudiar las relaciones de género en el curso de grado, con el objetivo de una práctica pedagógica que valore la diversidad y la identidad de los estudiantes. La metodología adoptó un enfoque cualitativo de carácter exploratorio. La recopilación de datos se realizó mediante un cuestionario a través de una aplicación de mensajería y una entrevista semiestructurada con doce preguntas, aplicada a diez egresados de Uniguaçu. Se destaca la importancia de las oportunidades para los hombres que eligen la pedagogía y los desafíos que enfrentan. Comprender las relaciones de género entre los profesores permite la creación de mecanismos para armonizar el papel del pedagogo masculino en la educación infantil. Los aspectos motivacionales son fundamentales para construir una sociedad igualitaria, promoviendo autonomía, competencia y satisfacción profesional. Investigaciones similares deben replicarse en otros niveles educativos para examinar la percepción de los docentes en contextos distintos.

Palabras clave: Relaciones de Género; Pedagogos e Diversidad; Educación.

Citação: SCHUH, Mateus Pedro; GHELLERE, Francielle de Camargo. Compreendendo a trajetória dos alunos egressos: um estudo sobre relações de gênero a partir do curso de Pedagogia da Faculdade UNIGUAÇU. *Iguazu Science*, São Miguel do Iguazu, v. 2, n. 4, p. 43-49, ago. 2024.

INTRODUÇÃO

O objetivo desta pesquisa é analisar as relações interpessoais de pedagogos egressos da Faculdade de Ensino Superior de São Miguel do Iguazu (UNIGUAÇU) no ambiente escolar, com foco nas atividades desenvolvidas em Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs) e em escolas em geral, incluindo tanto as funções de sala de aula quanto de gestão escolar.

A pesquisa busca investigar a trajetória do pedagogo homem, desde a escolha do curso de Pedagogia até sua formação e atuação profissional, e examinar a questão do gênero masculino no contexto escolar. O estudo visa compreender as relações interpessoais do pedagogo, identificar as principais dificuldades enfrentadas por homens para ingressar e permanecer na profissão, e discutir o impacto dos estereótipos de gênero na aceitação e reconhecimento desses profissionais.

O interesse por este tema surgiu a partir de relatos e observações durante a graduação em Pedagogia, que revelaram a pouca presença e aceitação da figura masculina no ambiente educacional, devido a estereótipos associados ao gênero masculino. A pesquisa é relevante para homens que consideram ingressar na profissão docente, especialmente considerando que a quantidade de homens formados para a docência no Ensino Fundamental é baixa e a procura por Pedagogia por parte deste gênero é reduzida.

Historicamente, o trabalho educativo era predominantemente masculino, mas atualmente é mais associado às mulheres, que são culturalmente vistas como mais aptas para tarefas que exigem atenção e afeto. A problemática central da pesquisa é: como se desenvolvem as relações interpessoais do pedagogo no ambiente escolar e quais são as maiores dificuldades enfrentadas pelo gênero masculino para ingressar e permanecer na profissão? A hipótese é que, ao analisar o relacionamento do pedagogo com a comunidade escolar e externa, poderemos compreender melhor as relações interpessoais e identificar a persistência de preconceitos relacionados à atuação dos homens em diversos níveis hierárquicos dentro das escolas.

METODOLOGIA

Para a realização deste estudo, foi utilizada a abordagem de pesquisa qualitativa com uma finalidade exploratória, que, de acordo com Vieira (2002, p. 61-70), tende "a proporcionar ao pesquisador uma maior familiaridade com o problema em estudo". Além disso, a pesquisa exploratória é usada em casos em que é necessário definir o problema com maior precisão e identificar cursos relevantes de ação ou obter dados adicionais antes que se possa desenvolver uma abordagem. Como o nome sugere, a pesquisa exploratória procura explorar um problema ou uma situação para prover critérios e compreensão (VIEIRA, 2002).

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares, uma vez que permite "a realização de estudos aprofundados sobre uma ampla variedade de tópicos, incluindo seus favoritos, em termos simples e cotidianos" (YIN, 2016, p. 05).

Além disso, para Minayo (2013), a pesquisa qualitativa abrange um nível de realidade que não deveria ser quantificado, não podendo, portanto, ser objeto de uma pesquisa quantitativa.

A pesquisa qualitativa está dividida em três etapas: a fase exploratória, o trabalho de campo, e a análise e tratamento do material empírico e documental. A primeira etapa consiste na elaboração do projeto de pesquisa "[...] e de todos os procedimentos necessários para preparar a entrada em campo", sejam esses procedimentos teóricos, como leitura sobre o tema e embasamento, ou a delimitação do objeto de estudo (MINAYO, 2013, p. 24).

Com o objetivo de compreender a trajetória de Pedagogos egressos da União de Ensino Superior do Iguazu Ltda., Faculdade de Ensino Superior de São Miguel do Iguazu (UNIGUAÇU), foi necessário aplicar um questionário utilizando um aplicativo de mensagens (WhatsApp) para otimizar o tempo e facilitar o uso, a dez egressos do gênero masculino formados no Curso de Pedagogia.

A segunda etapa consistiu em levar para a prática tudo o que foi elaborado na primeira etapa, combinando "instrumentos de observação, entrevistas ou outras modalidades de comunicação e interlocução com os pesquisados, levantamento de material documental e outros" (MINAYO, 2013, p. 24). Com base nas observações de Minayo (2013), foram utilizados os seguintes instrumentos para coleta de

dados: um questionário semiestruturado com questões elaboradas para os egressos e a análise documental da Proposta Pedagógica do Curso de Pedagogia da Uniguacu.

Conforme Thompson (1992) e Burke (1977) apud Rosa e Arnoldi (2007), o questionário é uma ferramenta indispensável para se trabalhar, buscando contextualizar o comportamento dos sujeitos, fazendo a sua vinculação com os sentimentos, valores e crenças, permitindo, sobretudo, que se obtenham dados sobre o passado recente ou distante de maneira explícita, mas tranquila e em comunhão com o entrevistador, que deve inicialmente transmitir atitudes que se transformem em uma troca mútua de confiança. Assim, a aplicação do questionário ocorreu por meio de um aplicativo de mensagens (WhatsApp) para otimizar o tempo e facilitar o uso.

Na terceira etapa, foi feita a ordenação, classificação e análise dos dados propriamente dita. De acordo com Minayo (2013, p. 25), essa etapa compreende:

O conjunto de procedimentos para valorizar, compreender, interpretar os dados empíricos, articulá-los com a teoria que fundamentou o projeto ou com outras leituras teóricas e interpretativas cuja necessidade foi dada pelo trabalho de campo.

A organização dos dados foi realizada a partir dos questionários obtidos. A classificação dos dados ocorreu após a transcrição, onde as respostas dos entrevistados foram separadas nos tópicos das perguntas norteadoras, possibilitando uma compreensão mais ampla. A análise dos dados foi realizada pela triangulação dos dados obtidos nos questionários com os dados retirados da Proposta Pedagógica do Curso de Pedagogia da Uniguacu e os apontamentos teóricos.

Por fim, Minayo (2013, p. 25) determina que esse processo da pesquisa qualitativa "acontece em espiral, pois começa com uma pergunta e termina com uma resposta ou produto que, por sua vez, dá origem a novas interrogações", ou seja, o ciclo da pesquisa não se fecha, pois toda pesquisa produz conhecimento e gera novas indagações.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A trajetória da escola no Brasil revela profundas transformações, desde a educação masculina e religiosa promovida pelos jesuítas até a feminização do magistério. Essa feminização se consolidou através de uma ressignificação da profissão docente, que passou a incorporar atributos tradicionalmente associados às mulheres, como o amor, a sensibilidade

e o cuidado, para que fosse considerada socialmente aceitável para o gênero feminino (LOURO, 1997, p. 94).

As identidades e atitudes de homens e mulheres são historicamente construídas com base em imagens sociais que definem o que é considerado comportamento "feminino" ou "masculino". Ao entender as relações de gênero como construções sociais, torna-se evidente a atribuição de propriedades "naturalmente" masculinas ou femininas, as quais correspondem a relações de poder. Essas construções são reforçadas ao longo do tempo por meio de práticas sociais repetitivas, que acabam sendo naturalizadas (AUAD, 2019; SILVA et al., 2020).

Vianna e Finco (2009) destacam que a família e a escola frequentemente reforçam comportamentos esperados para cada sexo, educando meninos e meninas de maneiras distintas, mesmo quando expostos às mesmas influências educacionais, como livros ou professores. O machismo, entendido como um sistema ideológico oferece modelos identitários tanto para homens quanto para mulheres. Desde a infância, meninos e meninas são inseridos em relações que moldam suas consciências, muitas vezes fomentando sentimentos de superioridade nos meninos e de inferioridade nas meninas (DRUMONT, 1980).

Soares (2021) sustenta que os papéis sociais atribuídos a homens e mulheres são influenciados desde o nascimento, com pais, professores e outros adultos próximos desempenhando um papel crucial na formação dessas identidades. A escola, como um dos primeiros ambientes de socialização infantil, tem um papel significativo na construção e reforço dessas identidades de gênero.

Embora a sociedade brasileira esteja em constante transformação, as maneiras pelas quais as pessoas ocupam os espaços sociais ainda são moldadas por processos históricos de distinção e valoração, especialmente no que diz respeito ao gênero. Isso resulta em uma classificação dos indivíduos que perpetua preconceitos, desigualdades, exclusão e hierarquização (SILVA et al., 2020).

A prática pedagógica deve ser conduzida de forma equitativa para ambos os gêneros, uma vez que o compromisso moral do professor transcende a sala de aula e deve focar na importância pedagógica independentemente das questões de gênero (VIANNA; CARVALHO, 2005, p. 24).

Louro (1997, p. 88-89) propõe duas hipóteses sobre o gênero na escola: a escola é feminina porque é predominantemente um espaço ocupado por mulheres, que organizam e gerem o ambiente escolar, ou é masculina, porque o trabalho realizado ali está

centrado no conhecimento, historicamente produzido por homens.

Vianna (2002) aponta que as intensas transformações econômicas, sociais, políticas, demográficas e culturais pelas quais o Brasil passou resultaram em uma crescente participação feminina no mercado de trabalho. No entanto, Louro (2014) argumenta que, embora as mulheres tenham gradualmente ocupado outras funções na sociedade, suas atividades são frequentemente controladas e dirigidas por homens, sendo representadas como secundárias, de apoio ou assistência.

Desde o século XIX, os homens começaram a abandonar as salas de aula nos cursos primários, com as escolas normais formando cada vez mais mulheres (VIANNA, 2002). Louro (2014) enfatiza que a construção do feminino e do masculino em uma sociedade é menos sobre características sexuais e mais sobre como essas características são representadas e valorizadas. Assim, o gênero se torna um conceito fundamental para entender as relações entre homens e mulheres em contextos históricos específicos.

Silva et al. (2020) ressaltam que a diferenciação de gênero é ampla e requer discussões aprofundadas, dado que os preconceitos e desigualdades estão enraizados nas relações de poder na sociedade. O sexo masculino, em particular, enfrenta desafios de aceitação na profissão pedagógica, especialmente em ambientes escolares onde a presença feminina é predominante.

O artigo 5º da Constituição Federal garante que todos são iguais perante a lei, assegurando os direitos à vida, liberdade, igualdade, segurança e propriedade (BRASIL, 1988). O inciso I desse artigo especifica que homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações. Contudo, mesmo após três décadas da promulgação desse documento, a desigualdade de gênero persiste em nossa sociedade.

Freire e Vieira (2019) afirmam que o currículo não é fixo, mas flexível, podendo ser ajustado às características sociais, culturais e identitárias, desde que não comprometa o embasamento jurídico-pedagógico. Atualmente, o curso de Pedagogia prepara professores para atuar na Educação Infantil, nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, e em outras áreas educacionais, contribuindo para a produção e difusão do conhecimento científico-tecnológico (SILVA et al., 2020).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN) de 1996 e a Resolução CNE nº 01/2006 estabelecem que os egressos do curso de Pedagogia devem demonstrar consciência da diversidade,

respeitando as diferenças ambientais, étnico-raciais, de gênero, e outras (BRASIL, 2006).

O curso de Pedagogia, portanto, propõe uma formação abrangente para os licenciados, com uma concepção de educação que promova o desenvolvimento do pedagogo no contexto das práticas sociais atuais, permitindo uma compreensão sócio histórica desses elementos (SILVA et al., 2020).

Silva e Ferreira (2019) destacam que as políticas de gênero na escola devem refletir princípios de liberdade, solidariedade e igualdade, conforme determinado pela LDBEN no 9.394/96.

Azevedo (2018) observa que, apesar da redução do machismo em sociedades ocidentais e da maior aceitação dos homens em funções tradicionalmente femininas, ainda há preconceito em relação a educadores do sexo masculino, especialmente aqueles que trabalham com crianças.

Fagundes (2005) argumenta que a associação do magistério com a maternidade, considerada uma prioridade feminina, levou ao afastamento gradual dos homens da profissão pedagógica, que se tornou predominantemente feminina. A distinção entre "ser mulher" e "ser homem" é estabelecida antes mesmo do nascimento, com expectativas sociais que são continuamente reforçadas ao longo da vida (RUIS; PEREZ, 2017).

Louro (1997) aponta que os aspectos relacionados ao gênero são multiformes e podem se transformar ao longo do tempo, sempre inseridos em jogos de poder. A identidade pessoal de "ser mulher" ou "ser homem" é construída a partir do reconhecimento social, moldada pelas normas e expectativas de gênero vigentes (FAGUNDES, 2005).

Gatti e Barreto (2009) revelam que a presença masculina no curso de Pedagogia é minoritária, com apenas 7,5% dos matriculados sendo homens. Essa disparidade reflete-se na docência, especialmente nos níveis de ensino onde a atuação feminina é predominante.

Soares (2021) destaca que a associação histórica das mulheres com o cuidado e a dedicação às crianças contribui para o predomínio feminino na pedagogia. A presença de homens na educação infantil, contudo, ainda é vista com estranheza e é alvo de preconceitos (SILVA et al., 2020).

A presença masculina na pedagogia é frequentemente questionada, gerando tensões e preconceitos que afetam a prática docente. A identidade do pedagogo masculino é frequentemente confrontada com normas de gênero que o colocam em uma posição vulnerável (SILVA et al., 2020).

Leite, Oliveira e Luterman (2021) afirmam que a escola desempenha um papel crucial na desconstrução das normas de gênero, sendo fundamental que o currículo aborde essas questões de maneira crítica. No entanto, a compreensão dos docentes sobre gênero e sexualidade ainda é insuficiente, o que reforça modelos históricos e preconceituosos (FIALHO; NASCIMENTO; XEREZ, 2017).

Silva e Ferreira (2019) observam que as ações pedagógicas dos docentes são influenciadas por suas histórias de vida, sendo um processo formativo vinculado às práticas sociais.

O questionário aplicado aos entrevistados abordou diversos aspectos sobre a atuação de pedagogos e professores. A primeira pergunta explorou a faixa etária dos participantes. Observou-se que 50% dos egressos da Faculdade de Ensino Superior de São Miguel do Iguazu (UNIGUAÇU) possuem entre 20 e 30 anos, enquanto os outros 50% estão na faixa etária de 30 a 40 anos. Outras faixas etárias não foram selecionadas. A maioria dos egressos é relativamente jovem, condizendo com a faixa etária da graduação em Pedagogia, que segundo Gatti e Barretto (2009), é de 18 a 24 anos. Batista, Lima e Lima (2016) encontraram uma faixa etária mais heterogênea entre os egressos de Pedagogia, variando de 26 a 51 anos, o que sugere que a abertura do curso pode ter atraído tanto jovens quanto profissionais já em atividade.

A segunda questão investigou o ano de conclusão do Curso de Pedagogia. Observou-se que 40% dos entrevistados concluíram o curso nos últimos 3 anos, enquanto 60% finalizaram entre 2010 e 2015. A baixa procura por acadêmicos do sexo masculino ainda é um fator presente no Curso de Pedagogia, uma vez que tradicionalmente essa área é mais procurada por mulheres, conforme apontado por Pessoa, Vaz e Botassio (2021), e há a relação com a maternidade e cuidado (FAGUNDES, 2005).

Os entrevistados ao serem questionados sobre a continuidade dos estudos após a conclusão do Curso de Pedagogia, 10% dos entrevistados relataram que não continuaram seus estudos, 10% fizeram outra graduação, 70% realizaram especializações, e 10% estão cursando mestrado. Nenhum dos entrevistados optou pelo doutorado, mas a maioria demonstrou interesse em continuar a formação acadêmica. A formação contínua é crucial para o desenvolvimento profissional dos pedagogos, refletindo a necessidade de atualização e adaptação às novas práticas educacionais (FRIGOTTO et al., 2017).

Quanto ao tempo de serviço, 20% dos entrevistados nunca atuaram como educadores, 10% têm menos de um ano de experiência, 10% trabalham

há 2 anos, 20% atuam há 6 anos, 10% há 8 anos, 10% há 10 anos, 10% há 11 anos, e 10% há 13 anos. Embora apenas 30% exerçam especificamente a profissão de pedagogo, 80% estão envolvidos com a educação.

Em relação à motivação para a profissão, 80% dos entrevistados indicaram gostar e se sentir motivados, 10% raramente e 10% não responderam, possivelmente por não estarem atualmente em atividade como pedagogos ou professores. A motivação é fundamental para o desempenho efetivo das funções educacionais e a melhoria contínua do ensino (DAVOGLIO; SPAGNOLO; SANTOS, 2017).

Sobre o preconceito enfrentado por homens na profissão, 50% dos entrevistados relataram que raramente percebem preconceito, 30% disseram que não percebem, e 20% afirmaram que existe preconceito. Relatos específicos incluíram situações de estranhamento e resistência por parte de alguns membros da comunidade escolar e pais, refletindo estereótipos de gênero associados à profissão de educador infantil (FERREIRA; OLIVEIRA, 2020; SAYÃO, 2005).

Finalmente, quanto ao tratamento diferenciado devido ao gênero, 40% dos entrevistados acharam que há diferença, 40% disseram que raramente há, e 20% acreditam que não há diferença. A percepção de preconceito e a necessidade de uma educação mais inclusiva e igualitária são essenciais para avançar na construção de uma sociedade sem estigmas relacionados ao gênero na educação (HIRATA; KERGOAT, 2007; SILVA, 2014).

As opiniões dos entrevistados destacam a importância da educação para combater preconceitos e promover maior aceitação e respeito pelas diferentes atuações profissionais, independentemente do gênero. A construção de uma sociedade igualitária passa pelo reconhecimento e valorização da diversidade na profissão de educador.

CONCLUSÕES

Os resultados deste estudo, embora incipientes e provenientes de uma amostra específica, estão alinhados com a literatura atual sobre o tema, especialmente no que diz respeito às relações de gênero na profissão de pedagogo e professor de Educação Infantil do sexo masculino.

A baixa procura de homens pelo Curso de Pedagogia sustenta a tese de que a profissão de professor/pedagogo está relacionada às questões de gênero. Compreender as relações de gênero dos professores permite buscar alternativas e desenvolver mecanismos para harmonizar o papel do pedagogo masculino na Educação Infantil, com o objetivo de

transformar a visão da pedagogia e promover um diálogo sobre gênero nas escolas, defendendo a atuação desses profissionais na educação.

Os paradigmas que sugerem que apenas mulheres são capazes de educar e ensinar crianças estão diminuindo à medida que os homens ganham espaço e a confiança dos pais e/ou responsáveis para exercer a função de professor pedagogo.

É também de grande importância incentivar os alunos que desejam cursar Pedagogia, mas acabam desistindo devido ao preconceito.

Entre os motivos que os pedagogos consideram essenciais para permanecer na profissão estão os aspectos motivacionais e a importância de contribuir para a construção de uma sociedade igualitária e sem preconceitos. Esses motivos estão associados à autonomia, competência e ao reconhecimento de estar desenvolvendo uma prática que proporciona satisfação e bem-estar na profissão.

Considerando os dados obtidos na pesquisa, percebe-se que os estereótipos relacionados à questão de gênero na educação estão mudando de forma lenta, mas já se notam avanços, o que é muito positivo. As leituras realizadas confirmam a possibilidade dessas mudanças.

Para dar maior consistência aos resultados encontrados, é recomendável replicar pesquisas correlatas em outros níveis de ensino, com o objetivo de examinar a percepção de docentes em diferentes contextos.

REFERÊNCIAS

AUAD, D. **Educar meninos e meninas: relações de gênero na escola**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2019.

AZEVEDO, G. X. A presença masculina em curso de pedagogia. **Cientific@ - Multidisciplinary Journal**. v. 5, n. 1, 2018. Disponível em: <<http://periodicos.unievangelica.edu.br/index.php/cientifica/article/view/2622>>. Acesso em: 22 Abr. 2022.

BATISTA, A. C. ; LIMA, A. S. ; LIMA, A. S. **O perfil dos egressos do Curso de Pedagogia do Campus IV- UFPB: caminhos e descaminhos da formação docente**. III Conedu, 2016. Disponível em: <https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2016/TRABALHO_EV056_MD1_SA4_ID1813_14082016233559.pdf>. Acesso em: 03 out. 2022.

BRASIL. **Lei no 9394/96. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: MEC, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 24 Out. 2022.

BRASIL. **Resolução CNE/CP n.º 1, de 15 de maio de 2006. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 16 mai. 2006. Seção 1, p. 11.

DAVOGLIO, T. R; SPAGNOLO, C; SANTOS, B. S. Motivação para a permanência na profissão: a percepção dos docentes universitários. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 21, n. 2, p. 175-182, 2017. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/journal/2823/282352996005/html/>>. Acesso em: 19 Out. 2022.

FAGUNDES, T. C. P. C. **Mulher e Pedagogia: um vínculo re-significado**. Salvador: Helvécia, 2005. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/27461>> Acesso em: 23. Mar. 2022.

FERREIRA, M. R; OLIVEIRA, I. J. A atuação do homem na docência da educação infantil no Brasil. **Revista Plurais - Virtual**, Anápolis - Go, Vol. 9, n. 3, p. 303-316, 2020. Disponível em: <<https://www.revista.ueg.br/index.php/revistapluraisvirtual/article/download/11420/8151/>>. Acesso em: 17 set. 2022.

FIALHO, L. M. F; NASCIMENTO, L. B. S; XEREZ, A. S. P. O que as professoras da educação básica sabem sobre gênero? **Caderno de Pesquisa: Pensamento Educacional**, v.11, n.27, p. 63-79, 2017. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/10147>>. Acesso em 03 Abr. 2022.

FREIRE, M. G. F; VIEIRA, D. D. **Reflexões sobre o currículo: das teorias tradicionais às teorias pós-críticas**. VI Congresso Nacional de Educação. 2019. Disponível em: <https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2019/TRABALHO_EV127_MD1_SA2_ID11859_26092019205143.pdf>. Acesso em: 28 Abr. 2022.

- FRIGOTTO, E. I. S; TREIN, E. S; BARRETO, M. P; VALLE, M. T. E; SANTIAGO, M. C. **A formação docente no curso de pedagogia: entre as práticas e teorias.** 2017. Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/revistaleph/article/download/39211/22648/131540>>. Acesso em: 05 out. 2022.
- GATTI, B. A.; BARRETO, E. S. S. **Professores: aspectos de sua profissionalização, formação e valorização social.** Brasília, DF: UNESCO, 2009.
- HIRATA, H; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 595-609, 2007.
- LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista.** 16ª edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
- LEITE, A, M; OLIVEIRA, H. F; LUTERMAN, L. A. Políticas públicas de gênero na Educação Básica. **Porto das Letras**, v. 7, n. 1, p. 383-400, 2021.
- MINAYO, M. C. de S. **O desafio da Pesquisa Social.** In: MINAYO, M. C. S.; DELANDES, S. F; GOMES, R. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.
- RUIS, F; PEREZ, M. C. A. Ouvindo meninos: relações de gênero na educação infantil. **Rev. Bras. Psicol. Educ.**, Araraquara, v. 19, n. 2, p. 283-44294, 2017. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/doxa/article/view/10922/7073>> Acesso em: 23 Mar. 2022.
- SAYÃO, T. D. **Relações de gênero e trabalho docente na educação infantil: um estudo de professores em creches.** Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Florianópolis, 2005. 274 p.
- SILVA, C. R. da. **Docência masculina na educação infantil: impressões de um iniciante. Gênero e raça em discussão.** Jundiaí, SP: Paco Industrial, 2014.
- SILVA, E. M. da; FERREIRA, E. B. Os movimentos das professoras da educação básica na constituição das políticas de gênero na escola. **Educação e Pesquisa [online]**, v. 45, 2019,. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1678-4634201945200235>>. Acesso em: 30 Abr. 2022.
- SILVA, R, M; SOUZA, D. B; VITA, G. F; BERENBLUM, A. S. O homem pedagogo e o mercado de trabalho: oportunidades e desafios. **Perspectivas em Diálogo**, v. 7, n. 14, p. 148-164, jan./jun. 2020. Disponível em: <<https://periodicos.ufms.br/index.php/persdi/article/download/9323/7258>>. Acesso em: 20 Abr. 2022.
- SOARES, M. P. **As relações de gênero no curso de graduação em pedagogia da UERGS – Litoral Norte.** 2021. Disponível em: <<https://repositorio.uergs.edu.br/xmlui/handle/123456789/1872>>. Acesso em: 25 Abr. 2022.
- THOMPSON, P. **A voz do passado.** São Paulo: Paz e Terra, 1992.
- VIANNA, C. P. O sexo e o gênero da docência. **Cadernos Pagu**: 2002. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/cpa/a/hQFDykQmWnPvj4TYTWYmKZb/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 13 Mar. 2022.
- VIANNA, C; FINCO, D. Meninas e meninos na Educação Infantil: uma questão de gênero e poder. **Cadernos Pagu**, n. 33, p. 265-283, 2009. Disponível em:<<https://www.scielo.br/pdf/cpa/n33/10.pdf>>. Acesso em: 09 Abr. 2022.
- VIANNA, K.; CARVALHO, M. A. de. **A dança.** São Paulo: Summus Editorial, 3ª ed., 2005.
- VIEIRA, V. A. As tipologias, variações e características da pesquisa de marketing. **Rev. FAE.** v. 5, n. 1, p. 61-70, 2002 Disponível em: <<https://revistafae.fae.edu/revistafae/article/view/449/344>> Acesso em: 15 Abr. 2022.
- YIN, R. K. **Pesquisa qualitativa do início ao fim.** Tradução: BUENO, D; Revisão técnica: SILVA, D. – Porto Alegre: Penso, 2016. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=ptBR&lr=&id=AeafCwAAQBAJ&oi=fnd&pg=P T5dq=pesquisa+qualitativa&ots=W5_gPKcNBu&sig=nsjRGdu9WzXvYFmmM64Wlrq76Oc#v=nepage&q=pesquisa%20qualitativa&f=false> Acesso em: 05 Abr. 2022.



O PROJETO DE INTERVENÇÃO NO CURSO DE PEDAGOGIA: UMA EXPERIÊNCIA NA PEDAGOGICA HOSPITALAR

Solange Marilene Melchior do Prado*

*Professora doutora do curso Pedagogia da Faculdade UNIGUAÇU, soll_aa@hotmail.com.br

INFORMAÇÕES

Histórico de submissão:

Recebido em: 12 ago. 2024

Aceite: 14 ago. 2024

Publicação online: ago. 2024

RESUMO

O artigo apresenta os resultados obtidos a partir da aplicação do projeto de intervenção, desenvolvido pelos acadêmicos do 7º período de Pedagogia da Faculdade UNIGUAÇU. Os alunos, acompanhados pela professora regente, realizaram uma visita ao Hospital do Câncer UOPECCAN, especializado no tratamento de pacientes oncológicos em Cascavel, Paraná. Devido às restrições de contato direto com os pacientes, a visita teve um caráter técnico, permitindo aos alunos conhecer as abordagens educacionais aplicadas no contexto hospitalar. Durante o curso, foram exploradas as origens históricas e os métodos de atendimento especializado do SAREH, programa da Secretaria Estadual de Educação do Paraná (SEED) que é supervisionado pelo Núcleo Regional de Educação. Além disso, foram analisadas diversas leis e documentos relevantes, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e o Estatuto da Criança e do Adolescente, assim como estudos teóricos sobre a pedagogia hospitalar e a importância da afetividade no ensino. Os resultados indicam que a disciplina e a visita proporcionaram uma experiência enriquecedora tanto para os acadêmicos quanto para os pacientes. A arrecadação e entrega de brinquedos e livros, bem como a interação com a CIA do Riso-uma organização de voluntários que leva entretenimento aos pacientes-contribuíram para criar um ambiente mais acolhedor e estimulante. Esses fatores promoveram um impacto positivo no processo de recuperação dos pacientes.

Palavras-chave: intervenção; pedagogia escolar; crianças.

ABSTRACT/RESUMEN

The article presents the results obtained from the application of the intervention project, developed by students from the 7th period of Pedagogy at Faculdade UNIGUAÇU. The students, accompanied by the teacher, visited the UOPECCAN Cancer Hospital, specialized in the treatment of cancer patients in Cascavel, Paraná. Due to restrictions on direct contact with patients, the visit had a technical nature, allowing students to learn about educational approaches applied in the hospital context. During the course, the historical origins and specialized service methods of SAREH, a program of the State Department of Education of Parana (SEED) that is supervised by the Regional Education Center, were explored. Furthermore, several relevant laws and documents were analyzed, such as the Law of Guidelines and Bases of National Education and the Child and Adolescent Statute, as well as theoretical studies on hospital pedagogy and the importance of affectivity in teaching. The results indicate that the discipline and the visit provided an enriching experience for both students and patients. The collection and delivery of toys and books, as well as interaction with CIA do Riso-a volunteer organization that brings entertainment to patients-contributed to creating a more welcoming and stimulating environment. These factors had a positive impact on the patients' recovery process.

KEY WORDS – intervention; school pedagogy; children.

Copyright © 2024, Solange Marilene Melchior do Prado. This is an open access article distributed under the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.

Citação: PRADO, Solange Marilene Melchior do. O projeto de intervenção no curso de Pedagogia: uma experiência na pedagogica hospitalar. *Iguazu Science*, São Miguel do Iguaçu, v. 2, n. 4, p. 50-54, ago. 2024.

INTRODUÇÃO

O presente texto traz o resultado da aplicação do projeto: "Visita ao Hospital do câncer de Cascavel (UOPECCAN) e entrega de doações de brinquedos e livros", da disciplina de projetos de intervenção do curso de Pedagogia da Faculdade UNIGUAÇU.

Nessa abordagem, salienta-se que a disciplina de Projetos de Intervenção Social III - Sistemas Hospitalares e Assistência Social apresentou como objetivo explorar o contexto hospitalar e criar oportunidades para os estudantes do 7º período de Pedagogia e para as crianças em tratamento na UOPECCAN de Cascavel, por meio de atividades que tenham impacto tanto social quanto educacional para todos os participantes; ainda proporcionar ao acadêmico o contato de forma efetiva com o trabalho do profissional pedagogo, inserido no contexto não-escolar.

A Pedagogia Hospitalar é uma área de atuação regulada por diretrizes legais, que visa garantir o direito à educação para crianças e adolescentes hospitalizados. Assim, é fundamental que os estudantes de pedagogia realizem estudos e pesquisas para compreender o conceito e a magnitude desse campo de atuação.

Em síntese, a metodologia de ensino aconteceu no dia 22 de abril de 2024, na qual os acadêmicos matriculados no 7º período do curso de Pedagogia, acompanhados pela professora Regente da disciplina, tiveram a oportunidade de visitar o Hospital do Câncer UOPECCAN, uma instituição especializada no tratamento de pacientes oncológicos, localizada em Cascavel, no Paraná. Nesse contexto, o foco está nas estratégias educacionais, as quais mobilizaram conhecer o trabalho do pedagogo junto às crianças com câncer em processo de tratamento médico. Entretanto, devido às restrições de contato direto com os pacientes, a visita teve um caráter mais técnico, permitindo aos alunos conhecerem de perto as diferentes abordagens utilizadas no decorrer do tratamento que os mesmos realizam ao comparecerem ao hospital, no tempo em que os mesmos se encontram em tratamento.

METODOLOGIA

No início dos estudos da disciplina, exploraram-se as origens históricas e os métodos empregados no atendimento especializado oferecido pelo SAREH, um programa da Secretaria Estadual de Educação do Paraná (SEED) que é supervisionado pelo Núcleo

Regional de Educação. Ao longo das aulas, as pesquisas e os estudos foram utilizados como base teórica para enriquecer o projeto. Houve uma intensa reflexão sobre a fundamental essência da educação e das práticas dos pedagogos que atuam nessa área, destacando que a afetividade não pode ser ignorada durante esses momentos, pois é fundamental para o sucesso do processo de ensino e aprendizagem. Como aponta Cardoso (1995), "educar significa utilizar práticas que desenvolvam simultaneamente a razão, a sensação, o sentimento, à intuição, que estimulem a integração intercultural e a visão planetária das coisas, em nome da paz e da unidade do mundo" (CARDOSO, 1995, p. 48).

Durante o curso, foram analisadas várias leis e documentos relevantes. Entre eles, destacam-se a Instrução nº 006/2008 - SUED/SEED, que estabelece procedimentos para à implantação e funcionamento do Serviço de Atendimento à Rede de Escolarização Hospitalar, e a Lei nº 1.044/69, que dispõe sobre tratamento excepcional para alunos portadores de afecções. Nesse âmbito, a Lei nº 6.202/75 atribui à estudante em estado de gestação o regime de exercícios domiciliares, instituído pela Lei nº 1.044/69. A Constituição Federal de 1988 institui o Estado Democrático Brasileiro e a Lei nº 8.069/90 estabelece o Estatuto da Criança e do Adolescente. E ainda, a Resolução nº 41/95 do Conselho Nacional de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente trata dos direitos da criança e do adolescente hospitalizados.

Além disso, foram examinadas a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394/96, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, e a Resolução do Conselho Nacional de Educação/CEB nº 02/01, que institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. O Parecer do Conselho Nacional de Educação nº 17/2001, também estabelece diretrizes nacionais à educação especial na educação básica. Outrossim, a Resolução do Conselho Nacional de Educação/CP nº 01/02 institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica. Adicionalmente, foram considerados documentos como a publicação "Classe Hospitalar e Atendimento Pedagógico Domiciliar: estratégias e orientações, MEC, 2002", e a Deliberação do Conselho Estadual de Educação nº 02/03, que fixam normas para a Educação Especial no Sistema de Ensino do Estado do Paraná.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A disciplina foi desenvolvida aos sábados, além do estudo teórico das leis foi possível conhecer o trabalho realizado pela CIA do Riso, uma organização voluntária composta por indivíduos que se engajam em atividades nos hospitais. Eles se vestem de palhaços e levam entretenimento aos pacientes, promovendo interação entre eles e proporcionando momentos de descontração e risadas.

A fase de arrecadação foi benéfica tanto para os acadêmicos quanto para os pacientes envolvidos. Ao receberem as doações, foi possível experimentar o carinho e afeto daqueles que participaram desse movimento. Ademais, isso incentivou um tratamento mais leve e positivo, proporcionando aos pacientes um ambiente acolhedor e estimulante para o processo de recuperação.

Figura 1: Portal de entrada do Pronto Atendimento UOPECCAN – Cascavel – PR.



Fonte: Acadêmicas de pedagogia

Desse modo, a visita técnica ocorreu no dia 23 de março no Hospital do câncer de Cascavel, para entender o desenvolvimento do atendimento educacional, realizadas com as crianças e também para a entrega de livros e dos brinquedos arrecadados.

A pedagogia hospitalar é fundamentada em vários marcos legais, como a Instrução nº 006/2008-SUED/SEED, que estabelece procedimentos à implantação e funcionamento do Serviço de Atendimento à Rede de Escolarização Hospitalar (SAREH). O SAREH é um programa essencial que garante o direito à educação às crianças e adolescentes hospitalizados, permitindo que continuem seus estudos mesmo durante o tratamento médico. O objetivo do SAREH é assegurar a continuidade do processo educacional, minimizando o impacto da hospitalização no desenvolvimento acadêmico e social

dos alunos. Dessa forma, o SAREH se configura como fruto do reconhecimento oficial de que, independentemente do período de hospitalização, os educandos em situação de internamento têm à garantia do direito à educação. Esse serviço vem ao encontro dos princípios estabelecidos na política educacional para o Estado do Paraná, garantindo a todos que uma enfermidade eventual não seja considerada apenas como uma fase dolorosa em suas vidas, mas, também, como um período em que eles possam usufruir dos seus direitos como cidadão, conforme enuncia Matos (2009, p. 32).

Figura 2: Reunião organizacional



Fonte: Acadêmicas de pedagogia

Ressalta-se que, a atividade foi de grande importância para enriquecimento dos conhecimentos dos acadêmicos, conhecendo assim, outros ramos que a pedagogia venha a ofertar e a relevância destas ramificações à sociedade, em especial, a pedagogia hospitalar.

Convém lembrar que, diversas legislações brasileiras apoiam a educação hospitalar e o tratamento excepcional de alunos com afecções, como a Lei n. 1.044/69 e a Lei n. 6.202/75, que estabelecem regimes de exercícios domiciliares para estudantes em tratamento e gestantes, respectivamente. Nesse sentido, a Constituição Federal de 1988, que institui o Estado Democrático Brasileiro, reforça o direito à educação para todos, incluindo os hospitalizados. O Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90) e a Resolução nº 41/95 do Conselho Nacional de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente asseguram os direitos das crianças e adolescentes hospitalizados, incluindo o direito à continuidade educacional. Além disso, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96) e a Resolução do Conselho Nacional de Educação/CEB nº 02/01, que institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, destacam a importância da inclusão e

adaptação curricular para atender às necessidades desses estudantes.

Figura 3: Estudantes e professora envolvidos no projeto.



Fonte: Acadêmicas de pedagogia

Inegavelmente, brinquedos e livros não são meramente entretenimento; são ferramentas pedagógicas que facilitam o aprendizado, promovem à imaginação e ajudam aliviar o estresse e a ansiedade causados pela hospitalização. Assim, o Parecer do Conselho Nacional de Educação nº 17/2001 e a Resolução do Conselho Nacional de Educação/CP nº 01/02, que estabelecem as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, enfatizam a importância de formar professores capacitados para atuar em contextos hospitalares. Além disso, a publicação de "Classe Hospitalar e Atendimento Pedagógico Domiciliar: estratégias e orientações" do MEC (2002) e a Deliberação do Conselho Estadual de Educação nº 02/03, que fixam normas para a Educação Especial no Estado do Paraná, fornecem orientações específicas para a prática pedagógica em ambientes hospitalares.

Logo, a iniciativa de arrecadar brinquedos e livros como parte do projeto não apenas contribui para a formação dos acadêmicos, mas também demonstra a importância da solidariedade e do envolvimento com a comunidade. Portanto, a teoria do aprendizado significativo de Ausubel (2003) enfatiza que a aprendizagem é mais eficaz quando o conteúdo tem significado para o aprendiz. Desse modo, envolvendo os acadêmicos na arrecadação e entrega desses itens, cria-se uma experiência significativa que transcende o ambiente acadêmico. Por fim, o projeto reflete a responsabilidade social inerente à profissão de pedagogo. Nesse ínterim, Paulo Freire (1996) destaca a importância de transformar a realidade e promover a justiça social por meio da educação, ou seja, a

atuação dos futuros pedagogos no Hospital UOPECCAN demonstra o compromisso com essa missão, ao mesmo tempo em que proporciona um impacto positivo na comunidade hospitalar.

CONCLUSÕES

Portanto, compreendemos que o Serviço de Atendimento à Rede de Escolarização Hospitalar (SAREH), disponibilizado pelo Estado do Paraná, desempenha um papel crucial na garantia de que crianças e adolescentes hospitalizados possam continuar seus estudos. Esse suporte contribui para o bem-estar emocional, psicológico e acadêmico dos pacientes, lembrando que apenas alunos da Rede Estadual de Educação têm acesso a esse atendimento. Ademais, a educação hospitalar promove a inclusão social ao assegurar que os jovens hospitalizados permaneçam conectados com suas atividades escolares e sociais, o que é particularmente importante para prevenir o isolamento e a sensação de exclusão.

No contexto da pedagogia hospitalar, o desenvolvimento integral é uma preocupação central, haja vista que, a abordagem vai além do aspecto acadêmico, englobando também o desenvolvimento cognitivo, emocional, social e físico da criança. Nesse sentido, à adaptação curricular é essencial, pois os pedagogos hospitalares ajustam o currículo escolar às necessidades e condições de saúde dos pacientes. Oferecem, assim, um ensino personalizado e individualizado, que respeita o ritmo e as limitações de cada aluno.

Outro aspecto fundamental é a colaboração multidisciplinar. A pedagogia hospitalar requer à integração de profissionais de saúde, educadores e famílias, criando um ambiente de suporte que cobre todas as dimensões do cuidado e da educação da criança. A preparação para à dispensa do hospital é uma etapa importante desse processo, ajudando os estudantes a se reintegrarem ao ambiente escolar regular e aos conteúdos curriculares.

Além disso, a Constituição Federal do Brasil e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB/nº 9394/96) garantem o direito à educação para todos, incluindo aqueles em tratamento hospitalar. Nessa perspectiva, a pedagogia hospitalar assegura que esse direito seja respeitado, evidenciando seu impacto positivo na recuperação dos pacientes. Estudos mostram que, a educação hospitalar pode oferecer um estímulo intelectual que contribui para o bem-estar geral e para o processo de cura.

Nesse intuito, a valorização da autonomia é outro benefício significativo da pedagogia hospitalar. Ela apoia o desenvolvimento da autoestima das crianças e adolescentes, incentivando-os a continuar aprendendo e se desenvolvendo, mesmo em situações adversas. Em resumo, a pedagogia hospitalar é essencial para garantir que crianças e adolescentes hospitalizados mantenham seu desenvolvimento educacional e pessoal, proporcionando suporte emocional, contribuindo para sua recuperação e bem-estar geral.

REFERÊNCIAS

- AMARAL, S. A. **Estágio categorial**. In: MAHONEY, A. A.; ALMEIDA, L. R. de (Org.). Henri Wallon: psicologia e educação. São Paulo: Loyola, 2000. p. 51-58.
- AUSUBEL, D. P. **Aquisição e atualização de conhecimentos: uma perspectiva cognitiva**. Lisboa: Plátano, 2003.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 05 out. 1988.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.
- BRASIL. **Lei nº 1.044, de 10 de outubro de 1969**. Dispõe sobre tratamento excepcional para alunos portadores de afecções. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 out. 1969.
- BRASIL. **Lei nº 6.202, de 17 de abril de 1975**. Atribui à estudante em estado de gestação o regime de exercícios domiciliares instituído pela Lei nº 1.044, de 10 de outubro de 1969. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 18 abr. 1975.
- BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Estatuto da Criança e do Adolescente. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 16 jul. 1990.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Classe Hospitalar e Atendimento Pedagógico Domiciliar: estratégias e orientações**. Brasília: MEC, 2002.
- BRASIL. **Parecer CNE/CEB nº 17, de 06 de agosto de 2001**. Estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 07 ago. 2001.
- BRASIL. **Resolução CNE/CEB nº 02, de 11 de setembro de 2001**. Institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 12 set. 2001.
- BRASIL. **Resolução CNE/CP nº 01, de 06 de junho de 2002**. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 07 jun. 2002.
- BRASIL. **Resolução nº 41, de 23 de agosto de 1995**. Conselho Nacional de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente. Direitos da Criança e do Adolescente Hospitalizados. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 24 ago. 1995.
- CARDOSO, C. **Educação e paz: a educação como prática da liberdade**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1995.
- CARDOSO, C. M. **A Canção da Inteiraza: uma visão holística da educação**. 1ª Edição. São Paulo: Ed. Summus, 1995.
- FREIRE, P. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- MATOS, E. L. M.; MUGIATTI, M. M. T. F. **Pedagogia Hospitalar: A Humanização Integrando Educação e Saúde**. 4ª Edição. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 2009.
- PARANÁ. **Deliberação nº 02, de 28 de março de 2003**. Conselho Estadual de Educação. Fixa normas para a Educação Especial para o Sistema de Ensino do Estado do Paraná. Diário Oficial do Estado do Paraná, Curitiba, PR, 31 mar. 2003.
- WINNICOTT, D. W. **A família e o desenvolvimento individual**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

UM ESTUDO SOBRE A INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO DA POPULAÇÃO INDÍGENA DA ALDEIA E TERRA INDÍGENA ATY MIRI DA ETNIA AVÁ GUARANI EM ITAIPULÂNDIA – PR

Leandro Luis Barkert Lenz*; Margarete Aparecida de Paula**; Thaís Fernanda Vieira***

*Pedagogia, leandroluis-barkert@hotmail.com.

**Professora do curso de Pedagogia da Faculdade UNIGUAÇU.

***Pedagogia, thais_jungtfg@outlook.com.

INFORMAÇÕES

Histórico de submissão:

Recebido em: 13 ago. 2024.

Aceite: 14 ago. 2024.

Publicação online: ago. 2024.

RESUMO

Uma investigação sobre a inserção dos indígenas da aldeia Aty-Myrim de Itaipulândia na busca por uma oportunidade de emprego no mercado de trabalho local, quais as dificuldades, os problemas encontrados por essa comunidade indígena na convivência com os munícipes de Itaipulândia como um todo. Para essa pesquisa foi realizada diversas entrevistas com os indígenas e um representante da agencia do trabalhador de Itaipulândia responsável por grande parte da destinação das vagas de emprego ao mercado de trabalho local, foram feitas entrevistas posteriormente transcritas para analisar e discutir as respostas sendo embasadas por obras renomadas, pesquisadores e conhecedores dos direitos e deveres indígenas e do estado juntamente da sociedade. Após analisadas percebemos a enorme dificuldade em conquistar um emprego no município, pelo fato de ser indígena, automaticamente se percebesse um certo preconceito existente por uma minoria dos munícipes que ainda veem o índio como figura de um ser abominável do mato. A pesquisa visa como um todo denunciar e expor a precariedade e a situação pobreza que vivem os indígenas de Itaipulândia que tem emprego e que vivem basicamente da ajuda do governo e órgão responsável além do atendimento prestado pelo município de Itaipulândia na área da saúde e educação.

Palavras-chave: Trabalho Indígena. Socialização. Inserção. Cultura.

RESUMEN

Una investigación sobre la inserción de los indígenas de la aldea Aty-Myrim de Itaipulândia en la busca por una oportunidad de empleo en el mercado de trabajo local, cuáles son las dificultad y los problemas encontrados por esa comunidad indígena en la convivencia con los ciudadanos de Itaipulândia como un todo. Para esa encuesta fue realizada diversas entrevistas con los indígenas y un representante de la agencia del trabajador de Itaipulândia responsable por gran parte de la destinación de la oferta de empleo al mercado de trabajo local, fueron hechas encuestas posteriormente transcritas para analizar y discutir las respuestas siendo embasadas por obras riñonadas, investigadores y conocedores de los derechos y deberes indígenas también del estado juntamente a la sociedad. Adelante analizadas percibenos a enorme dificultad en conquistar un empleo en el municipio, por el fato de ser indígena, automáticamente se ha percibido un cierto preconceito existente por una minoría de los municipios que ven el indio como figura de un ser abominable de la mata. La encuesta visa como un todo denunciar y demostrar la precaridad y la situación de pobreza que viven los indígenas de Itaipulândia que tienen empleo y que viven básicamente de la ayuda del gobierno y órgano responsable por el atendimento prestado por el municipio de Itaipulândia en la área de salud y educación.

Palabras-llaves: Trabajo Indígena. Socialización. Inserción. Cultura

Citação: LENZ, Leandro Luis Barkert; PAULA, Margarete Aparecida; VIEIRA Thaís Fernanda. Um estudo sobre a inserção no mercado de trabalho da população indígena da aldeia e terra indígena aty miri da etnia avá guarani em Itaipulândia – PR. **Iguazu Science**, São Miguel do Iguacu, v. 2, n. 4, p.

INTRODUÇÃO

Localizada no Oeste do Paraná, Itaipulândia é uma cidade pequena fronteiriça, turística e com bom potencial de expansão na agricultura, agronegócio e indústria além da melhora na qualidade de vida de seus habitantes. Muitos são os fatores que fazem com que ela seja destaque na região. Nos últimos anos vem se destacando no turismo, suinocultura e avicultura, além do agronegócio e do comércio.

Fatores estes que fazem com que o município seja visto como de oportunidade pessoal para se trabalhar e viver. Nos últimos anos cresceu muito com a vinda de brasileiros que residiam no Paraguai, e motivados pelo destaque do município fixaram endereço aqui, regressando ao seu país de origem.

No ano de 2015 um grupo de indígenas que pertencia à aldeia localizada na terra indígena em São Miguel do Iguacu da aldeia do Tekoha Ocoy se mudaram para Itaipulândia reivindicando uma posse de uma determinada área de terra de demarcação indígena ainda não demarcada. Formando assim, uma nova aldeia. A **Aty-Myrim** localizada na comunidade de Esquina Gaúcha - Base Náutica interior de cerca de 18 km do centro Itaipulândia.

Durante o curso de Licenciatura em Pedagogia, da FAESI - Faculdade de Ensino Superior de São Miguel do Iguacu – Uniguacu, na disciplina de Educação das Relações Étnico-Raciais, vimos os desafios e as barreiras enfrentados por essa classe de se inserir no mercado de trabalho e de serem aceitos pela sociedade sendo preservado e respeitado suas culturas e direitos com esta pesquisa pretendemos abrir portas e oportunizar mais oportunidades de empregos e socialização de indígenas no meio social.

Itaipulândia até então, não tinha uma aldeia, nem muitos nativos que residiam neste município em grande quantidade. Isso nos desperta o interesse em saber e entender como ocorrem às relações sociais entre ambos os grupos.

Sendo assim, e com o intuito de saber mais a fundo sobre as dificuldades que os indígenas enfrentam, vamos à busca através desse projeto, entender sobre a realidade desse povo e quais são suas adversidades ao longo de suas trajetórias para

serem vistos, respeitados e aceitos na sociedade como um todo.

Esta pesquisa visa também apontar e relacionar a importância da oportunidade de emprego para integrantes das aldeias, visando não somente o lado financeiro, mas também o de socialização e inserção na sociedade. Sabemos que quando se gera oportunidade abrimos portas para novos talentos ou destaques individuais. Uma oportunidade e um caminho e pode ser a realização de um sonho ou de melhoria de vida e satisfação profissional.

1.2 PROBLEMA DE PESQUISA

Investigar e analisar por meio de entrevistas com os indígenas, quais são as maiores dificuldades e barreiras encontradas pelos moradores da aldeia avá-guarani *Aty-Myrim* de Itaipulândia, no processo de inserção no mercado de trabalho no município?

1.3 HIPÓTESES E/OU PERGUNTAS DE PESQUISA

- Se houvesse mais oportunidade de emprego oferecido pelas empresas do município aos indígenas mais deles estariam empregados. Podendo assim afirmar que está havendo oportunidade de trabalho aos indígenas.
- Se houvesse uma melhor aceitação no mercado de trabalho e na socialização mais portas se abririam para a comunidade indígena.
- Se não houvesse oportunidade de emprego nas esferas públicas e privadas, a localidade onde se encontra a aldeia teria recursos suficientes para a sobrevivência dos indígenas.

2 OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

Investigar e analisar por meio de entrevistas de que maneira os indígenas da aldeia de Itaipulândia estão inseridos no mercado de trabalho, e assim fazer um levantamento dos pontos positivos e negativos dessa inserção no mercado de trabalho e fora da aldeia indígena.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Analisar os benefícios em geral para a aldeia dos empregos gerados aos indígenas, levando

em conta os recursos disponíveis da aldeia para sua subsistência.

- b) Avaliar o grau de satisfação dos que estão empregados diretamente e como se dá a relação deles no local de trabalho.
- c) Analisar junto à agência do trabalhador de Itaipulândia a quantidade de vagas de emprego disponíveis e a quais áreas especificamente atende e quais as exigências.

METODOLOGIA

O presente projeto de pesquisa tem por finalidade transcrever de forma sucinta, baseado nas ideias de pensadores e historiadores que ao longo do tempo, partindo de investigações científicas, refletiram sobre o contexto histórico, para compreender como procedeu a origem e a formação dos primeiros povos indígenas no Brasil, como se expandiram e formaram diferentes culturas e etnias, bem como analisar as características que as diferenciam.

Para tanto, a pesquisa será dividida em quatro capítulos, no primeiro será realizado um resgate histórico no sentido da pesquisa buscar, apontar e relatar de forma sucinta como ocorreu o período de invasão e colonização europeia no território brasileiro, e ainda qual a influência exercida pelos europeus e, sobretudo na mistura cultural provocada com a chegada de novos costumes, tradições, crenças no Brasil. Seguindo a proposta de pesquisa em questão, no segundo capítulo serão definidos os conceitos indígenas que ocuparam e ocupam o território brasileiro. Reconhecendo assim, suas lutas, conquistas e a valorização de seus contextos histórico-cultural e social.

Em seguida para compor a discussão do terceiro capítulo será analisado como a chegada dos europeus afetou a comunidade indígena que ali vivia. Impondo a eles a tentativa de inserir uma nova cultura, hábitos e crenças. Isso não foi algo positivo, pois foram escravizados e não tiveram direito de escolha, apenas seguir o que lhes era imposto. Com isso, famílias e terras foram destruídas.

O quarto capítulo será composto por análises e reflexões partindo de entrevistas realizadas com os indígenas da aldeia *Aty-Myrim* do município de Itaipulândia, através de relatos levantados busca-se descobrir como se procedeu a origem e a formação da aldeia *Aty-Myrim*, analisando como é sua inserção no mercado de trabalho e a vivência em sociedade em geral.

Por fim, busca-se com essa pesquisa contribuir

para a construção de um olhar mais apurado acerca de como se trata a cultura indígena e a forma como estão inseridos na sociedade mais específico no local de trabalho.

1 RESULTADOS E DISCUSSÃO

1.1 Origem, edificação e a luta pela terra

Frequentemente, relaciona-se o indígena a uma figura lúdica, que ocupa apenas o universo dos livros didáticos, ou outros ambientes misteriosos e desconhecidos. De fato, tais povos despertam grande curiosidade, dadas as diferenças de seus hábitos e costumes. Deve-se saber e perceber que os indígenas estão mais próximos do que se imagina. No presente capítulo, será apresentado a narrativa referente a História dos Indígenas Guaranis que vivem na Aldeia *Aty Myrim*, localizada no município de Itaipulândia – PR.

Para que seja possível refletir sobre o tema proposto aqui, requer-se a apresentação, análise e discussão de fontes que foram levantadas através de entrevistas realizadas ao longo da pesquisa, sendo que no dia onze de Julho de 2021 o acadêmico Leandro Luis Barkert Lenz na companhia da professora e orientadora Margarete de Paula, se deslocaram até a aldeia *Aty-Myrim* localizada na comunidade de Esquina Gaúcha base náutica, Itaipulândia para realizar uma entrevista com Maria Lucia, que é pedagoga da escola estadual indígena ***Arandu Renda*** e uma das lideranças da aldeia.

Após a construção do roteiro de entrevista, (ver anexo I) inicia-se a conversa solicitando que a Professora indígena Maria Lúcia que ela contasse a história do surgimento da aldeia, bem como, os fatores motivadores que fizeram com que o grupo de 50 famílias viessem para a região e o porquê da escolha do local para edificar a aldeia. A Professora então respondeu:

Maria Lúcia: é assim então o em 3 de fevereiro pessoal veio, os homens veio primeiro monta a barraca, primeiro a gente veio nesse espaço tinha um mato nesse espaço os homens veio na frente montaram o acampamento limpam o mato o acampamento, ai dia nove de fevereiro veio as mulheres e as crianças, por que Primeiro veio os home limpar e fazer o acampamento depois a gente veio, foi e começo assim, é uma terra do Estado i quem era responsável era o IAPAR, então a gente veio aqui no comecinho a

gente não tinha onde pegar água a gente ia no lago toma banho a agente ia no lago lava roupa, i o como e nome aquele o vizinho ali em baixo que nós chamava só de padre ele, e o eu esqueci o nome dele. Ele tem o mercadinho agora. E ele cobrava cem reais por mês pra gente toma água e pega água pra cozinha, pagava um galão e ia pegar água pra cozinhar e pra limpar assim panela, mais pra lavar roupa ia no lago toma banho no lago, por que não tinha como toma banho a lava roupa naquela água que pegava dali do vizinho, então era bem complicado no comecinho, foi muito complicado mesmo. E sobre a história da aldeia eu tenho tudo eu escrevi a história da aldeia eu usei no meu TCC, e como que era a dificuldade, e então por primeiro foi assim a gente veio pra cá em 2015.

Imagem: 01 localidade onde se encontra aldeia Aty-Myrim



Fonte: Google Maps

Maria Lúcia é uma mulher indígena jovem que teve a oportunidade de estudar e concluir o Ensino Superior. Dessa forma nota-se em sua narrativa, a preocupação com a identidade e permanência da comunidade naquele local.

A experiência de Maria Lucia vivida ali, torna-se para essa pesquisa um ponto de inflexão, já que ela vivia em outra aldeia e trouxe consigo a ideia de reconstrução, mesmo diante de tantas dificuldades. Para Medina e Ferreira (2017 p. 244) "Nota-se a dificuldade do indígena de inserção na vida social, econômica e cultural urbana. Sair de suas aldeias significa um rompimento e gera dificuldades e repercussões das mais diferenciadas, uma vez que implica prioritariamente a questões de identidade e alteridade." Desta forma com a formação dessa nova aldeia tiveram que se adaptar a uma realidade diferente do que eles estavam acostumados passando então por muitas dificuldades, pois teriam que começar do zero.

1.2 SURGIMENTO DA ALDEIA ATY-MYRIM

Para esta discussão, encontram-se elementos, na narrativa de Maria Lucia, que são fundamentais para o entendimento a respeito do surgimento da aldeia em questão.

A aldeia Aty-Myrim de Itaipulândia surge a partir de um problema antigo que muitas aldeias têm em comum: que é a falta de espaço, recursos, alimentos e terras.

As famílias de indígenas que construíram a aldeia Aty-Myrim, saíram da comunidade do Ocoy na cidade de São Miguel do Iguazu por não terem recursos e espaço suficiente para o progresso da comunidade indígena, Maria Lúcia explica o porquê de paetê da aldeia do Ocoy se desmembrar dela e buscar um novo espaço para viver:

Maria Lucia: é porque foi assim né e partir de 2013, é essa liderança porque nos um grupo no Ocoy a aldeia era muito pequena um pedaço muito pequeno, então tinha muita gente, não foi só nós que saímos de lá, teve uns que foram pra Diamante, foi pra Santa Helena, foi pra outros municípios assim. Por que quando tem muita gente ali já não tem mais espaço pra você planta criar galinha, alguma coisa que você precisa, fica muita gente então, daí em 2013 as lideranças o pessoal montou um grupo né.

Com base em diversas pesquisas realizadas e o conhecimento adquirido ao longo da graduação no curso de Licenciatura em Pedagogia, bem como, a experiência vivenciada conhecendo algumas aldeias da região, foi possível verificar, no discurso citado, que a realidade em que a aldeia se encontra nos dias atuais, não foge muito da realidade precária das mais diversas aldeias espalhadas pelo território brasileiro, onde falta espaço para produzir alimento e recursos naturais para subsistência, isso faz com que muitas aldeias passem necessidades e, cada vez mais, o indígena deixa de viver em aldeamento e, busca na cidade, emprego e renda para sustentar a família.

Não só nas cidades a fome e escassez de alimento está presente, é comum também nas aldeias indígenas esse problema que assola muitas famílias, de acordo com Silva (2018, p 492) "A principal demanda da vida indígena, a terra, é apresentada como condição fundamental para a continuidade da vida e da saúde, a reprodução social, sua

autodeterminação e seu etnodesenvolvimento”. Historicamente, como temos o conhecimento, a figura do índio está ligada a natureza, e é nela onde se encontram a maioria das tribos indígenas, por ser um local seguro e que os nativos se identificam e formam as aldeias.

Como bem determinou Maria Lucia, um dos agravantes que fez e possibilitou o surgimento de uma nova aldeia indígena na região, foi a falta de espaço e recursos na aldeia do Ocoy, que praticamente obrigou parte de aldeia a se desmembrar da antiga e marchar rumo a um novo espaço, na busca e na luta por um lugar onde pudessem ter as condições básicas naturais e apropriadas para formar uma nova aldeia.

A escolha da cidade de Itaipulândia, localidade onde se encontra a aldeia, se deu pelo fato de neste local possuir uma área de terra a qual está em processo judicial, sendo reivindicada pelos indígenas como como explica Maria Lúcia:

Então é em 2013 a gente já veio visita aqui, por que a gente ficou sabendo que tem uma terra do Estado nesse município, já fazia um tempinho que estávamos de olho nesse pedaço de terra[...] a terra é do Estado e quem era responsável era o IAPAR, então a gente veio aqui. [...] sim, por que o IAPAR deu um pedaço pra gente plantar assim ele não deu tudo ainda a gente só está usando um pedaço ainda, pra plantar milho mandioca pra sustento essa terá não é demarcada ainda. [...]

A conquista desta área de terra para os indígenas, é muito importante, pois possibilita a continuidade e a preservação cultural original do povo da etnia guarani, além de se ter um cuidado maior com a natureza e meio ambiente uma vez que os indígenas valorizam muito o espaço e a preservação da mãe natureza, que é de onde tiram seus sustentos e ondem se sentem bem. Para Medina e Ferreira (2017, p.245) “os índios têm a terra com um bem sagrado, onde dela provem tudo aquilo que necessitam para sobreviver”. Nesta perspectiva se houvesse a terra e os recursos suficientes para o mantimento das aldeias, muitas deles possivelmente teria melhores condições de vida e não teria instalações tão precárias como conhecemos.

1.3 A REALAÇÃO DO PODER PÚBLICO DE ITAIPULANDIA COM OS INDIGENAS DA ETNIA AVÁ-

GUARANI.

Com o surgimento da aldeia em Itaipulândia, vêm as preocupações básicas com a estrutura do município e suas políticas públicas para suportar e receber uma comunidade indígena que já estava formada, só estavam se ocupando de um novo espaço. A grande preocupação seria com emprego, saúde e educação para os nativos que agora fazem parte de Itaipulândia. Nas entrevistas realizadas, para a presente pesquisa, chama atenção, alguns relatos a respeito do processo de inserção, bem como socialização da população indígena Guarani que ali iriam se estabelecer. Os relatos abaixo são da professora Maria Lucia e de Natalina que atua como agente de saúde indígena da aldeia, observamos:

Maria Lucia: o prefeito que ajudou nós, o Miguel, então a gente não tem o que se queixar dele e da prefeitura desde que a gente chegou dois dias três dias já veio o pessoal da saúde visita nós fazer cadastro vê quem ta doente já faziam tudo isso, então com três dia foi muito bom pra nós desde que chegou aqui.

Maria Lúcia e assim eu acho que o pessoal da cidade pessoal da loja assim atende muito bem, como você está fazendo a entrevista comigo você ta me perguntando talvez se você perguntar pra outro vai te responder diferente.

Acadêmicos: e o município eles têm ajudado a aldeia ou eles não mantem muito contato aqui com vocês?

Natalina: a eles ajudaram muito, tipo quando nós não tivemos carro aqui na aldeia eles ajudava muito eles que sempre levava os pacientes pra cidade, agora que nós temos carro daqui mesmo aí a gente não precisa do caro do município.

Acadêmicos: e o município ajuda a aldeia de alguma forma remunerativa, dinheiro assim pra quem ta precisando

Natalina: eles ajudam assim e é o quando a gente agenda consulta fora do município daí ela assim daí ela paga a prefeitura que paga o transporte e a consulta e os exames.

Ao que se refere ao poder público municipal, observa-se que, de certa forma, ampararam os indígenas, prestando seus serviços como saúde, educação e assistência social.

Ao longo do tempo os indígenas conquistaram alguns benefícios em seu favor, segundo Silva (2018, p. 496) "As leis contemporâneas voltadas à proteção das demandas e necessidades próprias dos povos indígenas, são resultado de muita luta, organização dos próprios indígenas e articulação com os órgãos que atuam em sua defesa". Os indígenas, muitas vezes perseguidos e tendo seus direitos negados ou tirados, nunca deixaram de lutar e sonhar para conquistar e ter o reconhecimento ativo de sua importância na história e o lugar na sociedade.

As indígenas Maria Lúcia e Natalina, de maneira geral, valorizam e reconhecem que houve uma preocupação da administração municipal, na época, com a chegada dos indígenas no município, e de fato, prestaram apoio e a ajuda necessária naquele momento.

Imagem 02: Entrevista com Natalina agente de saúde indígena.



Fonte: Acadêmicos

No que se refere a saúde indígena, no município de Itaipulândia, há um bom apoio e preocupação nesta área como afirma Natalina:

Acadêmicos: e o município eles têm ajudado a aldeia ou eles não mantem muito contato aqui com vocês?

Natalina: a eles ajudaram muito, tipo quando nós não tivemos carro aqui na aldeia eles ajudava muito eles que sempre levava os pacientes pra cidade, agora que nós temos carro daqui mesmo aí a gente não precisa do carro do município.

Acadêmicos: e o município ajuda a aldeia de alguma forma remunerativa, dinheiro assim pra quem tá precisando

Natalina: eles ajudam assim e é o quando a gente agenda consulta fora do município daí ela assim daí

ela paga a prefeitura que paga o transporte e a consulta e os exames.

A saúde indígena gera preocupação devido as possíveis doenças que podem ser transmitidas por eles, ou doenças e vírus ou viroses chegar à comunidade indígena, por isso é importante se manter contato e possível prestar atendimento clínico médico especializado a fim de preservar a saúde de todos.

1.4 RELAÇÃO DOS INDÍGENAS COM OS MUNICÍPIOS DE ITAIPULÂNDIA

Sim, somos diferentes uns dos outros! – e isso é riquíssimo! Somos diferentes como indivíduos e possuímos características próprias que nos definem e nos fazem seres humanos. A discriminação começa a partir do momento em que saímos do individual e começamos a separar ou classificar grupos de pessoas baseados, em uma, ou algumas características que diferem os seres humanos.

Nesse sentido o que até então parecia estar indo bem, com a chegada do grupo no Município de Itaipulândia, surgem alguns pré-julgamentos de algumas pessoas, demonstrando antipatia em lugares como lanchonetes, restaurantes e espaços públicos que constroem e criam uma visão preconceituosa com os indígenas que frequentamos espaços públicos do município.

Tal visão discriminatória, que ainda persiste na sociedade é muito difícil de ser combatida e isso afeta, não só a relação do indígena como um todo na sociedade, mas, também, envolve as questões de identidade e psicológicas dos mesmos, pois alguns comentários relatados nas entrevistas chocam pelo total falta de empatia e visão pejorativa que se tem sobre o indígena, a seguir observam-se alguns recortes das entrevistas, falando sobre essa situação:

Maria Lúcia: e por que a minha irmã a Belmira, ela mora na cidade um dia ela chegou lá e falou assim não sei se era lanchonete ou bar ela tava lá tomando café e escutou um pessoal atrás dela falando assim mais aquela prefeita é uma cachorra mesmo ela fica colocando índio aí pra trabalhar, mas ela vai ver, ela não vai ganhar mais, não vai se eleger, por trazer um monte de índio pra trabalhar. Mais se só são 4 ou 5 que tá trabalhando nossa imagina como

eles vão reagir se tiver mais, eles não aceitam índio trabalhando lá. Natalia: o meu cunhado e o irmão dele começaram sair na cidade ir vender picolé só que de moto daí os dois saíram, mais o meu cunhado ele tem pele branca não parece indígena aí o meu cunhado saiu na cidade e vendeu tudo e cunhado dele que é mais moreno mais indígena não vendeu nada. Daí ele falou meu deus eu não consegui vender nenhum picolé, mas ele falou brincando assim. E que ele não fala bem o português aí as pessoas assim ne aí tem preconceito com pele.

Acadêmicos: e assim você sente alguns preconceitos quando você sai da aldeia e vai pra cidade de Itaipulândia em uma loja ou em qualquer lugar assim você sente algum preconceito? Ou você é atendida normal?

Natalia: sim a gente sente a gente percebe assim mesmo eles não falando a gente sente assim como eles nos trata assim na loja com olhar assim a gente sente.

Acadêmicos: e na faculdade assim você sente isso também?

Natalia: sim os professores assim também, na faculdade agente tinha um professor ele era muito preconceituoso não só com os indígenas mais com os negros os LGBTs ele falava assim um monte de coisa dentro da sala não sei se ele sabia que eu era indígena ou ele só fingia que não sabia.

Os relatos apontam uma triste realidade enfrentadas, diariamente, pelos indígenas. Quando saem da aldeia em vão para as cidades fazer as compras ou a lazer, em meio aos munícipes de Itaipulândia, existe uma minoria que não tem sensibilidade e respeito a outros grupos étnicos, criam essa visão e ideológica preconceituosa e disferem comentários maldosos contra esses, geram problemas e conflitos sociais e étnico-raciais.

Para Masuzaki (2015, p. 76)

Com falta de perspectiva para o futuro dos jovens e adolescentes, e somado ao ambiente hostil que precisam enfrentar cotidianamente, devido ao movimento de oposição à presença indígena que tem incitado o preconceito étnico-racial, possivelmente são alguns dos fatores que tenham

contribuído para o surgimento de casos de suicídios na região.

A falta de oportunidade ao jovem indígena, pode estar ligada a este aumento do número de suicídio na região, o índio, hoje, não vive somente isolado nas tribos como se imagina, ou como era antigamente, ele está inserido no meio social em pequenas cidades e em grandes centros urbanos, saindo de seu habitat devido as dificuldades em se manter vivo e progredir como ser humano. Para Silva (2018, p. 494) “A realidade contemporânea e as demandas vitais próprias dos povos originários são muito complexas e dinâmicas.

Um sistema jurídico normativo não dá conta de incorporar as demandas das diversas formas de organização social”. As leis, normativas, campanhas de orientações sobre a diversidade cultural fazem a diferença, mas ainda está longe de se ter uma solução eficaz, que resolva estas questões discriminatórias que se faz presente no momento. O mundo evoluiu, algumas pessoas não, isso afeta o relacionamento e convivência em harmonia entre povos.

1.5 O MEDO DO PRECONCEITO TEM OBRIGADO ÍNDIOS A “CAMUFLAREM” SUAS ORIGENS PARA CONSEGUIR EMPREGO.

Diante dos entrevistados, foi possível observar que, a grande maioria, tem dificuldades em encontrar emprego fora aldeia, muitos vão à busca de emprego nas indústrias e comércio do município porém dificilmente são chamados. Infelizmente quando foi procurado algumas das empresas, que se recusam a dar empregos para os indígenas, eles simplesmente não deram retorno algum, desta forma não houve entrevistas, pois não quiseram atender os acadêmicos. Sendo assim, não foi possível entender o porquê de as empresas não darem oportunidades de empregos. Logo abaixo há relatos apenas dos indignos que estão dispostos a trabalhar e ansiosos para conseguirem vagas de trabalho fora da aldeia, confira alguns trechos retratados por eles, indígenas sobre a oportunidade de emprego:

Acadêmicos: e você gostaria de trabalhar?

Edimilson: logico, logico de mais, a melhor coisa é poder trabalhar.

acadêmicos: você já preencheu algum currículo alguma coisa assim já foi em alguma empresa?

Edimilson: sim eu já levei umas três vezes e nada.

Acadêmicos: e você só levou em um lugar ou em outras?
Edimilson: em outras
Acadêmicos: e fazê tempo que você leva os currículos?
Edimilson: sim fazê tempo
Acadêmicos: e até hoje não te chamaram?
Edimilson: não ainda não.
Acadêmicos: nunca te ligaram pra você fazer entrevista nada?
Edimilson: não, nada.
Acadêmicos: você pode me dizer mais ou menos quais são as empresas que você levou o seu currículo agora de última vez as empresas que você chegou levar o currículo quais são.
Edimilson: ã ã é ali na vila santa Inês, é como que Passifaz, e cara no aviário também e na farmácia.
Acadêmicos: e você sente algum preconceito quando você entra em contato procurando emprego do pessoal das empresas, você sente algum preconceito algum olhar diferente.
Edimilson: sim a maioria deles.
Acadêmicos: é.
Edimilson: sim até quando eu trabalhava de jovem aprendiz já passei por isso também.

É notório a esperança e o entusiasmo do Edimilson para conseguir um emprego, o mesmo relata que já por diversas vezes, procurou e buscou emprego que até o momento não tinha conseguido. Na visão dele, o fato de ser indígena desfavorece e reduz suas chances na concorrência pela vaga. Segundo Machado (1998, p. 19) “Cada membro da sociedade se impõe o desafio de se inserir nas relações sociais e realizar suas necessidades pessoais. Para tanto, são necessários aos trabalhadores, o ingresso, o exercício de atividades e a vivência de experiências no âmbito do mercado de trabalho”. Todos necessitamos de uma oportunidade para se aperfeiçoarmos, desenvolvermos se destacamos em alguma área naquilo que somos bons, eis a importância de se ter um emprego para demonstrar as habilidades e os saberes que possuímos.

O preparo para enfrentar os desafios, barreiras e o preconceito, faz com que surtem, nas aldeias, novos ensinamentos às crianças. Partindo desses princípios de fortalecimento de identidade, pertencimento e valorização a origem indígena, Natalia, indígena entrevistada, que atua como professora na escola da aldeia de Itaipulândia, realiza alguns trabalhos com seus alunos, abordando

essas temáticas em sala de aula, veja um pouco desse trabalho que ela realiza.

Acadêmicos: aqui na escola assim vocês preparam os alunos de alguma forma ou de outra pra eles enfrentarem esse preconceito assim lá fora?

Natalia: sim, a gente trabalha bastante assim a identidade deles pra eles ter orgulho pra eles não negar a identidade deles a cultura deles pra eles sempre ter orgulho da cultura deles não negar assim, por que quando eles chegam no 5º ano eles dizem eu não quero ir pra cidade eu não quero ir por que eles já sabe que vão sofrer, e não vão se adaptar eles vão sofrer algum preconceito, e a meu sobrinho ele não queria ir mais a gente passou tudo isso pra ele e ele foi.

Acadêmicos: ele hoje ele gosta como que ele resolveu ir?

Natalia: hoje ele gosta.

Acadêmicos: e o que incentivou você a estudar só pra gente exemplo, se você teve que enfrentar todo esse preconceito.

Natalia: pra mostrar que a gente também é capaz, não é só porque a gente é indígena que a gente não pode falar português, falar inglês que a gente também pode empreender a gente também pode na verdade todo mundo pode.

Nota-se que Natalia, mulher indígena jovem, Professora de 33 anos, busca resgatar o valor identitário que vem se perdendo, ao longo do tempo, pelos indígenas, devido a globalização e a junção de pequenos povos que se unem e formam um novo grupo, Silva, (2018, p. 482) “pelo retrospecto de violência, perseguição, exploração, escravidão, massacres, malícias vivenciadas, muitas culturas e tradições e vidas se perderam, e com ameaças frequentes muitos temem a própria vida e fogem desesperado abandonando suas origens”. Assim, ocorreu ao longo da história recente do Brasil, todo o sufoco e desespero e medo que os indígenas enfrentam constantemente

Fazem-se necessário um trabalho de reconstrução e de valorização a cultura indígena, começando nas escolas e passando por campanhas Nacionais, pois o dia do índio não é somente na data comemorativa do dia 19 abril, e sim todos os dias.

1.6 OS DIREITOS TRABALHISTAS DOS INDÍGENAS.

Por muitas décadas, desde a Independência do Brasil, ao começar a pensar nas questões indígenas presentes no Brasil, Indígenas, esses que, desde a colonização europeia, sofreram perseguições, escravizações, expulsões de suas terras e muitas etnias foram extintas segundo Silva (2018, p. 482) “retrospecto de violência, perseguição, exploração, escravidão, massacres, malícias vivenciadas, muitas culturas e tradições e vidas se perderam, e com ameaças frequentes muitos temem a própria vida e fogem desesperado abandonando suas origens.” enganasse quem pensa que este é um problema enfrentado somente no passado.

Para Masuzaki (2015, p. 80)

Os Guaranis, a partir de 2012, se tornaram vítimas de uma campanha anti-indígena massiva, organizada por setores ruralistas e determinados agentes públicos, como deputados, senadores e prefeitos. Reuniões foram realizadas em vários municípios, e contaram com a presença de figuras públicas como o Deputado Estadual pelo Paraná, Élio Lino Rusch, e o Deputado Federal Dilceu Sperafico. Os discursos proferidos nessas reuniões contribuíram para legitimar e fortalecer a disseminação do ódio e preconceito contra os indígenas.

Com todas as políticas públicas e direitos conquistados ao longo dos anos de independência, o índio ainda é ameaçado e não se sente seguro em determinados lugares.

Os direitos trabalhistas dos indígenas são diferenciados do trabalhador comum. De acordo com Morais, (2018, p.204) A Convenção 169 da OIT (Convenção sobre os Povos Indígenas e Tribais). “Especifica o gozo pleno dos direitos humanos e liberdades fundamentais, ausentando obstáculos discriminatórios. Prescreve a adoção medidas especiais que sejam necessárias para salvaguardar as pessoas, as instituições, os bens, as culturas e o meio ambiente dos povos interessados”. O objetivo que se almeja alcançar é a inserção do indígena no mercado de trabalho, preservando sua identidade, cultura e tradição, ele fica livre para realizar o que for de sua cultura no âmbito do trabalho.

As questões sobre empregos dos indígenas sempre geram discussões, rodeadas de polêmicas, os prós e os contra sempre tem argumentos e utilizam ao seu favor, o indígena, por vez, ficam a margem de alguns direitos já adquiridos que fazem com que ele tenha seu espaço fechado em empresas de diversos

setores, Morais reafirma a importância dos direitos adquiridos pelos indígenas na convenção da OIT:

Nos artigos 21 e 22, a Convenção dispõe que os povos indígenas podem dispor de meios de formação profissional, no mínimo, igual àqueles dos demais cidadãos. Estabelece a qualificação profissional dos trabalhadores como elementar para melhores condições de trabalho mediante a criação de programas especiais de formação da mão-de-obra indígena.

Esta convenção foi muito importante, nela foi estabelecido e adquirido muitas conquistas e direitos envolvendo o indígena no mercado de trabalho, fez com que mais portas se abrissem e que as empresas dessem oportunidade e segurança para o indígena trabalhar e se socializar, contudo, as portas tendem a se fechar quando um indígena, em Itaipulândia busca emprego, abaixo traremos algumas falas importantes sobre a busca incessante e sem êxito na luta por um emprego:

Maria Lucia: por várias vezes já depois da pandemia, por exemplo, ninguém levou mais muito assim currículo, na manhã que eles corriam, falava que na agencia do trabalhador tem vaga pra friella porque a maioria quer entrar na friella porque ali é mais perto, porque la na lar de Matelândia também pega, mas o ônibus não entra aqui, eles passa ali lá pelas Santa Inês acho, e o pessoal daqui não tem é não tem como sair daqui, não tem moto, não tem carro pra sair daqui e ir até lá. Maria Lucia: é minha filha o dia que você entrevistar ela não ta hoje, ela foi la visitar a sogra, ela vai falar que várias vezes levou, por exemplo, ali na lar no mercado na época que meu filho que faleceu, ele queria tanto trabalhar no mercado ele falava mãe eu levo currículo lá levo no Gasparini levava lá na lar, depois ele venha e fala mãe aquele meu amigo da escola trabalha la na lar, porque será que não chama nós, e nunca vão chamar, falei porque a gente levava deixava o meu marido ia lá conversava com o pessoal e fala assim como será que faz dele entrar trabalhar assim? Eu lembro que eu meu tem um rapazinho o Elizeu ele que trabalhava lá na oficina mais na oficina de arrumar o caro trabalhou mais o pessoal não pagou pra ele também.

Natalia: a gente comprou currículo na papelaria pra preencher esses currículos pra entregar, eu minha tia e uma outra colega a gente colocou gasolina no carro da minha tia e foi entregar só que quando a gente chegava lá eles fala falava aí pode entregar deixar aqui que a gente liga amanhã ou depois, e ninguém ligou ninguém ligava a gente entregou em todos os comércios assim lá no caramuru aqui na Santa Inês nenhum deles ligou pra gente.

só que depois a minha irmã também foi lá entregar o currículo, daí chamaram ela, falaram vem pra ela fazer a entrevista daí ela foi e voltou triste pra aldeia. Daí perguntei contratou você como que foi lá? Daí ela falou que estava tudo indo bem, só que daí perguntaram você mora lá na base náutica? Na aldeia com os índios, daí ela disse que sim. Aí ela fala então pode sair e vim outra pessoa, daí ela saiu triste disse assim acho que é só por que a gente é indígena por que lá na friella até hoje ninguém entrou.

Os relatos das entrevistas são intrigantes pois, sabendo que há oferta de emprego, oferecido pelas empresas citadas e foram entregues currículos nas mesmas o fato de ninguém ter sido selecionado chama atenção, pois:

As normas da referida Convenção prescrevem que aos trabalhadores indígenas devem ser asseguradas oportunidades de emprego, como a garantia de igualdade remuneração para trabalhos de igual valor, assistência médica, medidas de segurança e higiene no trabalho e o direito de adesão e associação a sindicatos. (MORAIS 2018, p. 202)

Não foram realizadas entrevistas nas empresas citadas para se renunciarem, exceto a Friella, que não se manifestou interesse em atender quando solicitada. De fato, são acusações a vele apurar o porquê de não dar resposta ou mesmo contratar e abrir as portas para o indígena, uma vez que este tem o pleno direito de uma vaga de emprego se o mesmo possuir aptidão para desempenha-la.

O Capítulo IV da Constituição Federal brasileira, de 1989 assegura algumas leis, e normas quanto a contratação e oferta de emprego para o indígena, que deve ser de responsabilidade do empregador cumpri-las:

CAPÍTULO IV

Das Condições de Trabalho

Art. 14. Não haverá discriminação entre trabalhadores indígenas e os demais trabalhadores, aplicando-se-lhes todos os direitos e garantias das leis trabalhistas e de previdência social.

Parágrafo único. É permitida a adaptação de condições de trabalho aos usos e costumes da comunidade a que pertencer o índio.

Art. 15. Será nulo o contrato de trabalho ou de locação de serviços realizado com os índios de que trata o artigo 4º, I.

Art. 16. Os contratos de trabalho ou de locação de serviços realizados com indígenas em processo de integração ou habitantes de parques ou colônias agrícolas dependerão de prévia aprovação do órgão de proteção ao índio, obedecendo, quando necessário, a normas próprias.

§ 1º Será estimulada a realização de contratos por equipe, ou a domicílio, sob a orientação do órgão competente, de modo a favorecer a continuidade da via comunitária.

§ 2º Em qualquer caso de prestação de serviços por indígenas não integrados, o órgão de proteção ao índio exercerá permanente fiscalização das condições de trabalho, denunciando os abusos e providenciando a aplicação das sanções cabíveis.

§ 3º O órgão de assistência ao indígena propiciará o acesso, aos seus quadros, de índios integrados, estimulando a sua especialização indigenista.

As leis determinadas, porém, nem sempre são cumpridas, principalmente pela ineficácia dos órgãos públicos de fiscalização que não é suficiente para atender a demanda, e é onde ocorre a exploração e as condições precárias de trabalho a esta classe, pois desta forma eles acabam indo trabalhar no campo, lavouras, chiqueirões para conseguir dar condições melhores as suas famílias. Mas mesmo assim ainda é muito difícil, uns não conseguem nem estes empregos no campo, então saem para as ruas vendendo comidas ou artesanatos para conseguirem sustentos, mas grande parte das vezes não conseguem fazer a venda pelo fato das pessoas serem apáticos e não comprarem quando percebem que são indígenas.

1.7 QUEM TRABALHA E O QUE SE FAZ NUMA ALDEIA INDÍGENA?

Os indígenas que vivem na aldeia de Itaipulândia recebem muitas doações e basicamente vivem dos programas sociais do Governo de Estado e Governo Federal, algumas famílias recebem auxílio e cesta básica além de outras doações vindas da comunidade e do município de Itaipulândia. Existe, na aldeia, uma área de terra que é utilizada para plantação de alimentos para o uso da aldeia e parte é comercializada.

Os poucos indígenas que trabalham, envolvendo questões contratuais, são funcionários públicos, por vez, tem seus direitos preservados e respeitados, também são bem vistos e recebem tratamento diferenciado pelos munícipes. Natalina comenta como ela se sente quando vai ao centro da cidade “eu sempre fui bem recebida mesmo na loja mercado nunca ouvi nada de ruim”. alguns indígenas relataram que são bem vistos, mas confessaram ouvirem queixas de seus amigos de não terem sido bem recebidos em alguns lugares.

Edimilson Felix de 25 anos, indígena jovem que trabalhou de jovem aprendiz na Assistência Social pela prefeitura Municipal de Itaipulândia; Maria Lucia, pedagoga na escola indígena do Município de Itaipulândia que tinha seu vínculo empregatício pelo Governo do Estado, Natalia, professora da escola indígena também empregada pelo Estado; Natalina agente de saúde indígena, sendo contratada pela FUNAI, com vínculo contratual com SESAI (Secretaria Especial de Saúde Indígena) e Natalino, cacique da aldeia, que atua na assistência social, do município sendo contratado pela Prefeitura Municipal. São alguns indígenas que conversamos exceto o cacique, durante as entrevistas questionamos sobre outros indígenas no mercado de trabalho e Maria Lucia respondeu: “Ali na cidade na prefeitura mesmo acho que é só quatro mesmo que duas que é do jovem aprendiz, Natalino e aquelas duas minhas cunhadas cinco então né, natalino a menina e a outra menina e deu cinco por aí”. além de alguns que atuam como ‘boia fria’ para alguns agricultores ao redor da aldeia.

Maria Lucia: Eu lembro que eu meu tem um rapazinho o Elizeu ele que trabalhava lá na oficina mais na oficina de arrumar o carro trabalhou mais o pessoal não pagou pra ele também.

Margarete: capaz, que absurdo!

Maria Lucia: é, saiu o cara tava devendo 200 reais e nunca mais pagou pra ele e saiu de lá. E agora

ta trabalhando ali no aviário mais pertinho ali mais paga só 1200 acho ali é só pro cara do aviário o vizinho ali.

O fato que intriga mais é de que, quando ofertado a vaga de emprego, o empregador tira proveito do indígena, talvez não seja malícia, porém, sabe-se que tem consequências e o indígena, por lei, tem alguns benefícios quando empregados que devem ser respeitados, mas, de certa forma, negar a oferta da vaga de emprego, para um indígena, por questão racial, é crime e de acordo com o capítulo IV da constituição do trabalho:

Art. 14. Não haverá discriminação entre trabalhadores indígenas e os demais trabalhadores, aplicando-se lhes todos os direitos e garantias das leis trabalhistas e de previdência social.

Parágrafo único. É permitida a adaptação de condições de trabalho aos usos e costumes da comunidade a que pertencer o índio. (CONSTITUIÇÃO DO TRABALHO, 1973)

O indígena tem por Lei suas garantias de direitos e deveres assim como um trabalhador comum, no exercício da função devem ser cumpridas, por ambos os lados, todas as cláusulas propostas e concordadas em acordo de contrato. Para Pereira (2019, p. 103) “Percebe-se que os índios dispõem de um aparato especial que objetiva a segurança jurídica dos contratos de trabalho e garante os direitos trabalhistas oriundos desses contratos.” sendo assim, o indígena tem mais oportunidade de conseguir um emprego, o que não reduz a chance de ser negado ou rejeitado seu currículo.

Com essas informações apresentadas, ao longo da entrevista, com Edimilson, ele relatou um pouco de sua rotina no trabalho que desempenhava junto a Assistência Social do município:

Acadêmicos: e como que era a sua relação no mercado de trabalho, fale um pouco relate assim o que você fazia lá qual que era sua função, você tinha colegas eles conversam com você como eu era? Edimilson: É na verdade eu era auxílio auxiliar e eles mandava eu fazer qualquer coisa eu tinha várias funções e juntar as caixas, separar um de um espaço do outro e assim

acadêmicos: e você gostava de fazer isso ou essa não era sua função, o que você tinha que fazer de verdade

Edimilson: eu tinha que, e que lá não tinha muita coisa pra fazer, aí cada dia eu chegava lá e queria fazer uma coisa diferente todos os dias, aí não tinha muita coisa lá pra fazer.

acadêmicos: você queria fazer alguma coisa lá mais não tinha serviço

Edimilson: sim é tipo isso, cada vez que eu chegava lá eu perguntava se tinha alguma coisa pra fazer aí eles davam um servicinho mais é bem pouca coisa aí eles me falavam pra descansar, mais como eu não estava cansado eu queria fazer uma outra coisa.

Imagem 03: Entrevista com indígena Edimilson Felix.



Fonte: acadêmicos

Percebe-se que ele demonstra interesse em aprender e evoluir, conquistando objetivos e metas. Seu espaço no mercado trabalho foi possível após muitas discussões e pressões de Órgãos de defesas dos grupos indígenas e minorias no congresso, como explica Pereira (2017, p. 101)

A Constituição Federal de 1988, como exposto, rompeu com a tendência de transformar o índio em “civilizado”. O constituinte garantiu o direito de ser índio, preservando seus costumes, sua organização social, suas crenças, suas línguas e tradições. Assim, a participação indígena na sociedade, inclusive celebrando contrato de trabalho, pode e deve ser feita preservando o seu modo de ser.

As leis conquistadas, ao longo do tempo, oportunizaram o ingresso do indígena no mercado de trabalho em diversos setores, oportunizando treinamento e preparo para adaptação no local de trabalho, sendo assim, o indígena aprende e tem a possibilidade de crescer e contribuir com a empresa e com a interação e propagação da cultura e dos costumes indígenas, pois quando o índio está inserido facilita a real compressão e valores das diversidades culturais presentes no mesmo espaço.

1.8 DADOS DA AGÊNCIA DO TRABALHADOR

A agência do trabalhador⁵ está presente em todo o território Nacional basicamente em todos os municípios do país, tendo como função direcionar o cidadão ao mercado de trabalho, Gelson pós-graduado em gestão pública, responsável pela agência do trabalhador de Itaipulândia explicou como é o funcionamento da agência do trabalhador:

Gelson: Então essa Agencia do Trabalhador que é o mesmo SINE, ele é Nacional, Nacional tá, tanto faz o SINI aqui em Itaipulândia ou lá em Rondônia, o sistema é o mesmo de captação de vagas.

Leandro Luis: e todas as empresas do município tem vínculo com a agência do trabalhador?

Gelson: todas não, é tem algumas empresas que elas não usam a agência do trabalhador para contratar, pelo fato de ser um município pequeno e quase todo mundo conhecer todo mundo praticamente, então eles evitam muitas vezes evitam de usar o trabalho da agência do trabalhador, por que um amigo já deixa um currículo ou alguém que já está dentro de empresa indica, então eles não são muito de usar a agencia do trabalhador não.

Segundo o ministério da economia, (2016) “O Sistema Nacional de Emprego (SINE) foi criado em 1975 sob a égide da Convenção nº. 88 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que orienta cada país-membro a manter um serviço público e gratuito de emprego, para a melhor organização do mercado de trabalho.”

⁵ Órgão da prefeitura só que o serviço é prestado para o Estado, que é o SINE (Sistema Nacional de Emprego). Que se encarrega de informar as vagas de emprego disponíveis,

as empresas que possuem vínculos com a agencias informadas das vagas abertas no momento. Desta forma o candidato que se interessar pela vaga leva seu currículo e direcionado a empresa que está precisando no momento.

Referente ao processamento e a oferta de vagas de trabalho para, analise em questão dos currículos e perfis do empado/empregador Gerson, explica como é feito a captação das vagas:

Leandro Luis: e como é dada a oferta de emprego? agência do trabalhador oferta as vagas de emprego? ela divulga.

Gelson: é a agencia do trabalhador é ela funciona pelas empresas, as empresas que tem que procurar a agencia do trabalhador e oferecer as vagas, o empregador ele fica livre pra exigir o que for do trabalhador, ele tem sua empresa abre as vagas ali ele coloca as questões de escolaridade, é de experiencia né é o perfil de que o empregador exige a gente preenche essa vaga, assim que o desempregado chega a agencia do trabalhador pra procurar emprego a gente faz um cadastro dele e coloca todas as qualidades e características que o empregado tem, se bater com o perfil da do empregador essa pessoa automaticamente é selecionada e enviado para empresa pra fazer a entrevista de emprego.

A sistematização dos sistemas SINE facilita e muito a pré-seleção das vagas, já que conta com sistema moderno de cruzamentos de dados fazendo um trabalho em conjunto empregador/agencia/empregado, eliminando o sistema antigo de currículos impressos, facilitando o trabalho e o tempo de ambos, além de contribuir com meio ambiente.

Gelson: então a agencia do trabalhador praticamente não usa currículo tudo é feito no sistema, há muitos anos atrás a agencia do trabalhador usava os currículos, só que isso ai foi proibido para não beneficiar ninguém tá, um amigo, o parente ou até mesmo politicamente; esses currículos eram separados, pessoas que eram eleitores de tal vereador tala prefeito tal político, esses currículos eram separados e selecionados e mandado para as empresas pra entrevista, então isso ai acabou não existe mais. é tudo pelo sistema, a não ser que por exemplo, a Friella usa esse sistema ainda, a gente faz a captação desses currículos que são enviados pra Friella e a Friella liga para eles irem fazer as entrevistas né. mais de qualquer

forma a seleção é feita pela empresa.

As vagas de empregos no município de Itaipulândia são bem divaricadas mais voltadas a áreas de produção nas industrias, com a pandemia que abalou o Brasil muitas empresas tiveram cortes excessivos de funcionário, quando perguntado sobre este fato Gelson fez um comentário muito interessante:

Leandro Luis: e muitas pessoas procuraram a agencia do trabalhador normalmente?

Gelson: olha, com essa pandemia houve muito corte de funcionários nas empresas né, mais assim não tem procurado, até por que especificamente a agência de Itaipulândia, Itaipulândia é um município que dá muito benefícios para as pessoas né, o assistencialismo aqui é bastante frequente, então muita gente tem é cesta básica tem a fácil acesso a posto de saúde né, teve ai agora a pouco esses auxílios que o governo está dando pro pessoal, então houve uma caída muito grande na questão do pessoal ir procurar a agencia do trabalhador.

O município de Itaipulândia presta um bom serviço as áreas públicas principalmente voltada a área da saúde e da assistência social como já mencionados anteriormente pelos indígenas, recentemente o município de Itaipulândia foi premiado como o melhor atendimento básico de saúde no Paraná e o 34º no Brasil:

O atendimento à Atenção Básica oferecido pela Secretaria de Saúde de Itaipulândia é o melhor do Paraná, entre os 398 municípios do Estado, revela o Previne Brasil: modelo de financiamento de Atenção Primária à Saúde, desenvolvido pelo Ministério da Saúde e Governo Federal. A nível Brasil, o município ocupa a 34ª posição, entre os 5 568 municípios. (MUNICIPIO DE ITAIPUNADIA, 2021)

Essa pesquisa reforça os relatos indígenas e a ideia de que na cidade de Itaipulândia existe na área da saúde o excelente serviço prestado a comunidade.

Quando retratado sobre as questões de currículos voltada aos indígenas que procuram a oportunidade de emprego através da agencia do trabalhador, Gelson deu a seguintes respostas:

Leandro Luis: e sobre os indígenas do município eles procuram, eles vêm até a agência do trabalhador?

Gelson: poucos, poucos, procuram a agência do trabalhador.

Leandro Luis: algum indígena já foi direcionado ao mercado de trabalho pela agência do trabalhador, sabe me dizer?

Gelson: já, já vários deles já deixaram os currículos aqui na agência do trabalhador e esses currículos foram entregues nas empresas.

Leandro Luis: as empresas de alguma forma demonstram preconceito com os indígenas sabe me dizer?

Gelson: não, não, por que cada empresa tem sua maneira de fazer a seleção, então a partir do momento que eles vêm até a agência do trabalhador e são encaminhados pra lá esses critérios que são utilizados pelas empresas a gente não tem acesso.

Tendem-se necessidade de realizar um trabalho junto as empresas do município a fim de resolver e solucionar esta causa da demanda de trabalho indígena, uma vez que relatado, segundo Edimilson "hoje já tem bastante e mais de 60 famílias aproximadamente e 180 pessoas, e por que ta crescendo por que tem as crianças e mais um pouco de pessoas e vai assim". considerando idosos, crianças, deficientes, teríamos um número de indígenas em idade de trabalho de 100 pessoas aproximadamente, dessas menos de dez tem emprego, ficariam ainda noventa indígenas em idade de trabalho sem emprego na aldeia aguardando uma oportunidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da pesquisa percebe-se que existem muitas barreiras e impecílios que dificultam o indígena conquistar seu espaço na sociedade, nota-se uma insegurança e angústia por não terem seu reconhecimento e oportunidade para demonstrar que tem potencialidades, como a Natália por exemplo que cursa administração e Matemática duas graduações simultânea, ou mesmo Edimilson, um jovem de muita inteligência que sonha em ser Engenheiro e realizar melhorias nas aldeias, muitas vezes os indígenas são barrados pelo preconceito e discriminação que sofreram e sofrem até os dias atuais.

Existe a necessidade, no município de Itaipulândia, a implementação de um programa social ou política de sensibilização/conscientização bem como de inervação principalmente dos jovens no mercado de trabalho, devido ao fato do aumento significativo de suicídios entre indígenas na região, diante de entrevistas e conversas com o pessoal da aldeia é perceptível compreender que o motivo de gerar esse sofrimento é pelo fato de não conseguirem empregos fora da comunidade indígena, e isso faz com que eles se achem incapazes e não conseguem enxergar um futuro melhor, de crescimento, ajudar as suas famílias e melhorar suas qualidades de vida.

Sabe-se das dificuldades que encontram na cidade e mesmo não tendo uma garantia de um futuro pessoal e intelectual até mesmo um emprego a indígena parte em busca da sobrevivência ou de meios se manter vivo. As políticas públicas nacionais já não são mais suficientes, pois o indígena que está cada vez mais urbanizado e presente nas cidades, e não se tem iniciativas públicas, públicas eficazes capazes de solucionar esses problemas recorrentes envolvendo o indígena.

Pretende-se então com esta pesquisa, levar a comunidade de Itaipulândia como um todo a respeitar a diversidade cultural e passar a tratar o índio como figura social presente no nosso contexto, sem discriminação, preconceito ou visões pejorativas sobre os mesmos. Que tem muito tem a nos oferecer e também ensinar, ele já não é mais aquele que vivia nus pelas matas, eles evoluíram assim com nós, foram a busca de uma educação e aprender mais para conseguir se inserir no nosso meio e com esta pesquisa queremos conscientizar ao povo de Itaipulândia e também aos leitores, para que vejam o índio como cidadão normais sem julgamentos e abrindo as portas para que eles participem cada vez mais do nosso meio social e que eles se sintam acolhidos pela sociedade.

No decorrer de toda esta pesquisa observamos que ainda há indícios de perseguição e discriminação sofrida pelo indígena por parte da sociedade civil. A educação nas escolas como um todo precisam trabalhar as questões étnicas raciais de uma maneira diferente para que a criança nela inserida entenda como o a figura do índio tem valor e qual a sua importância não só social, mas historicamente, pois segundo a história eles foram os primeiros habitantes de praticamente todo o território Nacional, e ao longo do tempo foram desaparecendo e várias culturas milenares sumiram, ficando apenas relatos e fósseis destes povos.

Da relevância desta pesquisa visa como um todo apontar os problemas e as discriminações que o povo indígena da aldeia **Aty-Myrim** sofre, seja na busca por um emprego ou na socialização, queremos defender e preservar seus direitos que são garantidos por lei, porém muitas vezes ignorados e desrespeitados por muitos.

SILVA, D. N. O que eram os Jesuítas? **Brasil Escola**. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/o-que-e/historia/o-que-eram-os-jesuitas.htm>. Acesso em 21 de abril de 2021.

REFERENCIAL TEORICO

ESTUDIO c, show-globo. **Mapa mostra regiões do estado do paraná onde habitam povos indígenas**. Disponível em: <https://gshow.globo.com/rpc/estudio-c/extras-estudio-c/noticia/mapa-mostra-regioes-do-estado-do-parana-onde-habitam-povos-indigenas.ghtml>. Acesso em: 21 de abr. 2021.

ITAIPULANDIA. **Itaipulândia tem o melhor atendimento da aten o básica de todo o paraná, revela previne Brasil**. Disponível em: <http://www.itaipulandia.pr.gov.br/noticia/2039/itaipulandia-tem-o-melhor-atendimento-da-atencao-basica-de-todo-o-parana-revela-previne-brasil>. Acesso em: 9 nov. 2021

MACHADO, L. R. S. Educa o básica, empregabilidade e competência. **Trabalho & Educa o**, v. 3, p. 15-31, 1998.

MASUZAKI, T. I. A luta dos povos Guarani no extremo Oeste do Paraná. **PEGADA-A Revista da Geografia do Trabalho**, v. 16, 2015.

MEDINA, A.; FERREIRA, C. V. R. O ÍNDIO URBANO: a perspectiva do  ndio xavante junto ao mercado de trabalho em Barra do Garças/MT. **Revista Panorâmica On-Line**, v. 23, p. 245 - 254, 2017.

MORAES, J; T. A REGULAMENTA O NORMATIVA DAS CONDI OES DE TRABALHO INDÍGENA EM MATO GROSSO DO SUL SOB A ÉGIDE DO PACTO COMUNITÁRIO DO DIREITOS SOCIAIS E A CONVENÇO 169 DA OIT. **Revista Juris UniToledo**, v. 3, n. 03, p. 200-211, 2018.

PEREIRA, C. M. Contrato de trabalho do indígena: requisitos e o respeito pela diferença **Revista Eletr nica de Direito da Faculdade Estácio do Pará**, v. 4, n. 5, 2017.



INCLUSÃO SOCIAL NA TRÍPLICE FRONTEIRA: UM CASO DE POLÍTICA PÚBLICA PARA BRASIL, ARGENTINA E PARAGUAI

Renato dos Santos*

*Mestre em Administração Estratégica, renato@rsantos.adm.br.

INFORMAÇÕES

Histórico de submissão:

Recebido em: 13 ago. 2024

Aceite: 14 ago. 2024

Publicação *online*: ago. 2024

RESUMO

Após a revolução industrial a sociedade se organiza a partir dos processos produtivos transformando suas regiões a partir do desenvolvimento econômico, uma análise das possibilidades de geração de emprego renda a partir das características e vocações regionais pode ser a chave para o desenvolvimento dos municípios da tríplice fronteira entre Brasil, Paraguai e Argentina, sem a perda da identidade regional ou dos usos e costumes regionais, considerando os aspectos culturais e a pluralidade étnica. É visto que existe uma grande carência de políticas públicas, tanto nacionais, estaduais e municipais, as quais podem direcionar o desenvolvimento, levando a inclusão social de comunidades regionais menos favorecidas, considerando aqui o indígena e as mulheres como essenciais para o provimento do emprego e renda, além de também promover a integração tão almejada nos tratados convencionados. A busca pela informação das capacidades regionais é o grande desafio para a utilização estratégica no desenvolvimento de políticas capazes de alavancar o desenvolvimento e, por conseguinte criar meios de inclusão social na geração de emprego renda a partir da atividade econômica coletiva. A grande questão é como repartir a renda desta atividade, uma vez que existem diferentes atividades e classes sociais, gerando salários, lucros, rendas e juros. No atual contexto da divisão do trabalho as economias regionais refletem como aspecto político o dimensionamento da desigualdade social pela redistribuição de grupos sociais capazes de determinadas funções ou atividades que podem ou não gerar renda. Entretanto nos últimos anos as políticas públicas têm se concentrado em indústrias do campo em grande escala, promovendo um redimensionamento do processo produtivo agrícola, por meio de parcerias entre grandes corporações e os pequenos agricultores, tendo estes que se sujeitar aos parâmetros da indústria. Outra questão a considerar é de que se carecem de incentivos às pequenas e micro empresas da tríplice fronteira, por meio de fomento de novas perspectivas econômicas em um horizonte de desafios fronteiriços para a sustentabilidade das estruturas comerciais atuais. Alavancando o fomento do empreendedorismo a da capacitação e normatização de possíveis agentes de transformação regional pode-se trazer inclusão social no ambiente regional.

Palavras Chave: Desenvolvimento Regional, Inclusão Social, Competitividade, Empreendedorismo.

ABSTRACT / RESUMEN

After the industrial revolution the society is organized from the productive processes transforming its regions from the economic development, an analysis of the possibilities of employment generation income from the characteristics and regional vocations can be the key to the development of the municipalities of the triple border between Brazil, Paraguay and Argentina, without loss of regional identity or regional customs, considering cultural aspects and ethnic plurality. It is seen that there is a great lack of public policies, being national, state and municipal, which can direct development, leading to the social inclusion of less favored regional communities, considering here the indigenous and women as essential for the provision of employment and income, in addition to promoting the integration so desired in the treaties. The search for information on regional capacities is the great challenge for the strategic use in the development of policies capable of leveraging development and, consequently, creating means of social inclusion in the generation of income employment

from collective economic activity. The big question is how to distribute the income of this activity, since there are different activities and social classes, generating wages, profits, income and interest. In the current context of the division of labor the regional economies reflect as a political aspect the dimensioning of social inequality by the redistribution of social groups capable of certain functions or activities that may or may not generate income. In recent years, however, public policies have focused on large-scale field industries, promoting a scaling up of the agricultural production process, through partnerships between large corporations and small farmers, which are subject to industry standards. Another issue to consider is that incentives are needed for small and micro enterprises in the triple border, by fostering new economic perspectives in a horizon of border challenges for the sustainability of current commercial structures. By leveraging the promotion of entrepreneurship and the training and standardization of possible agents of regional transformation, social inclusion can be brought into the regional environment.

Key Words: Regional Development, Social Inclusion, Competitiveness, Entrepreneurship.

Copyright © 2024, Renato dos Santos. This is an open access article distributed under the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.

Citação: SANTOS, Renato dos. Inclusão social na Tríplice Fronteira: um caso de política pública para Brasil, Argentina e Paraguai. *Iguazu Science*, São Miguel do Iguazu, v. 2, n. 4, p. 70-76, ago. 2024.

INTRODUÇÃO

Historicamente a sociedade pós-revolução industrial se organiza a partir dos processos produtivos transformando suas regiões a partir do desenvolvimento econômico. Neste sentido cabe uma análise das possibilidades de geração de emprego renda a partir das características e vocações regionais da tríplice fronteira entre Brasil, Paraguai e Argentina, sem a perda da identidade regional ou dos usos e costumes regionais, considerando os aspectos culturais e a pluralidade étnica.

O presente artigo utiliza de fontes bibliográficas para pesquisa com o objetivo de identificar as principais teorias e estudos anteriores sobre o tema proposto, para que se pudesse abordar propostas de políticas públicas que propusessem uma organização produtiva levando em conta as questões sociais e culturais, a fim de fundamentar a análise proposta.

Esta revisão bibliográfica realizada reforça ainda a necessidade de investigar o tema, uma vez que existem lacunas que apontam para a falta de estudos que integrem os aspectos econômicos, culturais e sociais envolvendo a tríplice fronteira entre o Brasil, Paraguai e Argentina.

Dentro destes fatores, um é preponderante, que é a capacidade de organização dos pequenos municípios, pelos quais procuram meios de subsistir frente a uma grande evasão de população para centros maiores e pela falta de opções produtivas e de capacitação da mão de obra local.

É visto que existe uma grande carência de políticas públicas, tanto nacionais, estaduais e municipais, as quais podem direcionar o desenvolvimento, levando a inclusão social e geração de emprego e renda para as

comunidades regionais. Além de promover a integração tão almejada nos tratados convencionados.

(...) na maioria desses países, em especial os da América Latina, ainda não se conseguiu formar coalizões políticas capazes de equacionar minimamente a questão de como desenhar políticas públicas capazes de impulsionar o desenvolvimento econômico e de promover a inclusão social de grande parte de sua população (CELINA SOUZA, 2006, p. 20-45).

Outro fator a analisar é o papel da mulher no desenvolvimento econômico, por ser um papel fundamental no processo produtivo. Segundo Butto e Dantas (2011), as desigualdades entre homens e mulheres ainda marcam a vida das mulheres principalmente no campo, onde a economia rural sempre esteve marcada pela divisão sexual do trabalho, onde os homens estão associados a atividades econômicas que geram emprego, ocupação e renda, enquanto as mulheres estão direcionadas para as atividades voltadas para o autoconsumo familiar, com um baixo grau de obtenção de renda e assalariamento.

Um elemento que não se pode deixar de fora é a existência dos povos indígenas, característica da tríplice fronteira, estando estes povos a mercê dos processos produtivos inseridos pelo homem branco.

Há evidências de que o índio não sabe ainda como se organizar no novo contexto de coabitação com os povos não indígenas, principalmente em atividades de emprego e renda. Neste caso o turismo pode ser uma alternativa por meio de parcerias público-privadas,

como universidades, entidades não governamentais e possíveis operadores do turismo. Pelo fato das atrações turísticas incluírem serviços ainda não conhecidos pelos povos indígenas. Para Yazigi (2007), o turismo indígena só pode existir em sintonia com o mundo não indígena por duas razões fundamentais: 1) são não-indígenas que se interessam por seus domínios; 2) toda infraestrutura de acesso depende de redes nacionais e internacionais. Além disso, O índio brasileiro se faz presente nas mídias do exterior desde longa data, o que possibilita uma abertura ao turismo, e inevitavelmente, passando por riscos de exploração.

Para YAZIGI, E. (2007), “Tenha-se também em consideração que muitos segmentos mundiais de exploração turística já dão sinais de exaustão, isto é, a oferta dos operadores nacionais e internacionais não tem apresentado verdadeiras genuidades. Apesar da relevância dos índios, primeiro como seres humanos e depois como culturas diferenciadas, nem todos turistas se interessam por silvícolas, em que pese à vontade desses últimos quererem vender seus produtos”.

A grande tendência mostrada para a região Centro Oeste do Estado do Paraná e a Tríplice Fronteira é de que através do descobrimento de vocações e potencialidades locais específicas viabilizadas através do intercâmbio do aproveitamento de vantagens locais e regionais, sendo mecanismos industriais, agrícolas, ecoturismo e/ou turismo, podem oferecer uma vasta área de interesse no desenvolvimento de emprego e renda, principalmente para as comunidades em estado de subdesenvolvimento.

Considerando a cultura e a história local podemos afirmar sem dúvida que é possível acreditar e implementar de forma sustentável o desenvolvimento de atividades, não somente pelo ponto de vista econômico, mas pelo ponto de vista ambiental, social e cultural.

Portanto pode ainda, haver o apoio e interesse, na região, de entidades governamentais e não governamentais para o planejamento das atividades economicamente, culturalmente e ambientalmente viáveis e conservacionistas, exatamente por estar próxima áreas historicamente importantes para os países partes da Tríplice Fronteira.

DESENVOLVIMENTO

Com efeito, uma análise crítica dos aspectos culturais e vocações econômicas regionais podem trazer a luz possibilidades de inclusão social e de novas formas de empreendedorismo, partindo daquilo que se pode construir com os aspectos estruturais de cada região, ou seja, começando pelo que se tem a disposição em termos sociais, culturais e econômicos.

A busca pela informação das capacidades regionais é o grande desafio para a utilização estratégica no desenvolvimento de políticas capazes de alavancar o desenvolvimento e, por conseguinte criar meios de inclusão social na geração de emprego renda.

Segundo Choo *apud* Miranda (2010), as organizações usam a informação de três maneiras estratégicas: para dar significado ao ambiente, para criar novos conhecimentos e para tomar decisões.

Neste sentido as informações poderão gerar valor às atividades da organização do desenvolvimento criando novos mecanismos de integração e de inclusão social.

A partir de uma visão das vocações regionais e da capacidade econômica dos municípios, podem-se ter parâmetros para o desenvolvimento de políticas públicas que tragam uma melhor inclusão social em meio ao reordenamento produtivo e fomento do empreendedorismo social.

As comunidades regionais carecem de programas que tragam uma melhor distribuição de renda e ainda, um melhor aproveitamento de suas características e capacidades regionais.

Muitos municípios estão sofrendo pela evasão de população para centros maiores, com maiores oportunidades de renda e emprego, haja vista a redução da população dos pequenos municípios, principalmente a rural.

Como exemplo podemos citar uma projeção do IPARDES/PR para Foz do Iguaçu, em que a população em 2016 era de 259.638 habitantes tem uma projeção para 2030 de 240.476 mil habitantes, uma redução de 7,38% ou por redução de nascimentos ou por migração, ainda segundo o estudo do IPARDES/PR cita que em 2030 cerca de 20% da população estará vivendo nos pequenos municípios.

Para Oliveira (2010) a transformação, que mantém a essência do domínio do capital, tem impacto sobre a força de trabalho, em particular pela flexibilização e precarização, pode estar gerando estratégias diferentes na hora dos indivíduos buscarem garantir o sustento de suas famílias, incluindo nesse escopo as estratégias de mobilidade espacial, migrando para regiões onde existem maiores oportunidades de desenvolvimento e/ou de subsistência.

Os municípios de pequeno porte ainda não

desenvolvem Programas de Apoio a Autonomia Econômica para públicos de baixa renda e para as mulheres, sendo que dentro do contexto atual a mulher é parte integrante e diferenciadora no mercado empreendedor e de trabalho, exatamente por ser mais disciplinada no que tange a leitura de cenários, resultados e dedicação.

A justificativa do estudo auxilia na criação de melhoria das condições de vida das famílias no âmbito regional, dentro da realidade local e vocação econômica de cada município, uma vez que em contrapartida, contribui para a geração do emprego e renda e conseqüentemente o desenvolvimento dos municípios e da região.

2.1. Bases Econômicas e Sociais da Ocupação da América Latina

A origem da estrutura social dos países latino-americanos tem sua origem na conquista espanhola e nas instituições que tanto espanhóis como portugueses implantaram para criar uma base econômica capaz de consolidar a conquista de novas terras, sendo o Estado extremamente centralista, vinculado ao capitalismo comercial dos mesmos princípios das monarquias Espanhola e Portuguesa.

O Estado transferia para o conquistador individual obrigações e conseqüentes prerrogativas, ou recompensas outorgadas pelo Estado por uma *encomienda* confiando-se, ao conquistador um núcleo de população indígena, cabendo-lhe a responsabilidade de cristianizá-la e o direito de utilizá-la como força de trabalho.

Nas regiões onde os índios foram rapidamente "pacificados", as obrigações militares passaram a ser meramente formais, em outras, as obrigações militares transformaram-se em um ônus pesado.

O objetivo era mobilizar um excedente para descobrir, produzir e transportar metais preciosos, pois quase nada se podia produzir nas Américas, ao contrário das Índias Orientais, que produziam artigos de grande valor por unidade de peso, como as especiarias e os tecidos finos.

A agricultura tropical foi uma alternativa para os conquistadores quando não descobriram nada que pudesse ter um comércio lucrativo nem metais preciosos nas terras que ocuparam, decidiram pela mão-de-obra africana, ao invés da mão-de-obra indígena que se mostrou ineficaz e inapta para as plantações, fazendo com que os portugueses assumissem a forma de uma "colonização" do que a de uma "conquista". Esta implantação criou, no início, condições distintas, exigindo importantes

investimentos, que permaneciam sob o controle e interesses comerciais e financeiros das metrópoles.

Neste sentido o capitalismo comercial, dá origem a formações sociais quase totalmente desvinculadas dos mercados, onde a atividade comercial continua ser a preocupação principal da classe dominante.

2.2. Economia Política

Segundo Neto e Bras (2006) Pela interação com a natureza o homem obtém a satisfação material, ou seja, transformam materiais naturais em produtos adequados à necessidade humana, essa atividade é denominada trabalho, sendo que esta atividade atende a sua necessidade de sobrevivência.

O trabalho realiza uma transformação prática gerando a interação social, uma vez que a atividade exercida gera especialidades específicas de cada grupo social, criando um ser social, que a partir da sua caracterização resulta em auto atividade dos homens, a qual se desenvolve e surge uma racionalidade com objetivações próprias.

Esta racionalidade é fruto das relações sociais com objetivos econômicos traduzindo-se em valor. Para Singer (1987) o valor é fruto das relações que se criam entre os homens na atividade econômica, sendo uma manifestação do comportamento essencialmente subjetivo.

Este valor passa a ser considerado valor-trabalho a partir da atividade essencialmente coletiva, ocorrendo a divisão social do trabalho, onde as funções são desempenhadas de forma diferenciada e se complementando em determinado momento.

A partir da atividade econômica coletiva a grande questão é como repartir a renda desta atividade, uma vez que existem diferentes atividades e classes sociais, gerando salários, lucros, rendas e juros.

2.3. Políticas Públicas

A discussão sobre políticas públicas sociais não são apenas as formas de articulação do Estado com o capital, mas também às manifestações da força, da organização e da mobilização das classes menos privilegiadas na alteração da ordem estabelecida pelo Estado, considerando as formas de organização do Estado e a sua relação com a sociedade civil na ordem econômico-social.

No século XX, o Estado de Bem-Estar Social, representou uma forma de ampliação da esfera estatal mediante um maciço investimento público em áreas como saúde, previdência, educação e outros serviços sociais, em resposta às demandas da classe trabalhadora.

Para Souza (2006) a definição de política pública enfatiza o papel da solução de problemas sociais,

muitas vezes superestimando aspectos racionais e procedimentais argumentando que elas ignoram a sua essência, o embate em torno de ideias e interesses.

Por focar no papel dos governos, essas definições deixam de lado possibilidades de cooperação que podem ocorrer entre os governos e outras instituições e grupos sociais.

As definições de políticas públicas assumem uma perspectiva de que o todo é mais importante do que a soma das partes, estando os indivíduos, instituições, interações, ideologia e interesses sujeitos a mesma importância.

2.4. Organização Produtiva

Apesar da divisão do trabalho ser muito antiga, Adam Smith foi o primeiro estudioso a tentar teorizá-la, mas apesar de uma teoria específica da economia, sua influência atinge várias camadas das ciências sociais, desde a política, administrativas, judiciárias, ficando cada vez mais especializada.

A partir dos talentos naturais o homem começou a diferenciar-se em suas atividades, gerando a capacidade e disposição para a troca, gerando conveniência a partir disto, limitada pela extensão do mercado, ou seja, pela predisposição de alguém necessitar de determinada atividade por meio da troca.

A divisão do trabalho leva a uma organização da atividade produtiva estabelecida pelas necessidades do homem, suprida pelo fruto do trabalho, sendo o excedente objeto de troca ou comercialização, e quanto maior a necessidade maior a necessidade de produção. Para Adam Smith (1723) essa necessidade aumentada gera o valor que tem dois sentidos, podendo significar alguma coisa, ou o poder de comprar diferentes bens, onde um é o valor em uso ou a capacidade de se utilizar algo e o segundo a capacidade de troca.

No contexto atual a divisão do trabalho reflete as economias regionais como aspecto político, de onde se dimensiona a desigualdade social pela redistribuição de grupos sociais capazes de determinadas funções ou atividades que podem ou não gerar renda.

2.5. Desenvolvimento Regional

A Teoria do Desenvolvimento moderno é marcada por períodos de elevada renda e formação bruta de capital, e por períodos de escassez de capital com o excesso de mão-de-obra, cuja consequência é a segmentação do mercado de trabalho sustentada pelos processos tecnológicos de produção.

Esse processo pode desencadear o modelo de migração rural-urbana de Harris e Todaro (1970) *apud* Nojima (2008), gerando o chamado desemprego

urbano pela oferta limitada de mão-de-obra com economias de escala de alto nível.

Adam Smith (1776 – Reedição de 1996) diz que a abundância ou escassez de bens em uma nação dependerá diretamente da habilidade, destreza e bom senso com os quais o trabalho for geralmente executado e da proporção entre o número dos que trabalham e o dos que não executam trabalho algum, ou seja, a mão de obra inativa, por qualquer que seja a situação real a abundância ou escassez depende necessariamente, da proporção entre o a população ativa e inativa.

Historicamente os governos têm adotado planos muito diferentes na gestão ou direção geral da produção, sendo que esses planos e políticas têm favorecido mais a indústria de manufatura do que a indústria do campo.

Entretanto nos últimos anos as políticas públicas têm se concentrado em indústrias do campo em grande escala, promovendo um redimensionamento do processo produtivo agrícola, por meio de parcerias entre grandes corporações e os pequenos agricultores, tendo estes que se sujeitar aos parâmetros da indústria.

Para Perroux (1967) a mudança na estrutura econômica nacional consiste no aparecimento e desaparecimento de indústrias com taxas diferenciadas em cada região, carecendo de um estudo dos polos de desenvolvimento.

2.6. Cultura e Sociedade

O crescimento econômico sustentável apesar de considerar a dimensão cultural, não analisa o pressuposto de que a cultura é uma das principais dimensões geradoras de diferenças no desenvolvimento. As instituições provedoras de desenvolvimento são resultantes não só das capacidades políticas e econômicas, mas também é resultado dos valores culturais concretizados no cotidiano, por meio das relações do ambiente social e cultural dos indivíduos.

Em meio a um ambiente de globalização devemos observar os avanços desta cultura globalizada sobre a cultura e desenvolvimento regionais, em foco à diversidade cultural, uma vez existe o efeito de universalização das lógicas culturais é predominante sobre as culturas locais.

Como efeito de desenvolvimento devemos nortear o desenvolvimento cultural em respeito às raízes locais, porém sem impedir os avanços representativos do desenvolvimento, considerando as particularidades do conhecimento, usos, costumes, comportamentos, a cultura das comunidades locais.

A evolução destas comunidades depende imensamente de investimentos que possam amparar as necessidades básicas para o impulsionamento econômico.

2.7. Sociedade e Ciência

Nesta época de desenvolvimentos científicos e tecnológicos a sociedade está muito próxima das inter-relações da experimentação científica. Onde os poderes de manipulação sobre as coisas físicas e vivas, favorecem as técnicas de observação e experimentação.

Diferentemente dos séculos anteriores a ciência que era sociologicamente marginal, torna-se poderosa no centro da sociedade, controlada pelos centros econômicos e estatais, a técnica produzida, modifica a sociedade e conseqüentemente transforma a própria ciência em um processo de retroalimentação.

As teorias científicas trazem ordem e organização aos dados verificados e para tanto são sistemas de ideias, construções de espírito que se aplicam na sociedade como um todo.

A evolução do conhecimento científico não é unicamente de crescimento e extensão do saber, mas de transformações e rupturas, de uma teoria para a outra.

Kuhn⁶ (1922) traz a ideia de que as transformações revolucionárias na evolução científica, são sustentadas pelos conceitos de paradigma, que introduzem um suposto replanejamento e crítica da filosofia da ciência desenvolvida, desde que haja impossibilidade de uma linguagem de observação neutra, onde a teoria científica mostra a extraordinária complexidade do mecanismo de progresso científico, quando se examina sem ideias preconcebidas.

Todavia, a sociedade é uma comunidade/sociedade que apenas utiliza dos poderes que a investigação científica lhe proporciona, e não trata a ciência como a propulsão do desenvolvimento. O que se leva a um problema sociológico, exatamente pela ciência ser derivada da sociedade.

A evolução transforma-se em história, e os acontecimentos vão a multiplicar-se, intervindo nos aspectos sociais.

Assim como Mendel⁷ e Darwin⁸, onde suas regras indicam as populações e não aos indivíduos, na esfera de relações sociais. As conseqüências dependem das atividades da sociedade, como se comportam, como se

relacionam e, sobretudo como se desenvolvem.

Em conseqüência dos acontecimentos científicos e técnicos, a sociedade se modifica em seu próprio sistema social, sendo a história dimensão construtiva permanente da humanidade, e seus sistemas sociais complexos seriam geradores de acontecimentos.

Estes processos auto generativos estariam a meio caminho entre o desenvolvimento embriogenéticos e os desenvolvimentos acidentais entregues aos encontros aleatórios entre sistemas e acontecimentos (mutações). (MORIN, 2003).

Neste contexto o processo de renovação da ciência traz ao contexto regional novas formas de gerar acontecimentos por meio de ações sociais construtivas que permitam acesso aos meios produtivos, gerando uma maior inclusão daquelas comunidades a margem do desenvolvimento.

Assim o conhecimento científico deve ser distribuído na forma de capacitação e educação, contrapondo a ideia de que a investigação científica não trata a ciência como geradora do desenvolvimento.

CONCLUSÕES

Cabe uma investigação sobre as políticas e interesses dos governos regionais em implantar facilitadores do desenvolvimento econômico que permitam a inclusão social.

Para tanto, serão necessárias políticas de desenvolvimento por meio de incentivo às pequenas e micro empresas, além do fomento do empreendedorismo incrementado por meio de processos de inovação, permitindo uma maior influência das inovações atuais na inclusão social de maneira eficaz.

Porém há de se entender que existem limitações centradas na inexistência específica de estudos que analisem projetos de inclusão social no desenvolvimento dos municípios, pelos quais necessitam de correlação específica entre o desenvolvimento regional e a geração de emprego e renda para comunidades carentes.

Outro fator que deve ser considerado é de que se carecem de incentivos às pequenas e micro empresas

⁶Kuhn. Thomas Samuel – nasceu em 1922, físico americano foi um destacado epistemólogo, autor de *The Structure of Scientific Revolutions*.

⁷ Gregor Johann Mendel, botânico e meteorologista austríaco,

desenvolvendo as chamadas *Leis de Mendel*, onde prevalecem a transmissão dos caracteres hereditários.

⁸ Darwin. Charles Robert, naturalista britânico que escreveu o Tratado de Evolução das Espécies.

da tríplice fronteira nos países Argentina, Brasil e Paraguai, fomentando novas perspectivas econômicas em um horizonte de desafios fronteiriços para a sustentabilidade das estruturas comerciais.

Os estudos poderão ser direcionados ao fomento do empreendedorismo por meio de capacitação e normatização de possíveis agentes de transformação regional que possam trazer inclusão social no ambiente regional.

REFERÊNCIAS

- ABDO, E. Y. Ensaio metodológico de manejo turístico em áreas indígenas. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, v. 1, n. 137, 2007.
- BUTTO, A. DANTAS, I. **Autonomia e cidadania: políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2011.
- CAPRA, F. **O Ponto de Mutação**. São Paulo: Cultrix, 2006;
- CHAUI, M. **Convite a Filosofia**. São Paulo. Atlas, 2003.
- DEMO, P. **Educação e Qualidade**. Campinas: Papirus, 1994.
- DURKHEIM, E. **Da Divisão Social do Trabalho**. São Paulo. Martins Freire, 1999.
- FURTADO, C. **A Economia Latino-Americana - Formação Histórica e Problemas Contemporâneos**. Companhia das Letras. São Paulo, 2007.
- HAMEL, G. **Liderando a Revolução**. Rio de Janeiro. Campus, 2000.
- HUNTINGTON, S. P. **O Choque de Civilizações e a Recomposição da Ordem Mundial**. Objetiva. Rio de Janeiro, 2010.
- JAEGER JUNIOR, A. **Liberdade de Concorrência na União Europeia e no Mercosul**. São Paulo. Ltr, 2006.
- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- LEVITT, S. D.; DUBNER, S. **Freakonomics**. São Paulo. Elsevier, 2012.
- LOPES, J. R. **Resenha sobre: YÚDICE, George. A conveniência da cultura: Usos da cultura na era global**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006, 615 p.
- NETTO, J. P. BRAZ, M. **Economia Política- Uma Introdução Crítica**. São Paulo. Cortez, 2016.
- NOJIMA, D. **TEORIA DO DESENVOLVIMENTO E ECONOMIA REGIONAL UMA ANÁLISE DA EXPERIÊNCIA BRASILEIRA, 1995-2005**. 2008. 196p. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008.
- OLIVEIRA, M. B.; TRESCASTRO, S. **Políticas públicas: definições, interlocuções e experiências**. Caxias do Sul-RS. Educus, 2012.
- POZO, J. D. **História da América Latina e do Caribe**. Petrópolis-RJ. Vozes, 2009.
- PRADO JUNIOR, C. **História Econômica do Brasil**. São Paulo. Brasiliense, 2012.
- SINGER, P. **Introdução e Economia Política**. Rio de Janeiro. Forense Universitária, 1987.
- SMITH, A. **Riqueza das Nações (Compêndio - Traduzido por Bento Lisboa)**. São Paulo. Hunter Books, 2014.
- Souza, C. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Revista Sociologias**, Porto Alegre, v. 8, n. 16, p. 20-45. 2006.
- YÚDICE, G. **A conveniência da cultura: usos da cultura na era global**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006, 615 p.



A PERCEPÇÃO DA TERAPIA OCUPACIONAL EM RELAÇÃO À INCLUSÃO ESCOLAR DE ALUNOS COM TEA

Leonardo José Engel Bonott*; Lucas Alan Jahn**; Adriele Aparecida, Zatta***

*Graduando em Terapia Ocupacional pela Faculdade UNIGUAÇU.

**Graduando em Terapia Ocupacional pela Faculdade UNIGUAÇU.

*** Docente do curso de Terapia Ocupacional na Faculdade UNIGUAÇU.

INFORMAÇÕES

Histórico de submissão:

Recebido em: 22 nov. 2023.

Aceite: 29 abr. 2024.

Publicação online: maio 2024.

RESUMO

De acordo com a OMS (Organização Mundial da Saúde), estima-se que dentre os 200 milhões de habitantes que vivem aqui no Brasil, cerca de 2 milhões tem autismo, mas essas informações estão desatualizadas. Números que com o passar do tempo tendem a aumentar devido a diagnósticos e estudos mais precisos. Os objetivos desse estudo é buscar identificar o nível de conhecimento dos professores do Colégio Estadual Costa e Silva em Itaipulândia-PR sobre como atender o aluno portador do TEA. A metodologia empregada no presente trabalho foi um estudo quanti-qualitativo de cunho descritivo. Concluímos que os conhecimentos sob o olhar da Terapia Ocupacional são fundamentais nesse processo de aprendizagem e inclusão escolar.

Palavras-chave: Autismo; Diagnósticos; Transtorno; Terapia Ocupacional.

ABSTRACT

According to the WHO (World Health Organization), it is estimated that among the 200 million inhabitants living here in Brazil, around 2 million have autism, but this information is outdated. Numbers that tend to increase over time due to more precise diagnoses and studies. The objectives of this study are to identify the level of knowledge of teachers at Colégio Estadual Costa e Silva in Itaipulândia-PR on how to assist students with ASD. The methodology used in the present work was a quantitative-qualitative study of a descriptive nature. We conclude that knowledge from the perspective of Occupational Therapy is fundamental in this process of learning and school inclusion.

Keywords: Autism; Diagnostics; Disorder; Occupational therapy .

Copyright © 2024, Leonardo José Engel Bonott; Lucas Alan Jahn; Adriele Aparecida Zatta. This is an open access article distributed under the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.

Citação: BONOTT, Leonardo José Engel; JAHN, Lucas Alan; ZATTA, Adriele Aparecida. A perceptiva da TO em relação à inclusão escolar de alunos com TEA. *Iguazu Science*, São Miguel do Iguacu, v. 2, n. 4, p. 77-83, ago. 2024.

INTRODUÇÃO

O Transtorno do Espectro Autista, também conhecido popularmente como autismo ou pela sigla

(TEA), é um transtorno global do desenvolvimento que afeta o desenvolvimento motor, psiconeurológico, cognitivo, a linguagem, e a interação social da criança. O autismo é um transtorno que afeta o sistema neurológico que está presente no indivíduo desde a

sua infância, resultando em atrasos comportamentais e sociocomunicativas (SCHMIDT, 2013). Atualmente, existe uma classificação em relação ao perfil de habilidades e necessidades do autismo, são classificados em três níveis, levando em consideração déficit de comunicação, interação social e comportamento, sendo eles: leve, moderado e severo (CUNHA, 2015).

A inclusão escolar do aluno com TEA é assegurada pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, portaria nº 555/2007, prorrogada pela portaria 948/2007. Esta portaria assegura que, todo aluno com alguma deficiência, transtornos globais e altas habilidades/superdotação, tem direito a inclusão escolar (MEC/SEESP, 2008).

A educação especial se fundamentava em uma extensão da prática clínica dentro das escolas, tendo como intuito a normatização das crianças e não a sua inclusão social. A partir da década de 80 essa visão mudou, a intervenção clínica dentro da escola para crianças com deficiência foi deixada de lado, e foi aí que a Terapia Ocupacional passou por um processo de transformação e se inseriu nesse cenário. O TO (terapeuta ocupacional) adaptou sua intervenção e passou a orientar seu paciente no processo de inclusão escolar (GALLO, NEPOMUCENO, 2019).

O TO atua no âmbito escolar incluindo o uso de técnicas e práticas, seja eles no ambiente escolar, como mudança ou adaptação de um ambiente, auxílio aos alunos, e levando conhecimento aos professores. Além disso, o TO também trabalha em conjunto com a família do aluno, fornecendo orientações, resultando em um fortalecimento da relação aluno, família e escola (TOYODA, LOURENÇO, 2008).

O processo de aprendizagem do educando com TEA no ensino regular tem apresentado um cenário muito desafiador, demandando do educador estratégias e conhecimentos para que tenha eficácia no processo de aprendizagem (NUNES, SCHMIDT, 2019). Diante ao que foi exposto, a questão norteadora dessa pesquisa foi: Qual a percepção dos professores do Colégio Estadual Costa e Silva em Itaipulândia-PR aos alunos com TEA?

Para que realmente ocorra a inclusão escolar, se faz necessária a participação de toda a comunidade escolar, como pais, professores, alunos, e demais profissionais da educação. O terapeuta ocupacional tem grande relevância para alcançar tais objetivos, pois ele é um dos profissionais que tem mais conhecimento sobre o autismo, tendo papel fundamental para orientação aos professores e funcionários deste estabelecimento (SCARDUA, 2008).

Mediante a isso, justifica-se o seguinte trabalho, pois é através do conhecimento desses profissionais de ensino, que resultará numa maior conscientização e inclusão do aluno com TEA no ambiente escolar.

METODOLOGIA

O seguinte estudo foi realizado com os professores de ambos os sexos, e diferentes idades, que possuam alunos com autismo em sala de aula no ano letivo de 2023, atuantes no Colégio Estadual Costa e Silva, situado na Rua Castro Alves, 1786, centro, no município de Itaipulândia-PR. Este estabelecimento, conta com 889 alunos matriculados nos períodos matutino, vespertino e noturno, 21 funcionários, e 60 professores (COMUNICAÇÃO PESSOAL, 2023).

Para a realização da coleta de dados neste estabelecimento, foi primeiramente realizado contato com a direção da escola, e em seguida foi necessário a abertura de um e-protocolo nº 20.354.050-7 via portal da SEED, que foi enviado ao núcleo regional de educação de Foz do Iguaçu, no estado do Paraná, apresentando o objetivo do seguinte estudo. Foi solicitado a autorização para a aplicação dos questionários, no qual houve parecer favorável, ficando autorizado a realização do seguinte estudo.

Posteriormente houve a aprovação do comitê de ética, através do CAAE 69973023.7.0000.0107. Diante disso, ocorreu a aplicação do TCLE aos professores, que foi lido pelos pesquisadores e assinado pelos participantes da pesquisa, se assim aceitarem. Os participantes poderiam desistir de participar da pesquisa em qualquer momento, caso sentirem-se importunados.

Foi utilizado como instrumento de coleta de dados dois questionários, um de cunho quantitativo e um de cunho qualitativo, com o intuito de conhecer os perfis dos pesquisados. O primeiro questionário era composto de cinco perguntas, constando as seguintes informações: Nome, idade, sexo, formação e tempo de atuação. As perguntas foram baseadas no questionário dos pesquisadores Pimentel e Fernandes do trabalho intitulado "A perspectiva de professores quanto ao trabalho com crianças com autismo" do ano de 2014.

A pesquisa realizada se tratava de cunho quantitativo, no qual se entende como coleta de dados numéricos, analisados através de métodos matemáticos, neste caso buscando precisão, e evitando equívocos na hora de interpretar os dados (ALIAGA, GUNDERSON, 2002). Após a aplicação do questionário quantitativo, foi realizada uma roda de conversa e orientação junto aos participantes e

também aos demais professores da instituição de ensino, nela houve um momento onde foram abordados assuntos relacionados a autonomia e rigidez de crianças com autismo, inclusão escolar, métodos de inclusão, a importância do professor apoio e estratégias de metodologia de ensino aos alunos com TEA, além de trocas de experiências e vivências, momento em que agregou muito conhecimento para ambas as partes.

Diante disso, aplicou-se mais um questionário semanas depois, desta vez de cunho qualitativo, onde os profissionais foram questionados novamente sobre sua metodologia aplicada em sala e se as orientações passadas na palestra surtiram efeito ao decorrer das aulas. A partir dos dados obtidos, foram feitas novas tabelas, com a utilização do programa Office Excel para a tabulação dos resultados da pesquisa. Também foi relatado de forma descritiva os resultados dos questionários de cunho qualitativo, pois os mesmos se tratam de respostas abertas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Dos sessenta professores atuantes no Colégio Estadual Costa e Silva, apenas dez deles atuam com alunos com autismo em sala de aula, sendo dois professores homens atuantes nas disciplinas de Educação Física e Geografia, e oito professoras mulheres atuantes nas disciplinas de Matemática, Português, Inglês, Ciências, Geografia, História e Artes. Uma delas é professora de apoio e tem formação em Pedagogia. O tempo de atuação em sala de aula desses professores variam entre 6 a 35 anos na profissão.

A primeira questão do questionário perguntava ao entrevistado o que era o Autismo, no qual 100% dos entrevistados assinalaram como sendo um “transtorno de desenvolvimento”. Isso comprova que os profissionais têm ciência sobre o que é o Autismo, porém ainda se trata de um conhecimento básico.

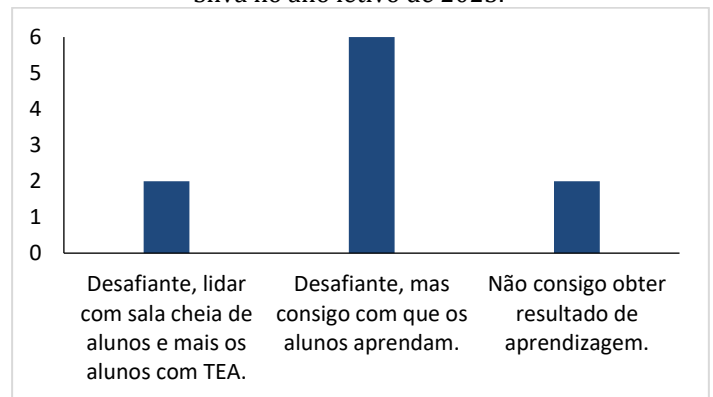
Ter conhecimento sobre o autismo é uma habilidade crucial para que os professores possam tentar fornecer uma educação inclusiva e eficaz. A compreensão do autismo permite que os professores identifiquem e respondam às demandas individuais de seus alunos com TEA. Esse conhecimento resulta ao professor regente primeiramente entender a sua relação com seus alunos com TEA, bem como a relação entre eles, para então, possibilitar a elaboração de estratégias de ensino em benefício da aprendizagem da turma (FAVORETTO, LAMÔNICA, 2014).

A segunda questão do questionário está representada através do Gráfico 1. A seguinte questão

questiona os educadores sobre como é atuar em sala de aula com alunos com TEA juntamente com o auxílio do professor de apoio.

O resultado abaixo comprova que todos os entrevistados em sua concepção acham desafiante aplicar sua metodologia de ensino aos alunos com TEA de forma eficiente. Dentre os dez entrevistados que relataram ser desafiador, seis deles relatam conseguir bons resultados de aprendizagem com os mesmos durante o ano letivo. Com o auxílio do professor de apoio, dois deles acham desafiante lidar com aluno com autismo e dois entrevistados relataram não obter resultados de aprendizagem.

Gráfico 1: Referente a pergunta “Como é atuar em sala de aula com aluno que possui autismo junto a presença do professor apoio?” Que foi aplicada aos profissionais que atuam com alunos com TEA no Colégio Estadual Costa e Silva no ano letivo de 2023.



Fonte: Autores (2023).

Nesse processo de aprendizagem é fundamental que o professor apoio eleve uma expectativa em relação à capacidade de progressão dos alunos. Ainda que eles não desistam nunca de buscar novos meios e estratégias para ajudá-los a vencer os obstáculos do ano letivo (MANTOAN, 1997).

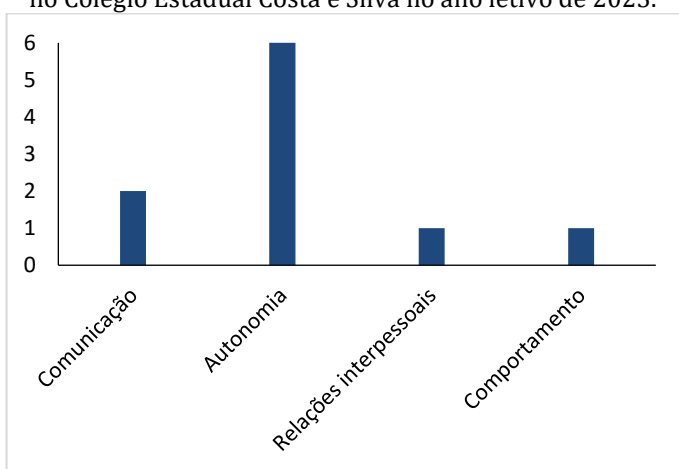
Os professores de apoio desempenham um papel crítico no sistema educacional, proporcionando suporte essencial a alunos com necessidades especiais e contribuindo para a criação de um ambiente de aprendizado inclusivo e equitativo. Além disso, os benefícios dos professores de apoio se estendem além do aspecto acadêmico. Eles desempenham um papel crucial no desenvolvimento das habilidades sociais e emocionais dos alunos. Muitos alunos enfrentam desafios nessas áreas, e os professores de apoio oferecem orientação e apoio emocional, criando um ambiente seguro e inclusivo para o crescimento dessas habilidades.

A terceira questão do questionário aplicado é retratada a partir do gráfico 2: A seguinte questão

questiona os educadores sobre em que áreas o mesmo encontra mais dificuldades com seus alunos com TEA.

O resultado abaixo retrata que grande maioria dos entrevistados assinalaram a opção de autonomia, retratando que seus alunos com TEA realmente necessitam assim de auxílio para realização das atividades durante as aulas, dois entrevistados responderam a opção de comunicação, relações interpessoais e comportamento obtiveram um voto cada qual. Nesse caso, o colégio conta com uma professora apoio para atender esses alunos com dificuldade de autonomia durante as aulas, sendo essencial para a aprendizagem do aluno com TEA.

Gráfico 2: Referente a pergunta “Em que áreas que você encontra mais dificuldade com seu aluno autista?” Que foi aplicada aos profissionais que atuam com alunos com TEA no Colégio Estadual Costa e Silva no ano letivo de 2023.



Fonte: Autores (2023).

A autonomia do autista é um tema importante e que merece ser discutido com sensibilidade e respeito. Autismo é um espectro, o que significa que as características e necessidades de cada indivíduo podem variar significativamente. No entanto, promover a autonomia e a independência dos autistas é um objetivo que deve ser buscado em todos os casos.

A autonomia começa com a compreensão e aceitação das diferenças individuais. É fundamental reconhecer que o autismo não é uma deficiência, mas sim uma variação neurodiversa. Cada autista possui habilidades únicas e interesses específicos que devem ser valorizados e desenvolvidos. A autonomia é um processo que se constrói de acordo com os modos de vida das crianças em interação social, mediante reflexão e ação diante das interações que a criança vai vivendo no dia a dia (DIAS, 2005).

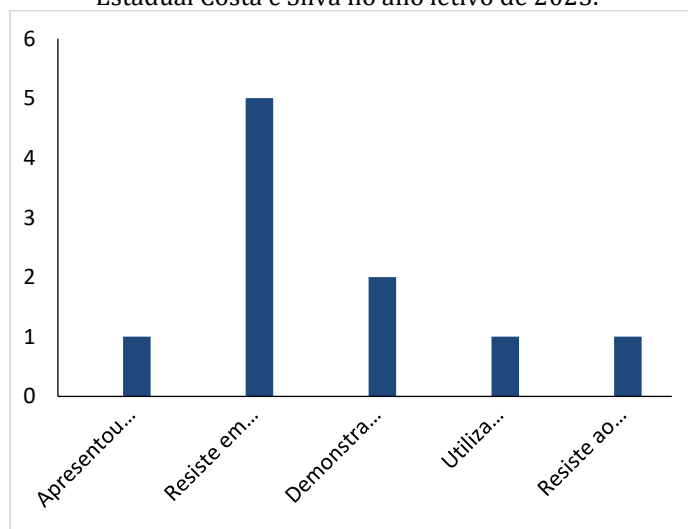
O professor de apoio é especialista em educação especial, utiliza estratégias com o aluno dentro da sala de aula na rede regular de ensino (FREITAS, 2013).

Cada aluno é único, com suas próprias habilidades e obstáculos. Os professores de apoio estão bem preparados para identificar as necessidades específicas de cada estudante, desenvolvendo estratégias pedagógicas sob medida para permitir que eles atinjam seu potencial máximo. O objetivo é dar autonomia necessária ao autista proporcionando um desenvolvimento mais eficaz, facilitando assim a sua interação e convivência (RODRIGUES, 2006).

A profissão de professor de apoio, está instaurada na rede estadual de ensino desde o ano de 2003, com a deliberação 02/03 (Normas para a Educação Especial, modalidade da Educação Básica para alunos com necessidades educacionais especiais, no Sistema de Ensino do Estado do Paraná), prestando atendimento educacional ao aluno que necessite. Sua função é auxiliar o professor regente (PARANA, 2003). Devido as práticas de inclusão escolar que frequente ocorrem, a Secretaria de Educação do Estado do Paraná (SEED) entende que há a necessidade deste profissional nas escolas. São vinte anos de regulamentação e instauração da atuação desse professor, demonstrando que existe a preocupação do estado em relação a inclusão do aluno com TEA e, o reconhecimento e valorização deste profissional, tendo em vista a alta demanda que vem ocorrendo nas escolas.

A terceira questão do questionário aplicado é retratada a partir do gráfico 3: A seguinte questão questiona os educadores sobre como era a relação, comportamentos e interesses do seu aluno com TEA em sala de aula.

Gráfico 3: Referente a pergunta “Em relação aos comportamentos e interesses quais observa com mais frequência em seu aluno autista?” Que foi aplicada aos profissionais que atuam com alunos com TEA no Colégio Estadual Costa e Silva no ano letivo de 2023.



Fonte: Autores (2023).

O resultado acima nos retrata a dificuldade pelas quais um aluno com autismo pode resistir à participação dentro da sala de aula, os fatores podem ser inúmeros, como sensibilidades sensoriais, intolerância a luzes brilhantes, ruídos altos ou texturas desconfortáveis, podem tornar o ambiente da sala de aula desconfortável. Além disso, muitos alunos com autismo têm dificuldades na comunicação, o que pode dificultar a expressão e compreensão de suas necessidades, interesses ou preocupações em relação às atividades em sala de aula. Da mesma forma que outras particularidades, a habilidade linguística de pessoas com autismo pode diferir consideravelmente entre indivíduos. Enquanto alguns conseguem estabelecer comunicação eficaz, outros têm uma comunicação bastante limitada, e algumas, que não receberam estímulo adequado, podem até não desenvolver a comunicação (PAPIM, SANCHES, 2013).

A falta de rotina e previsibilidade também pode ser um fator desencadeante de resistência. Mudanças bruscas nas atividades ou falta de clareza sobre o que é esperado deles podem causar ansiedade e levar à resistência. Além disso, alguns alunos com autismo têm interesses muito específicos e podem não se envolver em atividades que não estejam alinhadas com esses interesses.

Portanto, é necessário que os professores introduzam novas alternativas no ensino desses alunos, trazendo práticas de ensino que lhes possibilitem socializar e interagir como a troca de experiências com seus colegas (MONTEIRO, RIBEIRO, 2018).

Após a aplicação do questionário quantitativo, houve uma palestra, dirigida pelos autores do seguinte estudo, a mesma foi realizada no dia de estudo e planejamento dos professores. Foram abordados assuntos relacionados a autonomia e rigidez de crianças com autismo, inclusão escolar, métodos de inclusão, a importância do professor apoio e estratégias de metodologia de ensino aos alunos com TEA. Houve momentos de questionamentos e dúvidas, sobre diversas questões sobre o TEA, nas quais ocorreu muita troca de informação e experiências.

Em torno de um mês depois, os pesquisadores se dirigiram novamente a instituição de ensino, e aplicou-se um último questionário, dessa vez, de autoria própria e de cunho qualitativo, o mesmo era composto de três perguntas, onde os profissionais foram questionados novamente sobre sua metodologia aplicada em sala e se a as orientações

passadas na palestra surtiram efeito ao decorrer das aulas.

A primeira questão questionava qual metodologia de ensino os professores estariam utilizando em sala de aula. A grande maioria respondeu utilizar o professor de apoio como instrumento, uso de plataformas de ensino e métodos inclusivos, como atividades em grupos e debates, opções que foram sugeridas pelos pesquisadores durante a palestra. Esse resultado fica visível nas seguintes respostas obtidas nessa questão, o entrevistado 01 relatou o seguinte: “atividades com o auxílio da professora apoio”, já o entrevistado 02 respondeu: “uso de imagens, atividades em grupo e plataformas educacionais”, o entrevistado 03 descreveu: “uso de slides, plataformas de leitura e escrita, e trabalhos em grupo”.

Podemos notar que a utilização de recursos como apresentação visual e estruturada proporcionada por slides pode ser benéfica para alunos com autismo. Eles podem processar informações de forma mais eficaz quando o conteúdo é organizado de maneira clara e previsível. Além disso, a consistência oferecida por slides e plataformas digitais ajuda a criar um ambiente de aprendizado estável, o que é particularmente importante para alunos com autismo, que muitas vezes prosperam na rotina e na previsibilidade (GORAYEB, GORAYEB, 2017).

Outra vantagem notável é a capacidade de personalização que essas ferramentas oferecem. Os educadores podem adaptar o material de ensino de acordo com as necessidades individuais de cada aluno, levando em consideração suas preferências e estilos de aprendizado específicos. Isso possibilita uma educação mais eficaz e centrada no aluno. Os recursos de alta ou baixa tecnologia quando utilizados, proporcionam resultados positivos referente à atenção conjunta dos alunos com TEA nas atividades, na interação com outros colegas e na participação com trocas comunicativas em sala, como debates e trocas de ideias (MONTE, 2015).

A segunda questão questionava os profissionais de ensino se era notória a melhora na aprendizagem destes alunos com TEA. No qual as respostas obtidas foram surpreendentes, todos os entrevistados relataram que notaram melhora no desempenho escolar dos seus alunos. Ficando visível através de respostas como do entrevistado 01: “sim, está mais autônomo e responsável por seus resultados”, “estou me surpreendendo, achei que não obteria resultados tão positivos”, já o entrevistado 02 descreveu o seguinte: “sim, estão mais participativos durante a

realização das atividades, com o trabalho em conjunto com outros profissionais educacionais”.

Isso comprova que após a orientação através da ótica da Terapia Ocupacional aos educadores, associado com o professor de apoio, o uso de slides e plataformas digitais na educação de alunos com autismo são essenciais para criar um ambiente de aprendizado adaptado às suas necessidades específicas, promovendo a autonomia, a inclusão e o progresso educacional desses alunos. Nesse sentido, o objetivo do terapeuta ocupacional no ambiente escolar é propor dispositivos ou metodologias que resultam numa real inclusão das crianças, pela intervenção com alunos, professores e técnicos, contribuir para um melhor redimensionamento da prática dos profissionais (DELLA BARBA, MINATEL, 2013).

A terceira e última questão abordava os profissionais sobre a procura de capacitação e informação para atuar com alunos com TEA, grande parte dos entrevistados respondeu que está buscando informação e capacitação, mas por conta própria, sem o auxílio do estado. Este resultado fica claro através de respostas como a do entrevistado 01: “sim, informações por conta própria, não temos treinamento e capacitação para lidar com esse transtorno na rede de ensino”, já o entrevistado 02 relatou: “com certeza, nós da rede estadual de ensino não temos nenhuma capacitação ou formação para trabalhar com estes alunos”, e por fim, o entrevistado 03 descreveu: “sim, porém o estado não propõe cursos preparatórios para trabalhar com esses alunos”.

Através deste questionamento, é possível notar um certo desamparo aos educadores na parte de capacitação deste profissional para atuar com alunos que demandam uma atenção especial, apesar de oferecer o professor de apoio, ainda falta mais atenção na questão de proporcionar conhecimento e qualificação aos educadores para atuar com as demandas do aluno com TEA. Portanto, é necessário refletir sobre como é realizada a formação destinada aos professores e esclarecer que o conhecimento e qualificação em relação ao aluno com autismo são extremamente importantes, não deixando de lado às questões emocionais do educador, ressaltando para ele como é trabalhar e estar em contato direto com alunos com TEA, com a finalidade de construir relações com cada um desses alunos (ADURENS, VIEIRA 2018).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho, foi explorado profundamente a percepção dos professores do Colégio Estadual Costa e Silva aos alunos com TEA, buscando compreender suas variáveis, desafios e implicações. Tendo em vista a falta de amparo por parte do estado na preparação destes profissionais da educação ao aluno com autismo, a Terapia Ocupacional tem papel fundamental no processo de capacitação destes profissionais. Seu trabalho juntamente com comunidade e escola tem suma importância na aprendizagem do aluno com TEA. Ressalta-se também a importância do professor de apoio nas salas de aula, profissional indispensável no processo de inclusão escolar. Considerando estes fatos, este trabalho tem a finalidade de mostrar a importância dos conhecimentos sob a ótica da Terapia Ocupacional nesse processo de aprendizagem e inclusão escolar, tornando o ambiente escolar mais adequado e digno ao aluno com TEA.

REFERÊNCIAS

- ADURENS F. D. L.; VIEIRA C. M. V. Concepção de professores sobre a inclusão do aluno com autismo: uma pesquisa bibliográfica. **Cadernos de Pós-Graduação em Distúrbios do Desenvolvimento**, v. 18, n. 2, p. 94-124, 2018
- ALIAGA, M.; GUNDERSON, B. **Interactive Statistics**. Thousand Oaks: Papyrus, 2002.
- CUNHA, E. **Autismo e inclusão: psicopedagogia práticas educativas na escola e na família**. Rio de Janeiro: Papyrus, 2015.
- DIAS, A.A. **Educação moral a autonomia na educação infantil: O que pensam os professores**. (Tese de doutorado) Universidade Federal da Paraíba, UFP, 2005
- DELLA BARBA, P. C. S.; MINATEL, M. M. Contribuições da Terapia Ocupacional para a inclusão escolar de crianças com autismo. **Caderno de Terapia Ocupacional**. UFSCar, v. 21, n. 3, p. 601-608, 2013.
- FAVORETTO, N. C.; LAMÔNICA, D. A. C. Conhecimentos e necessidades dos professores em relação aos transtornos do espectro autístico. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 20, n. 3, p. 103-116, 2014.
- FREITAS, A. **A atuação do professor de apoio à**

- inclusão e os indicadores de ensino colaborativo em Goiás.** Universidade Federal de Goiás – Campus Catalão. Catalão 2013.
- GALLO, G. C.; NEPOMUCENO R. **Terapia Ocupacional em educação inclusiva: Contextos de atuação da Terapia Ocupacional na escola.** Chapecó, SC, Papyrus, 2019.
- GORAYEB, F. H. Z, GORAYEB S. H. F. P. Z. Deficiência de aprendizagem e metodologias alternativas. **Revista Científica UNAR**, Araras (SP), v.15, n.2, p.86-98, 2017.
- MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar de deficientes mentais: que formação para professores? A integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema.** São Paulo: Memnon; SENAC, 1997
- MEC/SEESP. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria Ministerial nº 555, de 5 de junho de 2007, prorrogada pela Portaria nº 948, de 09 de outubro de 2007, p. 15, entregue ao Ministro da Educação em 07 de janeiro de 2008.
- MONTE, B. T. **Por trás do espelho de Alice: narrativas visuais como estratégias de inclusão de crianças com transtorno do espectro do autismo.** 2015. dissertação (Mestrado em educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Rio Grande do Sul, RS, 2015.
- MONTEIRO, S. A. S.; RIBEIRO, P. R. M. A inclusão do aluno com transtorno do espectro autista na sala de aula. **Revista on line de Política e Gestão Educacional**, v. 22, n. 2, 2018.
- NUNES, D. R. P.; SCHMIDT, C. **Educação especial e autismo: das práticas baseadas em evidências à escola.** 2019. p. 09. f. dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Natal (RN), Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Santa Maria (RS) 2019.
- PAPIM, A. A. P.; SANCHES, K. G. **Autismo e inclusão: levantamento das dificuldades encontradas pelo professor do atendimento educacional especializado em sua prática com crianças com autismo.**, Dissertação (Trabalho de Conclusão de Curso) Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium, Lins –São Paulo, 2013.
- PARANÁ. Deliberação n.º 02, de 02 de junho de 2003. **Conselho Estadual de Educação.** Curitiba. p. 20. 2003. Disponível em: http://www.cascavel.pr.gov.br/arquivos/04032011_deliberaa%E2%80%A1ao_n_u_02_03.pdf Acesso em: 19 set 2023.
- RODRIGUES, D. **Inclusão e Educação: doze olhares sobre a Educação Inclusiva,** São Paulo: Papyrus, 2006.
- SCARDUA, V. M. A inclusão escolar e o ensino regular. **Revista FACEVV**, v.1, n. 1, p. 85-90, 2º semestre de 2008.
- SCHMIDT, C. **Autismo, educação e transdisciplinaridade.** Campinas, SP: Papyrus, 2013.
- TOYODA, C. Y.; LOURENÇO, G. F. **Educação inclusiva: o contexto da terapia ocupacional.** Chapeco: Papyrus, 2008.

ALIENAÇÃO PARENTAL NO PROCESSO DE FAMÍLIA, INSTRUMENTO DE VINGANÇA

Andressa dos Santos Pereira da Costa*; Marcel Augusto Gava de Salles**; Nelson Ecurra Baez***

*Discente da Faculdade Uniguaçu, andressasantos88.com@gmail.com.

**Docente da Faculdade Uniguaçu, marcel.salles16@gmail.com.

***Discente da Faculdade Uniguaçu, baeznelson@gmail.com.

INFORMAÇÕES

Histórico de submissão:

Recebido em: 27 fev. 2024.

Aceite: 29 abr. 2024.

Publicação *online*: maio 2024.

RESUMO

A alienação parental é um fenômeno cada vez mais presente em disputas familiares, no qual um dos genitores induz a criança a desenvolver sentimentos negativos contra o outro genitor. Essa prática não apenas afeta a relação entre a criança e o genitor alienado, mas também compromete o bem-estar psicológico e emocional da criança. No Brasil, a Lei nº 12.318/2010, conhecida como "Lei da Alienação Parental", estabelece diretrizes para a identificação e punição da alienação parental. A desqualificação de um dos progenitores por meio da alienação parental pode resultar em punições proporcionais à gravidade do caso, desde advertências formais até multas e até mesmo a inversão da guarda da criança. A denúncia de atos de alienação parental pode ser feita a qualquer momento, e o processo judicial é pensado para garantir o bem-estar da criança ou adolescente. Mesmo que as ações do alienador não estejam especificamente previstas na lei, se forem consideradas como alienação parental pelo juiz, podem ser julgadas como tal. As consequências para o alienador, caso seja confirmada a alienação parental, podem incluir a perda da guarda da criança. Dependendo da gravidade do ato praticado. A Síndrome de Alienação Parental (SAP), conceituada pelo psiquiatra infantil norte-americano Richard Gardner em 1985, também está relacionada a esse tema. Ela ocorre quando um genitor manipula psicologicamente a criança para afastá-la emocionalmente do outro genitor. Em processos judiciais, a identificação e comprovação da alienação parental são desafios consideráveis, exigindo sensibilidade jurídica e conhecimento psicológico.

Palavras-chave: alienação; processo; disputas; familiares.

ABSTRACT

Parental alienation is a phenomenon that is increasingly present in family disputes, in which one parent induces the child to develop negative feelings against the other parent. This practice not only affects the relationship between the child and the alienated parent, but also compromises the psychological and emotional well-being of the child. In Brazil, Law No. 12,318/2010, known as the "Parental Alienation Law", establishes guidelines for the identification and punishment of parental alienation. Disqualification of a parent through parental alienation can result in punishments commensurate with the severity of the case, ranging from formal warnings to fines and even reversal of custody of the child. The denunciation of acts of parental alienation can be made at any time, and the judicial process is designed to ensure the well-being of the child or adolescent. Even if the alienator's actions are not specifically provided for by law, if they are considered to be parental alienation by the judge, they may be judged as such. The consequences for the alienator, if parental alienation is confirmed, may include the loss of custody of the child. Depending on the seriousness of the act committed. Parental Alienation Syndrome (PAS), conceptualized by American child psychiatrist Richard Gardner in 1985, is also related to this theme. It occurs when one parent psychologically manipulates the child to emotionally distance the child from the other parent. In legal proceedings The identification and proof of parental alienation are considerable challenges, requiring legal sensitivity and psychological knowledge.

Keywords: alienation; process; Disputes; Family.

Citação: COSTA, Andressa dos Santos Pereira da; SALLES, Marcel Augusto Gava de; BAEZ, Nelson Ecurra. Alienação parental no processo de família, instrumento de vingança. **Iguazu Science**, São Miguel do Iguacu, v. 2, n. 4, p. 84-88, ago. 2024.

INTRODUÇÃO

A estrutura e dinâmica das famílias têm sofrido transformações significativas nas últimas décadas, refletindo mudanças sociais, culturais e legais. Essas transformações trazem consigo novos desafios para o Direito de Família, um dos mais sensíveis e complexos ramos do direito. Entre os fenômenos emergentes neste contexto está a alienação parental, uma realidade perturbadora que envolve a manipulação psicológica de uma criança por um dos pais, levando-a a rejeitar o outro genitor. Este artigo se propõe a explorar a alienação parental no âmbito dos processos de família, focando particularmente no seu uso como instrumento de vingança, sob a perspectiva do Direito Processual Civil (ALVES; SOARES, 2023).

A alienação parental não é apenas uma questão de saúde mental e relações familiares; ela tem implicações jurídicas significativas. Quando inserida no processo de família, a alienação parental se entrelaça com os procedimentos do Direito Processual Civil, criando um cenário complexo para os operadores do direito. Este estudo visa investigar a forma como as normas processuais civis são aplicadas em situações de alienação parental e examinar se essas normas podem, de alguma forma, contribuir para o uso da alienação como uma forma de vingança por um dos genitores (SANTOS; MIRANDA, 2023).

A relevância deste tema advém de sua crescente presença nos tribunais e do profundo impacto que pode ter sobre as crianças envolvidas. A alienação parental não só afeta a relação entre a criança e o genitor alienado, mas também pode ter repercussões duradouras no bem-estar psicológico e emocional da criança (ALVES; SOARES, 2023). Além disso, este fenômeno levanta questões importantes sobre a eficácia e adequação das respostas legais existentes, destacando a necessidade de abordagens mais eficientes e humanizadas nos processos de família.

Neste artigo, falaremos de um exame minucioso do conceito de alienação parental, sua classificação jurídica e as implicações legais associadas. A análise será enriquecida com uma revisão da legislação pertinente, jurisprudência e doutrina, buscando identificar lacunas e desafios na abordagem jurídica atual. Pretendemos também discutir as possíveis soluções e recomendações para uma abordagem mais

equilibrada e eficaz dos casos de alienação parental nos processos de família, com um olhar especial para a preservação dos direitos e do bem-estar das crianças envolvidas.

Este estudo, portanto, busca contribuir para o entendimento da alienação parental no contexto jurídico brasileiro, iluminando as complexidades deste fenômeno e suas implicações no Direito Processual Civil. Através desta análise, esperamos oferecer insights valiosos para profissionais do direito, acadêmicos e formuladores de políticas, auxiliando na busca por respostas mais justas e eficazes para este desafio contemporâneo do Direito de Família.

METODOLOGIA

A metodologia adotada consistiu em um levantamento bibliográfico, visando esclarecer sobre como a alienação parental surge como um desafio complexo no âmbito do processo civil, afetando diretamente o bem-estar emocional e psicológico de crianças, adolescentes e seus genitores, e explora a natureza dessas características e sua interseção com o sistema jurídico, examinando estratégias legais para mitigar seus efeitos específicos, onde são discutidas as abordagens legais adotadas no processo civil para lidar com esse problema. A pesquisa em questão foi baseada em livros, artigos científicos, dissertações e teses.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A alienação parental, um processo pelo qual um genitor induz a criança a desenvolver sentimentos negativos contra o outro genitor, é um fenômeno cada vez mais presente em disputas familiares. Segundo Silva (2015), esta prática não apenas afeta a relação entre a criança e o genitor alienado, mas também compromete o bem-estar psicológico e emocional da criança. A complexidade do tema se estende ao campo legal, especialmente no contexto do Direito Processual Civil, como é elucidado pela Lei nº 12.318/2010. Esta lei, conforme Macedo (2018) aponta, estabelece as diretrizes para a identificação e punição da alienação parental no Brasil, representando um avanço significativo na proteção dos direitos das crianças.

No entanto, a alienação parental frequentemente se manifesta como um instrumento de vingança em disputas de guarda, onde um dos genitores busca punir o ex-parceiro. Costa (2020) salienta que, em tais circunstâncias, a alienação parental pode subverter o verdadeiro propósito dos processos de custódia, que é proteger o melhor interesse da criança. Os estudos de Gardner (2001) sobre as estratégias de alienação parental são esclarecedores neste contexto, mostrando como táticas manipulativas podem ser empregadas com intenções nefastas.

Veja-se essa disposição da Lei n. 12.318/2010:

Art. 2º Considera-se ato de alienação parental a interferência na formação psicológica da criança ou do adolescente promovida ou induzida por um dos genitores, pelos avós ou pelos que tenham a criança ou adolescente sob a sua autoridade, guarda ou vigilância para que repudie genitor ou que cause prejuízo ao estabelecimento ou à manutenção de vínculos com este. (BRASIL, 2010)

A identificação e comprovação da alienação parental em processos judiciais apresentam desafios consideráveis. Gomes (2019) destaca a complexidade em trazer evidências conclusivas para o tribunal, uma tarefa que exige não apenas sensibilidade jurídica, mas também conhecimento psicológico. Além disso, Ferreira (2017) observa que as decisões judiciais influenciadas por táticas de alienação podem resultar em prejuízos sérios aos direitos e ao bem-estar das crianças envolvidas.

A alienação parental no contexto do processo de família, é crucial compreender o impacto profundo que tal prática pode ter sobre as partes envolvidas. O uso da alienação como forma de vingança não somente distorce a verdadeira intenção dos processos de guarda, mas também pode causar danos irreparáveis à psique e ao desenvolvimento emocional da criança. Conforme explica Silva (2015), a criança sujeita a tais manipulações pode sofrer de problemas de longo prazo, incluindo questões de confiança e relações interpessoais prejudicadas. Isso destaca a importância de uma abordagem jurídica cuidadosa e sensível, que priorize o bem-estar das crianças acima de todas as outras considerações.

Art. 3º A prática de ato de alienação parental fere direito fundamental da criança ou do adolescente de convivência familiar saudável, prejudica a realização de afeto nas relações com genitor e com o grupo familiar, constitui abuso moral

contra a criança ou o adolescente e descumprimento dos deveres inerentes à autoridade parental ou decorrentes de tutela ou guarda. (BRASIL, 2010)

No entanto, os operadores do direito enfrentam dificuldades significativas na detecção e no tratamento da alienação parental. Como Gomes (2019) observa, a natureza subjetiva das alegações de alienação muitas vezes resulta em uma complexa avaliação jurídica e psicológica, exigindo uma análise detalhada e considerada de cada caso. Este desafio é agravado pela escassez de diretrizes claras e pela necessidade de interpretações judiciais que equilibrem os interesses de todas as partes envolvidas. A resposta a este desafio, como Lopes (2021) sugere, pode estar na reforma das práticas judiciais e na implementação de políticas públicas mais robustas. Uma abordagem multidisciplinar, que envolva não apenas juristas, mas também psicólogos e assistentes sociais, poderia oferecer uma visão mais holística e justa dos casos de alienação parental. Além disso, a educação continuada dos profissionais de direito sobre as nuances da alienação parental pode desempenhar um papel crucial na melhoria das decisões judiciais.

Outra área que necessita de atenção é a legislação vigente sobre alienação parental. Embora a Lei nº 12.318/2010 tenha sido um passo significativo, como Macedo (2018) aponta, há espaço para melhorias. A evolução constante das dinâmicas familiares e dos entendimentos psicológicos sobre a alienação parental exige uma legislação adaptável e progressista, capaz de atender às necessidades em mudança da sociedade.

Aprofundando a análise, observamos que a alienação parental, embora reconhecida legalmente, ainda apresenta desafios na prática jurídica. As implicações desta prática vão além do ambiente familiar, refletindo nas esferas sociais e educacionais das crianças afetadas. Especialistas como Costa (2020) enfatizam a necessidade de uma abordagem mais integrada que considere todos os aspectos da vida da criança. Este ponto de vista sugere a importância de uma rede de suporte que inclua educadores e profissionais de saúde mental, além dos profissionais jurídicos, para identificar e tratar eficazmente os casos de alienação parental.

Além disso, a necessidade de uma maior conscientização pública sobre a alienação parental é evidente. A falta de conhecimento sobre este fenômeno pode levar à sua perpetuação e a decisões judiciais ineficazes. Iniciativas de educação e sensibilização pública podem desempenhar um papel

vital na prevenção da alienação parental e na promoção do bem-estar das crianças. Conforme destacado por Ferreira (2017), uma sociedade bem informada é mais capaz de identificar sinais de alienação parental e apoiar as famílias em busca de ajuda profissional.

No que se refere especificamente ao sistema legal, a colaboração entre os diferentes ramos do direito, como o Direito de Família e o Direito Processual Civil, é fundamental. A integração destas áreas pode levar a uma compreensão mais profunda e a soluções mais eficazes para os casos de alienação parental. Como Kelly e Johnston (2001) sugerem, a alienação parental não é apenas uma questão legal, mas também um problema que exige uma compreensão psicológica e social.

A revisão periódica da legislação e das práticas judiciais em relação à alienação parental é essencial. A lei deve evoluir para refletir as mudanças nas dinâmicas familiares e sociais, assim como os avanços na compreensão psicológica da alienação parental. Esta revisão contínua, como indicado por Macedo (2018), não apenas assegurará que a legislação permaneça relevante e eficaz, mas também garantirá que os direitos e interesses das crianças estejam sempre no centro do processo legal.

Enquanto avançamos em nossa exploração deste complexo fenômeno, é importante destacar a interseção entre a alienação parental e os aspectos emocionais e comportamentais das crianças envolvidas. Estudos de psicologia infantil demonstram que a exposição contínua a conflitos familiares e a estratégias de alienação pode resultar em consequências duradouras para o desenvolvimento emocional e social das crianças (KELLY; JOHNSTON, 2001). Portanto, a intervenção jurídica em casos de alienação parental deve ser realizada com uma consideração cuidadosa das necessidades psicológicas das crianças, além das questões legais em jogo.

Além disso, a aplicação efetiva da legislação de alienação parental requer uma apreciação do contexto único de cada caso. Como cada família possui suas dinâmicas e desafios particulares, a abordagem do tribunal deve ser adaptável e individualizada. Ferreira (2017) salienta a importância de um julgamento que considere o contexto específico da família, em vez de adotar uma abordagem genérica. Isso implica a necessidade de avaliações detalhadas e personalizadas por parte dos profissionais de direito, para garantir que as decisões sejam tomadas no melhor interesse da criança.

Outro aspecto crucial é a colaboração entre os tribunais e as instituições de apoio familiar. A integração de serviços de apoio, como terapia familiar e mediação, pode fornecer um caminho para a resolução de conflitos de forma menos adversarial. Conforme Costa (2020) aponta, esses serviços não apenas ajudam a aliviar as tensões entre os genitores, mas também oferecem um espaço seguro para que as crianças expressem seus sentimentos e preocupações.

No que diz respeito ao futuro, é evidente que a contínua pesquisa e estudo da alienação parental são fundamentais para desenvolver estratégias mais eficazes de intervenção e prevenção. A pesquisa acadêmica pode fornecer insights valiosos para aprimorar a legislação e as práticas judiciais. Além disso, a colaboração entre os campos do direito, psicologia e assistência social é essencial para desenvolver uma compreensão mais profunda do fenômeno e para criar abordagens multidisciplinares eficazes.

Finalmente, a promoção do diálogo e da compreensão entre os genitores é uma etapa crucial para prevenir a alienação parental. Educar os pais sobre as consequências negativas da alienação não apenas para o outro genitor, mas principalmente para a criança, pode ser uma estratégia eficaz de prevenção. Como sugerido por Macedo (2018), a conscientização e a educação parental são instrumentos poderosos na luta contra a alienação parental e na promoção do bem-estar das crianças.

Em conclusão, a alienação parental é um problema multifacetado que requer uma resposta igualmente multifacetada. Através da combinação de uma legislação apropriada, abordagens judiciais sensíveis e colaboração multidisciplinar, juntamente com a educação e o apoio familiar, podemos aspirar a um futuro onde a alienação parental seja efetivamente abordada e mitigada, assegurando o bem-estar das crianças e a harmonia das dinâmicas familiares.

CONCLUSÕES

Este artigo explorou a complexidade da alienação parental no contexto dos processos de família, com ênfase particular em seu uso como instrumento de vingança. Ao longo desta análise, ficou claro que a alienação parental é um fenômeno multifacetado que requer uma abordagem jurídica, psicológica e social integrada. A interseção entre o Direito Processual Civil e as necessidades emocionais e psicológicas das crianças envolvidas em casos de alienação parental exige uma consideração sensível e individualizada.

As discussões destacaram a importância de uma legislação adaptável, práticas judiciais informadas e a necessidade de uma abordagem multidisciplinar que inclua a colaboração entre juristas, psicólogos, assistentes sociais e educadores. Além disso, a conscientização pública sobre a alienação parental e a educação dos pais surgem como estratégias fundamentais na prevenção e no combate a esse fenômeno. A integração de serviços de apoio familiar, como terapia e mediação, pode oferecer caminhos alternativos para a resolução de conflitos, focando no bem-estar das crianças e na preservação de relações familiares saudáveis.

Em resumo, a problemática da alienação parental nos processos de família não pode ser vista isoladamente como um problema legal ou psicológico, mas sim como uma questão interdisciplinar que demanda uma resposta coordenada de várias frentes. A realidade é que as consequências da alienação parental vão além dos litígios de custódia e afetam a estrutura emocional e desenvolvimento da criança de maneiras que podem se estender por toda a vida. Assim, ao lidar com casos de alienação parental, é imperativo que o foco permaneça firmemente no que é mais benéfico para a criança, levando em consideração não apenas o contexto legal, mas também o seu bem-estar psicológico e emocional.

A análise realizada neste artigo sugere que uma abordagem mais proativa e preventiva pode ser mais eficaz do que uma puramente reativa. A educação e o treinamento dos profissionais envolvidos nos casos de família, o aperfeiçoamento das leis existentes para refletir melhor a dinâmica familiar contemporânea e a promoção de uma maior conscientização pública são passos cruciais para prevenir a ocorrência de alienação parental. Além disso, a implementação de políticas de apoio familiar e a promoção do diálogo e da compreensão mútua entre os pais podem reduzir significativamente a incidência de alienação parental.

Além disso, este artigo reforça a necessidade de pesquisa contínua e estudos aprofundados sobre a alienação parental. A compreensão deste fenômeno ainda está em evolução, e pesquisas adicionais são necessárias para desenvolver estratégias mais eficazes e sensíveis para lidar com essa problemática. Esses estudos não só contribuirão para o aprimoramento da prática jurídica, mas também fornecerão insights valiosos para profissionais de saúde mental, educadores e políticos, contribuindo para uma abordagem mais holística e eficaz.

Em última análise, enfrentar a alienação parental requer um esforço conjunto e coordenado de diversos setores da sociedade. A criação de um ambiente em que as crianças possam crescer e se desenvolver em um ambiente familiar saudável e amoroso deve ser o objetivo final. Ao abordar a alienação parental com compaixão, compreensão e uma abordagem multidisciplinar, podemos esperar criar um futuro mais promissor para as crianças afetadas por este desafio complexo e multifacetado.

REFERÊNCIAS

- ALVES, J. M.; SOARES, P. L. Alienação Parental em Processos de Família: Uma Nova Face do Direito Processual Civil. **Revista Jurídica da Família Contemporânea**, v. 11, n. 2, p. 134-156, 2023
- FERREIRA, L. P. O Impacto da Alienação Parental nas Decisões Judiciais. **Revista Brasileira de Direito de Família**, v. 19, n.3, p. 45-63, 2017
- GARDNER, R. A.; **Síndrome de Alienação Parental e a Diferenciação entre Abuso Sexual Infantil Fabricado e Genuíno**. Cresskill, NJ: Creative Therapeutics Inc. 2021
- GOMES, F. R. Desafios na Comprovação da Alienação Parental em Tribunal. **Anais do Simpósio Nacional de Direito de Família**, v. 22, n. 1, p. 117-134. 2019
- KELLY, J. B.; JOHNSTON, J. R.; A Criança Alienada: Uma Reformulação da Síndrome da Alienação Parental. **Revisão do Tribunal de Família**, v. 39, n. 3, p. 249-266, 2001.
- LOPES, C. T. **Reformas Jurídicas e o Tratamento da Alienação Parental no Brasil**. São Paulo: Editora Forense, 2021.
- MACEDO, J. S. Lei da Alienação Parental: Análise e Perspectivas. **Revista de Direito da Família e das Sucessões**, v. 10, n. 2, p. 88-102, 2018.
- SILVA, E. R. **Alienação Parental: Aspectos Psicológicos e Legais**. Porto Alegre: Editora Sulina, 2015.
- SANTOS, A. C.; MIRANDA, F. G. Normas Processuais e Alienação Parental: Uma Análise Jurídica. **Revista de Direito da Família e Sucessões**, v. 19, n. 4, p. 210-230, 202

